RELATÓRIO

DO

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

1960

APRESENTADO AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, PRESIDENTE DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, PELO SENHOR HORACIO LAFER, MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Seção de Publicações do Serviço de Documentação

ÍNDICE

Págs.

INTRODUÇÃO

Senhor Presidente,

Tenho a honra de elevar ao conhecimento de Vossa Excelência o Relatório do Ministério das Relações Exteriores, no ano que hoje finda. Esforcei-me à frente do Itamaraty, auxiliado pela competência e dedicação de seus funcionários, por servir com devotamento e lealdade ao seu Govêrno, cuja projeção já podemos sentir pelas realizações que propulsionaram o desenvolvimento do Brasil e pelo exemplo de tenacidade, abnegação, dinamismo e confiança inabalável nos destinos da Pátria que oferece às gerações futuras.

Na parte expositiva dêste documento, encontrará Vossa Excelência, com sistemática minuciosa e precisa, as atividades do Itamaraty, pois cuidei de cumprir com exatidão e fidelidade sua orientação no que se refere à política internacional do Brasil.

Por agora, quero apenas salientar, no complexo das ocorrências dêste ano, a maneira pela qual executei, fôsse por iniciativa desta Chancelaria, fôsse pela seqüência dos acontecimentos, as diretivas do seu Govêrno, empenhado em servir os interêsses do Brasil e contribuir para dissolver os estados de tensão, particularmente aquêles que surgiram no Continente. Tenho justos motivos para acreditar que a ação da diplomacia brasileira haja sido fecunda e benéfica, esclarecendo, encaminhando soluções e resolvendo problemas da mais alta transcedência.

As idéias com que Vossa Excelência concebeu e apresentou ao Continente a Operação Pan-Americana tornaram-

se pontos incontroversos e o combate ao subdesenvolvimento é considerado hoje elemento básico não apenas para o progresso e bem-estar dos povos desta parte do hemisfério, como ainda condição essencial para assegurar a estabilidade política de seus países. Como tive ensejo de salientar nas VI e VII Reuniões de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, existe uma evidente ligação de causalidade entre o subdesenvolvimento e o estado de inquietação reinante em vários setores do Continente. A aceitação a êsses princípios, reiterada nas duas Reuniões de Consulta e a insistência que a êles se faz na "Declaração de São José", sobretudo na "Ata de Bogotá" quando da Reunião do Conselho dos 21, que aprovou o trabalho eficiente e realista do Comitê dos 9, em Washington, consigna todos os princípios defendidos pelo Brasil desde que Vossa Excelência lançou a "Operação Pan-Americana", como idéia fundamental para a coexistência pacífica e progressiva do Continente.

Nas visitas dos Presidentes Lopes Mateos e Dwight Eisenhower ao nosso país, teve Vossa Excelência ensejo de realizar entendimento nesse sentido, da mesma forma que nas viagens que empreendi à Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai, Canadá e Estados Unidos da América me coube, no contato com os respectivos Governos, além do trato de assuntos de interêsse bilateral, cuidar dos problemas americanos no quadro delineado pela OPA. E nas deliberações tomadas, bem assim nos debates de que participamos, pusemos em relêvo o fato de que, sem aprofundar o problema do subdesenvolvimento, tôdas as soluções seriam precárias. Por isso, ao transmitir à Assembléia das Nações Unidas a mensagem de Vossa Excelência para a fixação de normas que estabeleçam o convívio pacífico, amortecendo o choque das ideologias antagônicas, sugeri que, em conferência especializada, se estudasse um sistema pelo qual fôsse possível carrear, para um fundo internacional de desenvolvimento das Nações Unidas, as economias com a redução de arma-

mentos, a fim de favorecer o progresso e incentivar a prosperidade dos países em atraso econômico.

Estou certo de que as sementes que Vossa Excelência lançou na sua carta de maio de 1958 ao Presidente Eisenhower, chamando o Continente à luta pelo desenvolvimento, germinaram auspiciosamente e os seus frutos hão-de justificar os esforços que hoje realizamos no sentido de assegurar a todos os povos latino-americanos uma era de prosperidade e engrandecimento, vencido o pauperismo, erradicado o analfabetismo e criadas condições de vida dignas para os seus filhos e capazes de permitir às suas atividades resultados mais eficientes em favor dos ideais democráticos e da consolidação da paz.

No cumprimento das determinações de Vossa Excelência, tive a honra de ir a vários paises dêste Continente e da Europa, em visita de cordialidade e para tratar de assuntos pertinentes a nossa política exterior.

Assim, visitei o Paraguai, onde firmei quatro atos visando a desenvolver as nossas relações econômicas e comerciais. Em seguida, atendendo a convite oficial, estive no Canadá. Posteriormente, fui a Washington, onde prossegui, com o Secretário de Estado Christian Herter, as conversações iniciadas no Itamaraty quando da visita do Presidente Eisenhower ao Brasil. Delas resultou um plano de prioridades para os cincos pontos do programa da OPA, que deveria constituir matéria de estudo do Comitê dos 9 e tornar-se a Ordem do Dia da Conferência de Bogotá. Em Buenos Aires representei o Brasil nas festas comemorativas do Sesquicentenário da Revolução de Maio. Coube-me ainda representar o Govêrno não só na trasladação dos restos mortais dos integrantes da heróica Fôrça Expedicionária Brasileira, do Cemitério Militar em Pistoia para o Monumento Nacional no Rio de Janeiro, mas também em Bruxelas, na cerimônia do casamento de S.M. o Rei Baudoin com a

Princesa Fabiola. Em Paris, inaugurei a nova Embaixada do Brasil, obra cuja execução tanto se deve ao Ministro Antônio Francisco Azeredo da Silveira. Chefiei as Delegações do país às Reuniões de Consulta de Costa Rica e à Assembléia Geral das Nações Unidas. Em tôdas essas ocasiões recebeu o Brasil, na pessoa do seu Ministro das Relações Exteriores, tributos de simpatia e solidariedade.

As medidas de ordem política, econômica e cultural que foram adotadas no cumprimento dos ditames da política exterior brasileira, encontram-se minudentemente expostas na segunda parte dêste Relatório, em que procurei dar-lhes sentido exato, da mesma forma que realçar a Vossa Excelência a cooperação eficiente dos estadistas, diplomatas e funcionários que nelas se têm empenhado com esclarecido patriotismo.

Naturalmente a política econômica do Brasil estava chamada a desempenhar um papel da mais alta relevância, tanto no encaminhamento de problemas específicos, como nas questões referentes ao nosso próprio desenvolvimento. O Itamaraty, nesse particular, norteou suas atividades em três sentidos: atuação em organismos internacionais e regionais de índole econômica, desenvolvimento das relações em sentido bilateral entre o Brasil e demais países e formulação e execução de planos de assistência e cooperação técnica internacional.

Na Assembléia Geral das Nações Unidas, como nos seus organismos especializados, cuidou o Brasil dos assuntos relacionados com o mercado internacional dos produtos de base, a industrialização e o financiamento continuado; da forma que o fêz dá conta a parte expositiva dêste Relatório. Merece, contudo, destaque pelo muito que significa para o prestígio internacional do Brasil, a reeleição por unanimidade do Embaixador Edmundo Penna Barbosa da Silva para o cargo de Presidente do Acôrdo Geral sôbre Tarifas e Comércio.

A I Reunião Plenária da Comissão Mista Brasil-Equador, prevista pelo Convênio sôbre Bases para Cooperação Econômica e Técnica, firmado em 5 de março de 1958, e criada com o objetivo de ampliar o intercâmbio comercial entre os dois países, teve lugar no Rio de Janeiro, de 19 a 21 de dezembro de 1960, constando da Agenda de trabalhos as seguintes matérias: exame do intercâmbio; estudo de medidas incentivadoras do comércio; coordenação do planejamento dos sistemas de transporte terrestre e fluvial e exame de projetos concretos; possibilidades de cooperação técnica; intercâmbio de informações sôbre métodos e conhecimentos técnico-científicos; bôlsas de estudos; repercussão nas economias brasileira e equatoriana do Tratado de Montevidéu sôbre criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio; possibilidades de investimentos recíprocos.

Como resultado dos trabalhos elaborados, e tendo em vista a necessidade de serem resolvidos com prioridade os problemas referentes a transporte, cooperação econômica e técnica, bem como os relativos aos investimentos brasileiros para o desenvolvimento econômico do Equador, foram aprovadas cinco resoluções nesse sentido, que consubstanciam propostas concretas para efetiva execução do Convênio em aprêço.

Seria demasiado extenso relacionar os principais acontecimentos no campo das relações bilaterais e de assistência técnica. Destaca-se, porém, a conclusão de Acôrdos de Comércio e Pagamento com a Polônia e a Tcheco-Eslováquia, postos em vigor neste ano, bem como as negociações mantidas com a União Soviética, de que resultaram entendimentos para regular as relações comerciais brasileiro-soviéticas, destinados a ampliar o intercâmbio comercial do Brasil com mercados ainda não atingidos satisfatòriamente.

No ensejo da visita do Senhor Henrich von Brentano, Ministro do Exterior da República Federal da Alemanha,

o Itamaraty teve oportunidade de debater os pontos de vista do Brasil no que se refere à assistência financeira internacional. Cabe-me lembrar a atuação dêste Ministério nos problemas de energia nuclear, transportes e política cafeeira e o estabelecimento, pela Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Urugai, de uma zona de livre comércio e instituição da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, pelo Tratado de Montevidéu, de 18 de fevereiro dêste ano. Visa êsse entendimento a eliminar gradualmente, ao longo de doze anos, os gravames e restrições que incidem sôbre uma parte substancial do comércio recíproco. Foi constituída, no Brasil, para execução do Tratado, uma comissão para os assuntos a êle pertinentes, integrada pelos representantes dos órgãos governamentais interessados na matéria e pelas entidades de classe.

Criada a Missão junto à Comunidade Econômica Européia, sua direção foi confiada ao Senhor Augusto Frederico Schmidt, cuja atuação tem sido caracterizada por uma ativa defesa dos interêsses brasileiros, conduzida com o zêlo, a dedicação e a inteligência de que já havia dado provas no desempenho de outras comissões de natureza diplomática.

Concentram-se as atenções do Itamaraty nos novos e numerosos problemas que resultaram da emancipação dos países africanos, a cujo reconhecimento procedemos, já tendo sido tomadas iniciativas para o estabelecimento de relações diplomáticas com vários dêles. Os aspetos políticos, econômicos, sociais e culturais dêsse fato, porventura o de maior importância ocorrido no cenário internacional do ano, e suas implicações na vida de relação entre os vários povos, aconselharam providências e estudos para o delineamento de uma nova política exterior brasileira com êsses países. Com os asiáticos recém-criados procedeu-se de igual forma. Foram também adotadas medidas de ordem administrativa para planejar o preenchimento dos novos postos, o preparo de funcionários que lhes estejam destinados e a busca de instrumentos de trabalho para prover eficientemente as

Missões diplomáticas e Repartições consulares que nêles forem estabelecidas.

Por ocasião da Assembléia das Nações Unidas o problema do acesso à vida internacional dêsses novos países foi enfocado sob o aspeto da auto-determinação de seus povos e o Brasil deu seu inteiro apoio à "Declaração sôbre a Concessão da Independência aos Povos e Países Coloniais", dando ênfase ao Capítulo XI da Carta das Nações Unidas, como quadro legal para a evolução de tais países a caminho de sua independência.

Atendendo a solicitação do Secretário Geral das Nações Unidas, determinou Vossa Excelência que fôssem colocados à disposição da Fôrça de Emergência das Nações Unidas no Congo, Oficiais, Suboficiais e Sargentos da F.A.B., que se encontram naquele país, servindo na base aérea de Camina e integrando a Ponte Aérea no Congo.

Teve o Govêrno brasileiro a satisfação de receber, êste ano, visitas de Chefes de Estado e altas personalidades internacionais, cuja presença não apenas ensejou proveitosas conversas de ordem política, econômica e cultural, como ainda permitiu que lhes fôssem rendidas homenagens, que asseguraram a continuidade dos laços afetivos que nos ligam aos países que aqui representaram.

Citarei os Presidentes da República dos Estados Unidos do México, Doutor Adolfo López Mateos, primeiro Chefe de Estado mexicano a visitar o Brasil; da República dos Estados Unidos da América, General Dwyght Eisenhower, que recebeu do povo brasileiro os testemunhos de aprêço pela sua pessoa e pelo seu nobre país; da República de Cuba, Doutor Osvaldo Dorticos Torrado, acolhido com significativas homenagens, e de S.M. o Imperador da Etiópia, Hailé Sellassié, cuja visita deu ensejo a que lhe fôssem rendidas demonstrações de simpatia nas cidades onde estêve.

No texto do Relatório são mencionadas as demais figuras que vieram ao Brasil, em testemunho do prestígio do

nosso país e da sua influência na vida internacional e com muitos dos quais foram tratados assuntos da maior relevância. Quero contudo destacar as presenças tão honrosas para nós do Cardeal D. Manuel Gonçalves Cerejeira, Patriarca de Lisboa e Legado de SS. o Papa João XXIII, na inauguração da nova Capital do Brasil e do Cardeal Giovanni Battista Montini, Arcebispo de Milão.

Não preciso realçar o significado excepcional da visita de Vossa Excelência a Portugal, para as solenidades do V Centenário do Infante D. Henrique, a qual ficará gravada como um marco a mais na fraternidade luso-brasileira, não apenas nas manifestações de entusiasmo com que Vossa Excelência foi acolhido e nos testemunhos de afeição ao nosso país, como ainda numa série de atos bilaterais da maior importância para as relações entre os dois países, cuja História por alguns séculos se funde nos mesmos padrões de glória.

A importância que assume no mundo contemporâneo a cooperação intelectual e o sentido exato que possui na obra construtora da paz, deu à chamada política do espírito um papel do mais alto relêvo na vida internacional e o Brasil tem procurado corresponder com a maior sinceridade nesse alto empenho, convencido do acêrto daquela frase lapidar no Preâmbulo da Convenção que criou a UNESCO: «nascendo as guerras no espírito dos homens, é no espírito dos homens que devem ser construídas as defesas da paz.»

As atividades culturais do Itamaraty desenvolveram-se, particularmente, nos setores educacional e de intercâmbio intelectual, mantendo e aperfeiçoando onze institutos destinados ao ensino da língua e civilização brasileira nos centros de cultura latino-americanos, além de oito cátedras de estudos brasileiros em Universidades americanas e leitorados brasileiros em universidades estrangeiras, num esfôrço fecundo pela divulgação dos valores da cultura nacional. No plano do intercâmbio, numerosas iniciativas foram tomadas, com apreciáveis resultados, dentre elas a programação cultural

franco-brasileira, com um programa intensivo de atividades artísticas.

Mantém o Brasil representação junto à UNESCO, de cujas atividades participa ativamente e ainda na sua última Assembléia Geral em Paris numerosas de suas iniciativas mereceram aprovação. O Projeto Maior para a Erradicação do Analfabetismo na América Latina tem merecido decidido apoio de nosso Govêrno, inclusive como elemento substancial para o combate ao subdesenvolvimento. O Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, comissão nacional da UNESCO, tem colaborado na realização dos propósitos daquêle Organismo no nosso país e dentro das diretivas que lhe tem traçado o Govêrno.

No setor administrativo, coube uma larga tarefa ao Ministério, não só acompanhando no Legislativo a tramitação da reforma proposta no ano anterior e que contém as diretivas gerais para a restruturação dos serviços externos do país, atualizando-os para atender às transformações rápidas e incessantes da vida internacional e à variação cada vez maior de temas e assuntos que lhe são afetos, como ainda tomando medidas para que as atividades de rotina não fôssem afetadas pela exigüidade da organização atual. E, ainda mais, providenciando a criação de novos serviços, em caráter provisório e experimental a fim de dar início aos trabalhos da instalação do Ministério em Brasília e possibilitar a sua transferência definitiva. Nesse sentido, diversas providências foram tomadas, das quais resultou um esbôço de reorganização global dos serviços da Divisão do Pessoal.

A automatização e mecanização das comunicações do Itamaraty com as Missões diplomáticas pela ampliação dos teletipos e o aumento de expedição de malas aéreas devem ser mencionados com destaque.

No intuito de estabelecer um órgão de planejamento e de informação que possa atender às exigências de nossa política internacional, preparando instruções para conferên-

cias internacionais e levantamentos destinados a facilitar e modernizar os serviços do Ministério, desenvolveu-se a ação do Secretariado Técnico de Análise e Planejamento da Comissão de Coordenação da Política Econômica Exterior que, ademais, elaborou um estudo «Tendência do Comércio Mundial», onde examina e coordena dados que refletem condições atuais e tendências futuras do comércio internacional de 159 países e territórios autônomos e não-autônomos, isoladamente ou agrupados em diversas combinações políticas, geográficas e econômicas de interêsse para o Brasil. Organizou um modêlo da economia brasileira, destinado à formulação da política econômica exterior do Brasil e um estudo completo dos parâmetros básicos das economias dos países da Europa Ocidental, da América e da Área soviética.

Interessado o Brasil em adquirir, no estrangeiro, séde para as suas Missões diplomáticas, que estejam à altura do nome e do prestigio do país, foram concluídas, em excelentes condições, as compras de imóveis para as Embaixadas do Brasil na Itália e na França. Aquela é o Palácio Doria Pamphilli que será a Casa do Brasil em Roma, velho monumento histórico, de extraordinário valor artistico e que abrigará, além da residência do Embaixador, a Chancelaria da Embaixada, o Consulado do Brasil naquela capital e outros órgãos. A Embaixada em Paris, que tive a satisfação de inaugurar a 19 do corrente, é o Palácio dos Marqueses de Luard, que permite à nossa representação em Paris instalações condignas, à altura de sua importância. Estão sendo igualmente tomadas providências para a construção da nossa Embaixada em Beirute, em terreno que foi doado ao Govêrno brasileiro. Várias outras Embaixadas têm sido reformadas e, para atender a essas necessidades, foi criada uma Comissão de Obras de Reforma de Repartições Brasileiras no Exterior.

O Brasil firmou, em 1960, numerosos atos internacionais, bi e multilaterais de ordem política, econômica, cultural e administrativa, que revelam a intensa atividade de nossas negociações, procurando atender aos mais diversos assuntos, muitos dos quais referidos aqui e todos enumerados pormenorizadamente na segunda parte dêste Relatório. Entre êles figura o que assinamos com a Itália, sôbre passaportes, o primeiro firmado em Brasília e no dia da sua inauguração.

A política imigratória mereceu do Ministério a mais desvelada atenção e os acôrdos firmados serão benéficos e proveitosos para as necessidades de nosso desenvolvimento agrícola e industrial. Assim, os atos firmados com a Holanda, o Japão, a Itália, que tive a honra de assinar em Roma, e com a Espanha, criaram uma nova mentalidade na política imigratória, atendendo a importantes aspectos demográficos e étnicos e visando a fazer do imigrante um fator produtivo no desenvolvimento do país. Facilidades especiais foram estabelecidas para a mão de obra especializada, quer industrial quer agrícola, e garantida aos imigrantes a estabilidade social pela assistência e previdência, tudo na conformidade com o entendimento que celebramos com o C.I.M.E., estabelecendo normas pelas quais êste Comitê favorecerá assistência e serviços técnicos aos imigrantes especializados que se destinam ao Brasil. Na reunião do C.I.M.E. em Genebra foi eleito seu presidente, para 1961, o Ministro Ilmar Pena Marinho.

O Brasil compareceu a mais de uma centena de Congressos e Conferências das quais nove se realizaram em nosso país.

Um acontecimento de real importância histórica não pode deixar de ser mencionado com o devido relêvo, ou seja a entrega que me foi feita, em fevereiro, das cartas geográficas que consignam o traçado definitivo da fronteira do Brasil com a Guiana Francesa, sendo assim o fêcho da grande

obra que foi um dos marcos da carreira gloriosa do Barão do Rio Branco, a solução do caso do Amapá.

O Instituto Rio Branco prosseguiu na sua dupla tarefa de selecionar candidatos ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata e de manter êsse Curso e o de Aperfeiçoamento de Diplomatas, e de promover pesquisas históricas e publicar obras de interêsse para a vida diplomática do Brasil.

Por essa Introdução, em que destaquei apenas linhas gerais, pois a Exposição do Relatório conterá os pormenores necessários a um conhecimento direto das atividades dêste Ministério, poderá Vossa Excelência verificar que foi constante e infatigável o labor dos seus funcionários — diplomáticos e administrativos — para cumprir com exatidão e patriotismo as diretivas da nossa política exterior, tão sàbiamente traçadas por Vossa Excelência, visando ao prestígio crescente e à grandeza do Brasil.

HORACIO LAFER

EXPOSIÇÃO

ASSUNTOS POLÍTICOS E CULTURAIS

OPERAÇÃO PAN-AMERICANA

O ano de 1960 pode ser considerado decisivo na história da Operação Pan-Americana, por haver assinalado a aceitação, pela unanimidade dos países do Continente, particularmente pelos Estados Unidos da América, dos pontos-de-vista que, há dois anos, o Govêrno brasileiro vem defendendo.

A evolução dos acontecimentos políticos no Hemisfério, pondo em relêvo a importância do processo de desenvolvimento econômico, veio consubstanciar certas teses sustentadas pelo Brasil e que ainda não haviam sido aceitas unânimemente.

Convocada para 5 de setembro último a III Reunião do Comitê dos 21, em Bogotá, a Delegação brasileira a ela compareceu com o objetivo de pugnar pela aceitação formal dos seguintes pontos:

1º) Quantificação das metas do desenvolvimento latino-americano;

2º) Compromisso de assistência externa adequada, determinada à luz dessas quantificações;

3º) Abandono da tese de que a concessão de assistência deve ser antecedida por certas medidas de ordem financeira preconizadas pelo Fundo Monetário Internacional;

4º) Abandono da tese de que a assistência externa só deverá cobrir os gastos decorrentes da importação de

bens, o que diminuiria sensìvelmente o alcance dessa assistência no caso de países em rápido processo de industrialização, como o Brasil;

5º) Abandono da tese de que os países latino-americanos não poderiam acelerar seu desenvolvimento por incapacidade tecnológica de absorção rápida de recursos;

6º) Abandono da idéia de que o desenvolvimento econômico deve basear-se sobretudo no capital privado.

A assinatura da Ata de Bogotá, que passou a constituir o documento básico, diretriz e roteiro da Operação Pan-Americana, consignou a aceitação de todos êstes objetivos, com exceção do primeiro, o qual, entretanto, pode-se dizer ter ficado implícito em virtude dos compromissos assumidos com relação aos demais.

Dentre os pontos mais significativos da Ata de Bogotá, cumpre destacar: 1) a recomendação referente à necessidade de empréstimos a longo prazo para contornar a excessiva acumulação de dívidas a curto e médio prazos, que tem até agora prejudicado o desenvolvimento da América Latina; 2) a concessão de assistência técnica para programas de longo prazo, nos setores de alfabetização, ensino industrial, etc., bem como de efeitos mais imediatos, como seja a elaboração de planos de desenvolvimento econômico.

Outro ponto fundamental em que a Ata de Bogotá veio consagrar a aceitação dos pontos-de-vista defendidos pelo Brasil foi o referente à idéia de que certas medidas financeiras, preconizadas pelo Fundo Montário Internacional, devem anteceder a concessão do auxílio externo para fins de desenvolvimento. A referida tese foi substituída pela noção muito mais realista de que tais medidas só podem ser tomadas, sem sacrifício do processo de desenvolvimento, se o pais que as adota recebe simultâneamente auxílio externo satisfatório.

Finalmente, no tocante aos dois primeiros pontos enumerados acima — quantificação de objetivos e adequação

de recursos — cabe asisnalar que, embora não se tenha podido deixá-los explícitos na Ata, em razão das dificuldades técnicas de se chegar à referida quantificação, ficaram perfeitamente claros dois pontos básicos, a saber: o fato de que os recursos externos destinados ao desenvolvimento da América Latina têm sido insuficientes e a decisão de aumentar daqui por diante o fluxo de capitais públicos e privados para esta região.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

Em face dos problemas suscitados pela efervescência política verificada na América Central e Caraíbas e suas repercursões em outros países do Continente, realizaram-se, em São José da Costa Rica, de 16 a 21 de agôsto e de 22 a 29 de agôsto do corrente ano, respectivamente, as VI e VII Reuniões de Consulta de Ministros das Relações Exteriores, convocados na forma prevista pelo Tratado Interamericano de Assistência Recíproca.

São José da Costa Rica presenciou acontecimento inédito no funcionamento dos órgãos do sistema interamericano. Até então, convocado o Órgão de Consulta, nos têrmos do Tratado do Rio, as questões eram resolvidas pelo próprio Conselho da OEA, agindo provisòriamente como órgão de consulta, sem que houvesse necessidade de Reunião de Ministros das Relações Exteriores. Na VI Reunião de Consulta, pela primeira vez, o Órgão de Consulta funcionou no nível de Ministros de Relações Exteriores.

A Delegação brasileira àqueles importantes conclaves, chefiada pelo Ministro das Relações Exteriores, estava assim constituída:

Chefe — Doutor Horacio Lafer; delegados — Embaixador Fernando Lobo, Embaixador Vasco Tristão Leitão Gomes, Embaixador Manoel Pio Corrêa Junior, Embaixador da Cunha, Embaixador Mario da Costa Guimarães, Embaixador Oscar Pires do Rio, Embaixador Jayme de Barros

Walter Moreira Salles, e Ministro Jayme de Azevedo Rodrigues; observador parlamentar — Deputado Hélio de Burgos Cabal; assessôres — Carlos Frederico Duarte Gonçalves da Rocha, Ramiro Elysio Saraiva Guerreiro, Dário Moreira de Castro Alves, Armando Salgado Mascarenha (Secretário Executivo), Ovidio Andrade Melo, Servio Queiroz Duarte, Alvaro da Costa Franco Filho e Wilson de Almeida Aguiar.

No intuito de manter o público brasileiro informado dos trabalhos da Reunião de Consulta e da ação de nossa Delegação, foram acreditados junto à Secretaria da Reunião diversos correspondentes de órgãos da imprensa representativos de várias correntes de opinião.

VI REUNIÃO DE CONSULTA

À Sexta Reunião coube o exame da denúncia da Venezuela contra o Govêrno da República Dominicana, acusado de haver participado de movimento visando à derrocada do Govêrno venezuelano e à supressão da vida do Presidente Romulo Betancourt.

Eleito Presidente da Comissão Geral da Reunião, pronunciei, ao assumir o cargo, breve alocução, assinalando caber aos Chanceleres americanos atuar na qualidade de verdadeiro Poder Judiciário, frente à queixa de um país contra outro membro da comunidade e que havia uma missão política a executar em busca de uma solução compatível com os princípios que regem o sistema interamericano.

A VI Reunião de Consulta, por sua Resolução I, condenou o Govêrno dominicano, cuja culpabilidade pelos atos de agressão e intervenção contra a Venezuela, culminando com o atentado à vida do Presidente Rómulo Bitancourt, ficou taxativamente determinada pelo Relatório da

Comissão Investigadora do Órgão de Consulta, documento que serviu de base às deliberações da VI Reunião. A mesma Resolução adotou, de conformidade com o Tratado do Rio de Janeiro, as seguintes medidas: *a*) rompimento das relações diplomáticas com a República Dominicana; *b*) interrupção parcial das relações econômicas de todos os Estados Membros da OEA com a República Dominicana, começando pela suspensão imediata do comércio de armas e material bélico, cumprindo ao Conselho da OEA examinar a possibilidade de estender a medida a outros artigos; *c*) facultar ao Conselho da OEA o posterior cancelamento de tais medidas desde que o Govêrno dominicano deixe de constituir perigo para a paz e segurança continentais; *d*) transmitir ao Conselho de Segurança o teor da Resolução aprovada.

Pela Resolução III, foi consignado o voto unânime de agradecimento e louvor à atuação do Chanceler brasileiro na Presidência da Comissão Geral.

VII REUNIÃO DE CONSULTA

Em 16 de julho, o Peru pediu ao Conselho da OEA, uma Reunião de Consulta, com base no artigo 39 da Carta, para tratar da situação de tensão criada pelo agravamento das relações entre Cuba e os Estados Unidos. Em 18 de julho, o Conselho da OEA aprovou unânimemente (voto de Cuba também) a idéia da convocação de uma Reunião de Consulta, com a ressalva cubana quanto aos têrmos da agenda e ao local da Reunião.

O Govêrno brasileiro propôs, na fase de preparação da agenda da VII Reunião de Consulta, que fôsse incluído um ponto referente à relação de causalidade entre a intranquilidade política e social na América Latina e o subdesenvolvimento econômico. A proposta brasileira foi aprovada e incluída no temário dos trabalhos da reunião.

Foi o seguinte o texto da agenda da VII Reunião de Consulta:

I — Fortalecimento da solidariedade continental e do sistema interamericano especialmente ante as ameaças de intervenção extra-continental;

II — Cooperação interamericana, de acôrdo com os princípios e normas consagrados na Carta da Organização dos Estados Americanos, para a defesa das instituições democráticas americanas contra as atividades subversivas de qualquer organização, Govêrno ou de seus agentes, dirigidas contra as referidas instituições;

III — Estudo dos fatôres econômicos e sociais que causam a instabilidade política no Hemisfério e intensificação de ação coletiva para promover a elevação do nível de vida nas zonas subdesenvolvidas da América;

IV — Consideração das tensões internacionais existentes na reunião das Caraíbas para assegurar a harmonia, a unidade e a paz na América.

A Delegação do Brasil procurou orientar-se pelos seguintes princípios, durante a VII Reunião de Consulta:

1º) posição de conciliação no que diz respeito ao diferendo entre Cuba e os Estados Unidos;

2º) posição inequívoca a favor do refôrço da solidariedade pan-americana frente a ameaças de interferência nas relações interamericanas por parte de uma potência extra-continental;

3º) o máximo de ênfase nas teses e nos princípios que motivaram a «Operação Pan-Americana», com o objetivo de vê-las consagradas na VII Reunião de Consulta.

A Conferência aprovou uma série de princípios, como a condenação da intervenção extra-continental em problemas americanos; a repulsa da aceitação por parte de um país americano dessa interferência; o repúdio à atitude das potências sino-soviéticas de utilizar situações precárias de

qualquer Estado americano para pôr em perigo a segurança do Hemisfério; a reafirmação de que o sistema interamericano é incompatível com qualquer forma de totalitarismo, além de outros básicos para nossa convivência.

A Conferência demonstrou, pois, uma união sólida e profunda de todos os países americanos contra qualquer um que seja agente perturbador dos princípios que hoje constituem o direito internacional positivo das Américas.

A Delegação do Brasil agiu com firmeza, discreção e espírito conciliador, profundamente esteiada nos princípios jurídicos que informam a nossa política exterior. Os projetos de grande alcance de nossa delegação foram aprovados como a reafirmação da Operação Pan-Americana e a elaboração de um Pacto de Assistência Econômica Recíproca. No campo político, procurando sempre atenuar atritos, reafirmamos compromissos já assumidos, fortalecendo a Declaração de Santiago sôbre democracia e democratização dos países americanos.

A Organização dos Estados Americanos é hoje, mais do que nunca, uma realidade e o Brasil pode estar feliz em ter contribuído em Santiago e na Costa Rica para fortalecê-la ao máximo.

NAÇÕES UNIDAS

A XV Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas foi inaugurada em Nova Iorque, a 20 de setembro de 1960. Chefiei a delegação do Brasil durante as primeiras semanas da Assembléia. Foram nomeados Delegados os Senhores Augusto Frederico Schmidt, Embaixador C. de Freitas Valle, Embaixador Gilberto Amado, Adroaldo Mesquita da Costa e Hermes Lima; e Delegados-Suplentes os Senhores Embaixador Jayme de Barros, Mário Gibson Barbosa, Eurico Penteado, Francisco Nascimento Brito e Newton Barbosa Tatsch. Os seguintes observadores do Congresso Nacional integraram a Delegação do Brasil: Senhores Senadores Vitorino Freire e Benedito Valladares e Senhores Deputados Mário Martins, Emival Caiado, Luís Fernando Bocayuva Cunha e Candida Ivete Vargas Tatsch.

Como Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, primeiro orador a participar do debate geral no plenário da Assembléia, marquei as linhas da atitude brasileira em face às questões a serem consideradas. Dei conta dos últimos acontecimentos no âmbito interamericano, particularmente a Reunião de Consulta de Ministros do Exterior em Costa Rica e a reunião de Bogotá em que se firmaram conceitos e planos mais precisos para execução da Operação Pan-Americana. Em seguida, desenvolvi os temas da paz e da convivência entre os Estados, baseada no respeito mútuo, não-intervenção e eventual desarmamento. «Sem o desen-

volvimento econômico, porém, não será possível consolidar a paz», acrescentei e concluí por sugerir que as economias resultantes do desarmamento fôssem aplicadas na assistência aos países subdesenvolvidos.

A XV sessão da Assembléia Geral marcou o acesso de 15 Estados africanos e de Chipre à vida internacional. Numerosos Chefes de Govêrno estiveram presentes à sua primeira fase e buscaram, sem êxito imediato, o reinício dos contatos de alto nível entre a coligação ocidental e o bloco comunista. Foi constante a preocupação de influenciar os novos Estados africanos.

Como sintoma das transformações na conjuntura política africana, foi a Assembléia dominada por questões que envolviam a aplicação do princípio da auto-determinação dos povos. O Brasil, coerente com suas tradições, não poderia deixar de defender tal princípio, o que fêz com discurso e voto, no plenário da Assembléia, em favor de um projeto de «Declaração sôbre Concessão da Independência aos Povos e Países Coloniais» apresentado por numerosos países asiáticos e africanos. A delegação do Brasil, ao apoiar essa Declaração, rejeitou um projeto alternativo, de objetivos demagógicos, apresentado pela União Soviética e deu ênfase às disposições do capítulo XI da Carta das Nações Unidas como o quadro legal apropriado para a evolução dos povos coloniais no caminho de sua independência.

Não foi possível ao Brasil concordar com a proposta afro-asiática sôbre a Argélia porquanto ela incluia a decisão de realizarem as Nações Unidas um «referendum» naquele país, o que ia além da competência jurisdicional da Organização. A delegação brasileira apoiou emenda dos países africanos pertencentes à Comunidade Francêsa no sentido de que as Partes interessadas entrassem em negociações diretas, com vistas a realizarem o plebiscito com assistência de uma comissão internacional que as próprias Partes de-

signariam. A emenda foi derrotada, mas a delegação do Brasil pôde abster-se na votação final da resolução, porque foram igualmente eliminadas as disposições do projeto inicial afro-asiático que mais diretamente contravinham o princípio de não-intervenção nos assuntos internos dos Estados soberanos.

O Brasil votou contra a resolução que recomenda a Portugal a apresentação de informações sociais, econômicas e políticas sôbre suas colônias, por ter sempre defendido a tese de que tais territórios portuguêses não são dependentes, mas constituem províncias de um Estado unitário.

A delegação do Brasil, em várias oportunidades e em diferentes comissões, manifestou sua confiança no Secretário Geral das Nações Unidas, que vinha sendo atacado pela União Soviética. Tais ataques se originaram fundamentalmente da ação do Secretário-Geral no Congo, o qual, por vêzes, tem desagradado sucessivamente às diferentes facções internas do país e seus amigos externos. O Brasil, tanto na Assembléia Especial sôbre o Congo, como na XV sessão ordinária da Assembléia Geral, adotou linha de ação preocupada exclusivamente com os interêsses da estabilização e independência real do país africano.

O aumento do número dos Estados Membros das Nações Unidas requer um correspondente aumento de número de lugares no Conselho de Segurança, no Conselho Econômico e Social e na Côrte Internacional de Justiça, a fim de que tôdas as regiões do mundo sejam adequadamente representadas. Para efetivar êsse aumento, a delegação do Brasil, juntamente com as de outros países, sobretulo latino-americanos, fêz consideráveis esforços, os quais foram frustrados, entretanto, pela insistência soviética em não admitir qualquer emenda à Carta das Nações Unidas, enquanto não forem reconhecidas as credenciais dos representantes da República Popular da China.

As questões relativas ao desarmamento foram debatidas, inclusive com a participação ativa da delegação do Brasil que fixou certos requisitos básicos de qualquer programa de regulação de armamentos e procurou os pontos de contato entre as concepções ocidental e soviética. Várias circunstâncias, dentre as quais ressalta a próxima mudança de govêrno nos Estados Unidos da América, impuseram o adiamento de qualquer decisão importante sôbre a matéria para o ano de 1961.

Na questão do Alto Adige, entre a Áustria e a Itália, que envolvia o tratamento de cidadãos italianos de origem austríaca, a delegação do Brasil, juntamente com as da Argentina e Uruguai, propôs a solução que veio a ser adotada e que evitou o azedamento de uma controvérsia entre dois países amigos.

Seria longo enumerar tôdas as questões em que a delegação do Brasil teve participação destacada durante a XV sessão da Assembléia Geral. Nas discussões sôbre desenvolvimento econômico e industrialização, o Brasil assumiu papel de nítida liderança, especialmente no encaminhamento da resolução sôbre a criação do Fundo Especial de Desenvolvimento Econômico e da resolução pela qual o Secretário Geral foi incumbido de estudar meios de financiamento e assistência técnica das Nações Unidas e dos países industrializados às emprêsas públicas de exploração petrolífera do países subdesenvolvidos. A Delegação do Brasil teve seus pontos de vista igualmente vitoriosos na decisão de proceder a uma revisão geral do direito internacional, na próxima futura sessão da Assembléia Geral, com vistas à escolha de aspectos novos dêsse direito, ou de subdivisões tradicionais do mesmo, que tenham sofrido mais diretamente o impacto de fatos e movimentos recentes nas relações internacionais, a fim de serem codificados ou estudados pela Comissão de Direito Internacional.

VISITA DO MINISTRO DE ESTADO A ASSUNÇÃO

Dando prosseguimento à política de congraçamento com os países vizinhos que tem caracterizado a atuação do Itamaraty, fiz uma visita oficial ao Paraguai de 3 a 6 de março.

Além das inúmeras cerimônias protocolares que serviram para evidenciar o alto aprêço em que nosso país é tido pelo povo paraguaio, firmei em Assunção atos internacionais destinados a ter a maior repercussão nas relações entre os dois países irmãos.

O primeiro dêsses atos visa a eliminar dos livros didáticos, empregados no Brasil e no Paraguai, conceitos e frases que possa suscitar, no ânimo dos nacionais de cada um dos países, animosidade ou aversão ao outro.

Outrossim, foram ampliadas as funções da Comissão Mista encarregada do estudo e traçado da rodovia Concepción-Ponta Porã, a qual passou a ter a atribuição de construir a referida estrada. Pelo mesmo acôrdo o Brasil se comprometia a envidar esforços para obter o financiamento da obra.

Finalmente, foi assinado acôrdo criando uma Comissão Mista Brasil-Paraguai encarregada da manutenção, vigilância e segurança da Ponte Internacional sôbre o Rio Paraná.

COMISSÃO DE AJUDA ÀS VÍTIMAS DOS TERREMOTOS DO CHILE

Com o fim de promover e organizar a mobilização de recursos para as vítimas das catástrofes sísmicas chilenas, foi criada no Ministério das Relações Exteriores a Comissão de Ajuda às Vítimas dos Terremotos do Chile, sob a presidência de honra de Sua Excelência o Senhor Presidente da República.

A Comissão assim instituída, contava com a participação de outras altas autoridades e personalidades do comércio, da indústria, dos setores bancários, das associações beneficentes e do jornalismo. Em sua primeira reunião, criou a Comissão seu órgão executivo, sob a presidência do Ministro de Estado das Relações Exteriores que tinha como substituto, em seus impedimentos eventuais, o Embaixador Décio de Moura. Simultâneamente, foram constituídas Comissões similares em outras unidades da Federação, com o que se procurou dar caráter verdadeiramente nacional à ajuda brasileira ao Chile.

Como primeiro passo de sua ação, entendeu-se a Comissão Executiva com o Ministério da Aeronáutica e com a Embaixada do Chile a fim de estabelecer o programa de transporte, em aviões da Fôrça Aérea Brasileira, dos donativos em espécie que vinham sendo espontâneamente oferecidos àquela representação diplomática. Com o Ministério da Aeronáutica acertou-se o estabelecimento de vôos

diretos do Rio de Janeiro para Santiago, bem como o envio de aviões destinados exclusivamente a transportar socorros da capital chilena para as zonas devastadas do sul do Chile.

A 17 de novembro, entreguei ao Embaixador do Chile os documentos referentes a oitenta jipes de fabricação nacional, doados pelo povo brasileiro ao povo chileno. A compra dêsses veículos foi feita com o produto de contribuição popular.

CONFERÊNCIA DE SALTO GRANDE

De 19 a 23 de setembro reuniu-se, na cidade de Buenos Aires, a Conferência prevista pelo Acôrdo Argentino-Uruguaio para o aproveitamento hidrelétrico do Rio Uruguai na zona de Salto Grande e que se destinava a informar o Brasil das modificações a serem ocasionadas no regime do Rio Uruguai pela construção da usina.

Após ampla troca de informações, os Chefes da Delegação convieram assinar uma Declaração Conjunta pela qual o Govêrno brasileiro expressava o seu assentimento à construção das obras projetadas e os Govêrnos da Argentina e do Uruguai concordavam com as reservas estabelecidas pelo Brasil.

Os três Governos manifestaram, outrossim, o seu desejo de virem a elaborar um plano conjunto de âmbito regional que vise ao aproveitamento e recuperação de tôda a bacia do Rio Uruguai e regiões adjacentes, onde cada vez mais se identificam os interêsses e aspirações das populações fronteiriças dos três países amigos.

COMEMORAÇÕES DO SESQUINCENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO DE MAIO

O Brasil fêz-se representar nas comemorações do Sesquincentenário da Revolução de Maio por uma Delegação de alto nível chefiada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores e da qual participaram os Ministros da Marinha e Aeronáutica, além de um representante do Exército e do Presidente da Academia Brasileira de Letras.

ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM OS GOVERNOS DA REPÚBLICA DA CORÉIA E CEILÃO

Com o objetivo de ampliar nossos contatos políticos com os países asiáticos e promover assim condições para o possível estabelecimento de relações econômicas ou a ampliação das trocas comerciais já existentes, foram criadas, no curso de 1960, Embaixadas do Brasil em Seul e Colombo, as quais terão, inicialmente, caráter cumulativo com as Missões diplomáticas do Brasil em Tóquio e Nova Delhi.

VISITA DO VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA DAS FILIPINAS AO BRASIL

Em visita oficial chegou ao Rio de Janeiro, em 22 de outubro de 1960, o Doutor Diosdado Macapagal, Vice-Presidente da República das Filipinas, que se fazia acompanhar da espôsa. Durante sua estada no Brasil, além daquela cidade, visitou Brasília e o Estado de São Paulo. A visita do líder político filipino foi essencialmente de observação de nossa evolução industrial e agrícola.

PROTEÇÃO DOS INTERÊSSES PORTUGUÊSES NA UNIÃO INDIANA

No cumprimento das obrigações assumidas pelo Brasil quando da ruptura das relações diplomáticas e consulares entre Portugal e a União Indiana, continuamos a assegurar, no ano de 1960, através da nossa Missão Diplomática em Nova Delhi, a proteção dos interêsses portuguêses naquele país asiático. Neste ano, felizmente, não se verificou nas fronteiras dos enclaves portuguêses com a União Indiana incidente de maior gravidade e, outrossim, acentuou-se o relaxamento da tensão política entre as Chancelarias dos dois países.

VISITA DO VICE-MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA RAU

Entre 11 e 20 de maio último visitou o Brasil, em caráter oficial, o Senhor Hussein Sulficar Sabri, Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da RAU. Durante sua estada no Brasil visitou o Rio de Janeiro e São Paulo além da Capital Federal e as instalações siderúrgicas de Volta-Redonda. A visita de Sua Excelência teve, além do seu caráter oficial, o propósiteo de entrar em contacto com a colônia árabe no Brasil. Por ocasião da visita foi assinado o Acôrdo Cultural entre a RAU e o Brasil.

ÁFRICA

Diante do processo de emancipação dos países africanos, que constituiu, sem dúvida, um dos fenômenos políticos mais importantes do ano de 1960, resolveu nosso Govêrno iniciar uma atuação mais efetiva no cenário africano através da formulação de uma nova política brasileira. Valeu-se, para alcançar êsse objetivo, de condições e circunstâncias bastante favoráveis decorrentes de sua própria formação político-sociológica, quais sejam a de ex-país colonial, de povo de composição racial heterogênea, de tradição democrática e de estrutura econômica muito similar à dos países africanos.

A nossa política externa, pelo menos em matéria de tomada de posição para com os países africanos, que se tornaram independentes no decorrer de 1960 (precisamente 17 países), foi a de promover o seu reconhecimento, enviar em Missão Especial representantes oficiais aos festejos comemorativos, entabolar negociações para troca de Missões diplomáticas e criação de Repartições consulares e, finalmente, estabelecer contactos, ainda que em pequena escala, para examinar as possibilidades de intercâmbio comercial e ativar entendimentos de ordem econômica e financeira capazes de orientar adequadamente a nossa política naquele continente, que ora se emancipa e que tanta importância vem tomando nas relações internacionais.

Neste sentido, foram tomadas as seguintes iniciativas:

Entrar em entendimentos com o Govêrno da Guiné (independente desde 2-10-58) para o estabelecimento de Missão diplomática em Conakry;

Reconhecer a independência do Camerun (25-1-60);

Reconhecer a independência do Togo (26-4-60), comparecendo em Missão Especial aos festejos comemorativos;

Reconhecer a independência de Madagascar (25-6-60), comparecendo em Missão Especial aos festejos comemorativos;

Reconhecer a independência do Congo (B) (28-6-60); comparecendo oficialmente aos festejos comemorativos;

Reconhecer a independência da Somália (30-6-60);

Reconhecer a independência do Alto Volta (13-8-60);

Reconhecer a independência da Costa do Marfim (13-8-60);

Reconhecer a independência do Dahomé (13-8-60);

Reconhecer a independência do Niger (13-8-60);

Reconhecer a independência da República Centro-Africana (13-8-60);

Reconhecer a independência do Tchad (13-8-60);

Reconhecer a independência do Gabão (16-8-60);

Reconhecer a independência do Congo (17-8-60);

Reconhecer a independência da Federação da Nigéria e Camerun Britânico, comparecendo em Missão Especial aos festejos comemorativos (19-9-60);

Reconhecer a independência da República Livre do Mali (Ex-Sudão Francês) (7-10-60);

Reconhecer a independência do Senegal (8-10-60) e entrar em entendimentos para a criação de Missão diplomática em Dacar;

Reconhecer a independência da Mauritânia (28-11-60);

Criar uma Legação em Acra (Gana);

Criar um Consulado Geral em Lourenço Marques (Moçambique), um Consulado em São Paulo de Luanda

(Angola) e um Consulado Honorário em Adia Abeba (Etiópia).

Logo após a Primeira Reunião da Comissão Mista Brasil-Portugal (18 de maio a 3 de junho), foram estabelecidos contactos oficiais, através de uma Delegação brasileira, com as autoridades da Federação do Mali, que meses depois se desdobrou na República do Senegal e na República Livre do Mali.

Representantes oficiais do Govêrno de Gana estiveram no Rio de Janeiro para estudar as possibilidades de um incentivo às relações comerciais Brasil-Gana, particularmente no que diz respeito ao comércio do cacau, com vistas à fixação de uma política harmônica entre ambos os países.

Ademais, passaram pelo Brasil duas missões de boa vontade da Mauritânia e do Govêrno Provisório da República Argelina (GPRA) com o propósito de angaiar o apoio do Govêrno brasileiro para suas reivindicações de emancipação política.

Em sinal de protesto à política de discriminação racial praticada na União Sul Africana e que deu margem à intensa agitação naquele país, achou por bem o Govêrno brasileiro chamar ao Rio de Janeiro, para fins de consulta, o chefe de sua Missão diplomática em Pretória e formular logo após, perante a OEA, um projeto de resolução em que condenava, por atentar contra a dignidade humana, os princípios básicos que norteam o «apartheid».

PORTUGAL

Com o fim de preparar a visita do Senhor Presidente da República à Lisboa, onde tomaria parte nos festejos comemorativos do V Centenário da Morte do Infante Dom Henrique, reuniu-se naquela capital, pela primeira vez, a Comissão Mista Brasil-Portugal, que examinou detidamente os projetos de ambos os países, dando efetiva regulamentação ao Tratado de Amizade e Consulta firmado no Rio de Janeiro, entre o Brasil e Portugal, em 16-11-53.

A participação brasileira às Comemorações Henriquinas culminou com a assinatura de vários atos bilaterais, ou sejam:

Acôrdo sôbre concessão de vistos em passaporte comum;
Convenção sôbre dupla nacionalidade;
Tratado de Extradição e Cooperação Judiciária em Matéria Penal;
Convenção sôbre Representação Diplomática e Consular;
Acôrdo sôbre Assistência Judiciária gratuita;
Acôrdo sôbre Turismo;
Declaração conjunta sôbre Relações Econômicas.

Além dessa série de entendimentos formais, foi firmado em outubro um ajuste entre a Panair do Brasil e a TAP, dentro do espírito do Acôrdo sôbre transportes aéreos Brasil-Portugal, visando a facilitar o tráfego de passageiros entre os dois países.

ELEVAÇÃO À CATEGORIA DE EMBAIXADA DA REPRESENTAÇÃO DIPLOMÁTICA DO BRASIL EM PRAGA

Pelo Decreto nº 49.142, de 26 de outubro de 1960, publicado no *Diário Oficial* da mesma data, foi elevada à categoria de Embaixada a Missão diplomática do Brasil junto ao Govêrno da República Socialista Tchecosclovaca, com sede em Praga.

ATIVIDADES CULTURAIS

No início de 1960, aprovei o plano de aplicação da verba da Divisão Cultural, objetivando realizar um amplo programa de divulgação da cultura brasileira no exterior. Especial ênfase foi dada ao ensino da língua e da civilização brasileira, com a criação de novas cátedras e leitorados. Os Centros de estudo e os Institutos culturais, com a freqüência muito aumentada, realizaram trabalho louvável.

A distribuição da verba da Divisão em três itens, realizada no ano anterior, foi mantida, tendo em vista o caráter específico das duas primeiras subconsignações e, para melhor aplicação do dinheiro público, a subconsignação — Serviços de Difusão Cultural no exterior — foi distribuída nos seguintes itens: Subvenção às Embaixadas para execução de programas regulares de difusão; visita ao Brasil de personalidades estrangeiras; criação de bibliotecas nos Centros de estudos e Institutos culturais, publicidade e compra de números de jornais e revistas sôbre o Brasil; arquitetura; artes plásticas; filmes; fotografias; música; teatro; livros; revistas e impressão de folhetos.

As verbas votadas para 1960 foram insuficientes para fazer face ao trabalho programado e aos pedidos das nossas Missões diplomáticas e Repartições consulares. Dois fatos da vida interna brasileira, em 1960, contribuíram para o

grande interêsse em conhecer o Brasil no exterior: a construção de Brasília e o nosso desenvolvimento econômico.

Tendo em vista o trabalho realizado e a necessidade de ampliar a nossa atuação, foram criados dois novos serviços na Divisão: Difusão Cinematográfica e Turismo. Para melhor planejar a política cultural do Brasil, além do trabalho realizado pela Comissão Educacional, foi criada a Comissão de Acordos Culturais, integrada por representantes do Ministério da Educação e Cultura, Ministério das Relações Exteriores e Conselho Nacional de Pesquisas.

SETOR EDUCACIONAL

Institutos Culturais, Centros de Estudo e Cátedras no Exterior

Colégio Experimental Brasil-Paraguai — A situação permanece a mesma daquela referida no Relatório do Ministério das Relações Exteriores de 1959. Por falta de recursos financeiros as obras não puderam ser concluídas. Em 1960 foi solicitado ao Congresso Nacional um crédito especial de Cr$ 70.000.000,00 para a sua conclusão.

Missão Cultural em Assunção — Cumprindo o estabelecido no Convênio de 31 de março de 1952, a Missão Cultural Brasileira no Paraguai, sob a chefia do Professor José Estelita Lins, continuou realizando a difusão da cultura brasileira na Escola Brasil, no Instituto Cultural Paraguai-Brasil e na Faculdade de Filosofia, contribuindo, nesta última, para a formação de professôres de ensino secundário. A Missão manteve no Paraguai professôres de Psicologia, Didática Geral, Língua Portuguêsa e Literatura Luso-Brasileira, sendo o seu quadro acrescido de mais dois membros o que perfaz um total de 6 professôres.

Centro Cultural Bolívia-Brasil — Sob a chefia do Professor Amadeu Thiago de Mello, que em dezembro encerrou sua missão à frente do Centro, passando a direção do mesmo ao professor e jornalista Democrativo Ramos de Oliveira, o Centro Cultural Bolívia-Brasil desenvolveu suas atividades, alcançando uma freqüência de aproximadamente 800 estudantes, ou sejam, 200 alunos mais do que em 1959. Além das seções didáticas, o Centro manteve as de Teatro, Rádio, Biblioteca e montou um atelier de gravura, oferecendo aos artistas locais um curso intensivo desta arte, sob a direção do gravador brasileiro Rossini Perez. Realizou atividade cultural em todos os setores, promovendo conferências e exposições, não só na Capital como também em diversas cidades do interior do país, colaborando com o setor cultural da Embaixada no estreitamento de nossas relações culturais com a Bolívia.

Centro de Estudos Brasileiros em Buenos Aires e Instituto de Estudos Brasileiros em Rosário — Continuando sob a direção respectivamente do Professor Gildo Lopes e da Professôra Anadir Coelho Ostrowsky, essas duas entidades registaram atividade sobretudo didática. O Centro de Buenos Aires conta com 6 professôres, além do seu Diretor. A freqüência, no corrente ano, foi de cêrca de 900 estudantes no primeiro e de quase 1.000 no segundo, verificando-se, respectivamente, um aumento de 100 a 400 alunos. O Instituto de Rosário teve seu corpo docente acrescido de mais um professor, o Senhor Paulo Lantelme, a fim de atender ao aumento de matrículas.

Instituto Uruguaio-Brasileiro de Cultura — Sob a direção do Professor Walter Wey, o Instituto desenvolveu suas atividades didáticas e participou de diversas manifestações culturais brasileiras realizadas em Montevidéu, tendo as mesmas revestido um caráter especial êste ano devido às festividades comemorativas do 20º aniversário da fundação

do Instituto. Com a colaboração de 5 professôres, o Instituto registou uma matrícula de mais de 900 alunos em seus cursos, isto é, 200 alunos mais do que no ano passado. Prosseguiu êste também com seu programa de publicações de folhetos sôbre vários aspectos da atualidade brasileira.

Instituto Cultural Peruano-Brasileiro — Coube à Professôra Maria José Monteiro Lobato o exercício da Cátedra de português no Instituto, havendo uma freqüência média de 220 alunos. Além da filial de Iquitos, que já está funcionando com regularidade, foi fundada uma filial do Instituto em Arequipa.

Cátedra de Estudos Brasileiros na Sorbonne — Continuou sob a orientação do Professor Francisco Heron de Alencar.

Cátedra de Estudos Brasileiros da Universidade de Roma — Além de suas atividades pròpriamente didáticas, o Professor Murilo Mendes continuou prestando colaboração ao setor cultural da Embaixada, realizando conferências e promovendo exposições.

Cátedra de Estudos Brasileiros na Universidade de Santiago — O Professor Sílvio Leitão da Cunha ministrou curso de extensão cultural sôbre assuntos brasileiros. Em dezembro, o lente referido estava encerrando sua missão na Cátedra. Cogita-se fundar, em 1961, um Centro de Estudos Brasileiros, a fim de atender de modo mais completo o crescente interêsse dos chilenos pela nossa cultura.

Cátedra de Estudos Brasileiros da Universidade de Quito — Foi esta cátedra confiada ao Professor Paulo de Carvalho Netto, que realizou igualmente trabalho de difusão cultural em colaboração com a Embaixada, como preparação à eventual criação de um Centro de Estudos naquele país.

Cátedra de Estudos Brasileiros da Universidade de Lisboa — Esteve a cargo do Professor Thiers Martins Moreira, que colaborou também com o setor cultural da Embaixada. Mister se faz uma referência especial ao Senhor Serafim da Silva Neto, Professor Catedrático de Filologia Portuguêsa e Leitor brasileiro na Universidade de Lisboa. O recente falecimento dêsse Professor veio privar a cultura brasileira de um de seus expoentes.

Na Faculdade de Filosofia da Universidade de Lisboa foram inauguradas, em novembro do corrente ano, três salas destinadas a abrigar o Instituto de Civilização Brasileira, já em funcionamento, com uma brasiliana de mais de 5.000 volumes.

Cátedra de Estudos Brasileiros da Universidade de Nova York — Dois professôres a ocuparam em 1960. Inicialmente o Professor Abguar Renault, que proferiu uma série de conferências no Instituto brasileiro daquela Universidade. Foi substituído pelo Professor Floriano Villa-Alvarez, que ora se encontra lecionando língua e literatura brasileira no mesmo Instituto, além de colaborar na atividade cultural realizada pelo Consulado do Brasil em Nova York.

Leitorados Brasileiros em Universidades Estrangeiras — Especial atenção foi dada êste ano à organização sistemática dos leitorados brasileiros em universidades estrangeiras. Em colaboração com o Ministério da Educação e Cultura, a Divisão Cultural procurou desenvolver êste programa por ver, nêle, não sòmente um meio de divulgação da nossa língua e da cultura brasileira, como também uma oportunidade de aperfeiçoamento e especialização, no exterior, para jovens professôres patrícios. Funcionaram regularmente, em 1960, os seguintes leitorados brasileiros: Universidade de Heidelberg, Viena, Lisboa, Lyon, Rennes, Montpellier, Poitiers, Toulouse, Novo México e Wisconsin. Pròximamente serão enviados leitores para Dakar e Tóquio.

Curso intensivo de Verão na Universidade de Quito (Equador) — Dando prosseguimento ao programa de colaboração com os cursos intensivos de verão promovidos por Universidades da América Latina, a Divisão Cultural enviou, em agôsto de 1960, à Universidade de Quito (Equador), os professôres Guy de Holanda e Jacques A. Danon, a fim de fazerem conferências sôbre educação e energia nuclear.

Seminário para Professôres Americanos — Colaborando com a Comissão Fulbright, a Divisão Cultural levou a efeito um seminário para professôres norte-americanos, realizado nos meses de julho e agôsto dêste ano.

A finalidade do programa é a de trazer ao Brasil pessoas não apenas categorizadas em especialidades tais como geografia, história e ciências sociais, mas que desempenhem papel de destaque nas respectivas comunidades, como educadores, escritores e jornalistas, capazes, portanto, de contribuir para maior difusão dos conhecimentos e experiências que auferiram durante sua estada entre nós.

Em 1960 tivemos a visita de 15 professôres norte-americanos que, acompanhados por colegas brasileiros e membros da Divisão Cultural, percorreram os Estados do Amazonas, Pará, Pernambuco, Bahia, Guanabara, São Paulo, Minas Gerais, Distrito Federal e Rio Grande do Sul, demorando-se na apreciação das obras mais representativas do desenvolvimento nacional. Foi-lhes igualmente ministrado um curso intensivo, composto de palestras em inglês, sôbre Geografia e Civilização brasileiras.

O êxito obtido pela primeira tentativa veio consagrar esta iniciativa cogitando a Divisão Cultural empreender programas semelhantes no próximo ano.

Viagem de Arquitetos brasileiros — Colaborando com o Instituto de Arquitetos do Brasil, para a maior divulgação da nova arquitetura, a Divisão Cultural, além de patrocinar a ida da Delegação do Brasil ao Congresso da Federação Pan-Americana de Arquitetos em Buenos Aires,

e o envio da nossa exposição àquele certame, facilitou o comparecimento de arquitetos nas seguintes reuniões internacionais: Henrique Mindlin, Comissão de Urbanismo — Espanha, março de 1960; Edmundo Corona, Comissão de Instalação Profissional — Madrid, abril de 1960; Ícaro de Castro Mello, Comissão de Construção Esportiva — Roma, 1960, e Rino Levi, Comissão de Edifícios Sanitários — Moscou, 1960.

Subvenções concedidas a entidades culturais estrangeiras — Além das que são regularmente mantidas pela Divisão Cultural no exterior, foram concedidas subvenções:

1 — Centro de Estudos Brasileiros de Munique.
2 — Associação dos Amigos do Brasil de Managua.
3 — Instituto Luso-Brasileiro de Coimbra.
4 — Instituto Luso-Brasileiro de Lisboa.
5 — Cursos de Assuntos Brasileiros na Universidade de Kobe.
6 — Instituto Ítalo-Brasileiro de Roma.
7 — Centro Cultural Ítalo-Brasileiro de Milão.
8 — Colégio Pio-Brasileiro em Roma.
9 — Comitê Nacional Brasileiro da Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar.
10 — Organização Mundial de Cinema Científico.
11 — Instituto Luso-Brasileiro da Sorbonne.
12 — Instituto Germano-Brasileiro.
13 — Sociedade Anglo-Brasileira.
14 — União Belgo-Brasileira.

Comissão Educacional do Ministério das Relações Exteriores — Continuando o trabalho iniciado em 1959, a Comissão realizou diversas reuniões no presente ano, tendo em vista a escolha dos professôres convidados para colaborarem nos Institutos, Centros de Estudos, Cátedras e Leitorados mantidos pelo Itamaraty no exterior; estudou o estabelecimento de programas e regulamentos para tais Institutos e Centros de Estudo; e selecionou os estudantes bra-

sileiros a serem beneficiados com o auxílio mensal de US$ 50.00, bem como os candidatos às 8 bôlsas integrais, concedidas pela primeira vez êste ano pelo Itamaraty a especialistas em desenho de forma, técnica de construção e urbanismo.

Bolsistas estrangeiros — Em virtude de convênios firmados entre o Brasil e países amigos, o Itamaraty concedeu, em 1960, 71 bôlsas a estudantes estrangeiros, (52 bôlsas em 1959), naturais dos seguintes países: Alemanha, 2; Argentina, 9; Bélgica, 1; Bolívia, 8; Chile, 3; Colômbia, 6; Corea, 1; Estados Unidos da América, 5; Finlândia, 1; Grã-Bretanha, 2; Equador, 2; Itália, 1; Japão, 2; Nicarágua, 2; Paraguai, 9; Peru, 4; Portugal, 1; República Árabe Unida, 2; Suécia, 1; Uruguai, 3; Guatemala, 1; Haiti, 1; Honduras, 2; México, 1; e Panamá, 1.

Ao proceder à seleção dêsses bolsistas, manteve-se o critério anterior, isto é, foi dada prioridade aos estudantes que viessem realizar estudos de urbanismo, arquitetura, medicina tropical, folclore e literatura brasileira. Êsses estudantes contaram, inclusive, com a colaboração da Divisão Cultural para obter alojamento e permissão para freqüentar os restaurantes universitários, bem como passagem no CAN e na Rêde Ferroviária Federal.

Concessão de matrícula a estudantes latino-americanos em Universidades brasileiras — Foram processados, através da Divisão Cultural, pedidos de matrícula de estudantes latino-americanos nas escolas superiores brasileiras, em virtude de convênios culturais firmados entre o Brasil e seus respectivos países. Êsses estudantes estão isentos de exame vestibular e do pagamento de taxas de matrícula, de conformidade com os têrmos específicos dos aludidos convênios.

Inscreveram-se nas Faculdades brasileiras, no ano letivo de 1960, 342 estudantes latino-americanos, assim distribuídos: bolivianos, 187; peruanos, 32; colombianos, 30; panamenhos, 21; venezuelanos, 17; equatorianos, 16; para-

guaios, 16; nicaragüenses, 12; hondurenhos, 7; argentino, 1; chilenos, 1; dominicano, 1; uruguaio, 1.

Auxílio a estudantes brasileiros no exterior — Por períodos de 3 a 12 meses, foi concedido auxílio financeiro a 223 estudantes brasileiros que, no exterior, realizam cursos de nível post-graduado, efetuam estágio técnico-científico e fazem estudos de aperfeiçoamento profissional.

Prêmio Itamaraty — Em 1960, 37 estudantes latino-americanos (16 argentinos, 4 bolivianos, 3 equatorianos, 5 peruanos e 5 uruguaios) foram contemplados com o «Prêmio Itamaraty», concedido anualmente aos melhores alunos dos centros culturais mantidos pelo Itamaraty em Buenos Aires, Rosário de Santa Fé, La Paz, Quito, Assunção, Lima, Iquito e Montevidéu. O «Prêmio Itamaraty» consistiu numa viagem de 15 dias ao Brasil, durante a qual os estudantes agraciados visitaram as principais instituições culturais do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Ouro Preto e São Paulo, bem como realizaram passeios aos principais recantos de Brasília, Goiânia, Santos, Guarujá, Barretos, Petrópolis, São Paulo, Volta Redonda e Rio.

Bôlsas concedidas a brasileiros para especialização em desenho industrial, técnica de construção e urbanismo — A Divisão Cultural instituiu, em 1960, 8 bôlsas-de-estudo no valor de 200 dólares mensais, além das passagens de ida e volta, destinadas a arquitetos e engenheiros brasileiros interessados em especializar-se, no exterior, em desenho industrial, técnica-de-construção e urbanismo, durante o período de 10 meses. Foram selecionados pela Comissão Educacional do Itamaraty, entre 46 candidatos, os arquitetos Acácio Gil Borsi e Joel Lopes de Carvalho (desenho industrial); José Luiz Fleury de Oliveira (técnica de construção de casas pré-fabricadas); Lilian Zeigarnikas Brafman, Zelia Barretto de Almeida, Ítalo Campofiorito, Antônio Chaves Barcelos e Alexandre Nicolaeff (urbanismo).

Caravanas universitárias estrangeiras que visitarem o Brasil em missão de intercâmbio cultural — Visitaram o Brasil, no decorrer de 1960, caravanas universitárias procedentes da Espanha (Faculdade de Arquitetura da Universidade de Madrid), Argentina (Instituto Superior de Urbanismo, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Córdova, Sociedade Argentina de Urbanismo) e Chile (Faculdade de Arquitetura da Universidade do Chile), às quais a Divisão Cultural, além da colaboração prestada na organização do programa de visitas, proporcionou hospedagem, sem refeições, no Rio de Janeiro e Brasília, e transporte de ônibus para o trajeto Rio de Janeiro-Belo Horizonte-Três Marias-Brasília-São Paulo-Rio de Janeiro. A Divisão Cultural obteve ainda para as referidas caravanas, por intermédio da Prefeitura de São Paulo, alojamento gratuito no Estádio Pacaembú e ônibus para locomovê-las em São Paulo.

Acôrdos Culturais — Em 1960, foram celebrados os seguintes convênios de intercâmbio cultural: com a Bélgica, em 6 de janeiro; o México, em 20 de janeiro; a República Árabe Unida, em 17 de maio, todos assinados no Rio de Janeiro. O Acôrdo Cultural com a Espanha foi assinado em Madrid pelo Ministro da Educação e Cultura. Por troca de notas, em 14 de outubro, o Brasil e os Estados Unidos da América fizeram uma emenda ao Acôrdo de Intercâmbio Cultural de 5 de novembro de 1957. Com o Paraguai foi firmado em 5 de março um convênio sôbre textos de ensino.

Por outro lado, vale assinalar o Acôrdo técnico-profissional assinado entre o Instituto de Arquitetos do Brasil e a Sociedade de Arquitetos Mexicanos.

Os atos assinados têm objetivos concretos: planificar os problemas de cooperação cultural, especialmente tendo em vista a criação de condições favoráveis à plena integração continental.

SETOR DE DIVULGAÇÃO

Publicações — Dentro de um plano prèviamente estabelecido, o setor de divulgação intensificou, durante o ano de 1960, os trabalhos relacionados com a difusão da cultura brasileira no exterior. A curiosidade pela construção de Brasília e por outros empreendimentos do Govêrno Federal, aumentaram o ritmo normal de pedidos de informações e esclarecimentos sôbre o nosso país.

Para fazer face à massa de informações solicitadas no mundo inteiro, a Divisão Cultural, em combinação com o serviço de metas da Presidência da República, distribuiu 20.000 exemplares da revista «Manchete», edição especial em inglês, abrangendo os diversos aspectos do desenvolvimento nacional. Instruções foram mandadas às Missões brasileiras no exterior, no sentido de enviar exemplares da referida revista às altas autoridades dos poderes executivo, legislativo e judiciário, oficiais das Fôrças Armadas, professôres, jornalistas, bibliotecas públicas e universidades. Dada a receptividade alcançada pela referida revista, foi publicada, então, uma edição em espanhol de 20.000 exemplares, com a mesma distribuição.

A revista de arquitetura «Acrópole» confeccionou dois números de luxo, em inglês e francês, sôbre a construção de Brasília, de alto nível técnico, tendo sido adquiridos 1.000 exemplares da citada obra, para distribuição a personalidades, especialmente arquitetos estrangeiros.

Em colaboração com as Centrais Elétricas de Furnas, foram distribuídos 3.000 exemplares da revista «Eletric Power in Brazil» que focaliza as principais obras do plano de eletrificação nacional.

O folheto «Brasil», editado pela Superintendência da Moeda e do Crédito, com pormenores e estatísticas da produção industrial e agrícola brasileira, completou a série de publicações de caráter informativo sôbre desenvolvimento

econômico, que foram encaminhadas às Missões do Brasil no exterior.

Foram distribuídos exemplares do «Dicionário Escolar Inglês-Português», de Oswaldo Serpa, destinados a escolas e centros de estudos no exterior. As revistas «Anhembi», «Arquitetura e Engenharia», «Brasília», «Brazilian American Survey», «Brasil Moderno», «Habitat», «Jornal de Letras», «Revista Brasileira de Política Internacional», «Síntese Política Econômica Social», constituiram as principais assinaturas adquiridas pelo setor de Divulgação.

A Divisão Cultural efetuou a remessa de discos de música erudita e popular às Missões diplomáticas brasileiras, levando-se em consideração os pedidos endereçados à Secretaria de Estado.

Quanto à distribuição de livros, foram atendidos os pedidos específicos de obras literárias de autores nacionais, quer para divulgação, quer para tradução. Obras de caráter informativo, geográfico e histórico sôbre o Brasil foram remetidas aos Consulados e Missões diplomáticas, bem como a bibliotecas e centros de estudos.

Fotografias e dispositivos — O Arquivo Fotográfico procurou atender a inúmeras solicitações de fotografias de diferentes aspectos da vida brasileira, notadamente de Brasília. No período da inauguração da nova Capital, foram fornecidas às Missões diplomáticas cêrca de 3.500 fotografias para distribuição à imprensa. Painéis fotográficos ornamentais, apresentando aspectos típicos do Brasil, foram remetidos às Missões diplomáticas e Repartições Consulares. Por outro lado, com o intuito de facilitar e atualizar o material fotográfico existente iniciou-se a renovação de arquivos de negativos, tendo em vista os assuntos que no momento despertam a maior atenção no exterior. O Serviço Fotográfico preparou, durante o ano de 1960, cêrca de 1.500 ampliações.

SETOR DE ARTES PLÁSTICAS

Exposições — A Divisão Cultural promoveu, durante o ano de 1960, as seguintes exposições, relacionadas de acôrdo com as cidades onde foram apresentadas:

Amsterdam — Exposição Lasar Segall.

Barcelona — Exposição de Arquitetura Moderna Brasileira: Brasília.

Belgrado — Exposição das obras que formaram a participação do Brasil à XXX Bienal de Veneza.

Bogotá — Exposição de Arquitetura Brasileira.

Exposição de Gravuras Brasileiras (dentro do panorama cultural da revista «Leitura»).

Buenos Aires — «O menino e seu mundo», em colaboração com a Escolinha de Arte.

Exposição da inauguração do Museu de Arte Moderna de Buenos-Aires.

III Festival do Livro das Américas.

I Certame Latino-Americano de Xilogravura.

Cairo — Exposição sôbre Brasília.

Caracas — Exposição de Arquitetura Brasileira.

Panorama cultural da revista «Leitura» (livros, revistas, gravuras, fotografias, etc....).

Copenhague — Exposição Lasar Segall.

Dusseldorf — Exposição Lasar Segall.

Hamburgo — Exposição Lasar Segall.

Jerusalém — Exposição sôbre gravuras brasileiras em geral.

La Paz — Exposição de gravuras de Rossini Perez.

Exposição de gravuras de Anna Letycia.

Lima — Exposição de gravuras de Rossini Perez.

Lisboa — Exposição de Arte Moderna Brasileira.

Lugano — VI Mostra Internacional de Desenho e Gravura (Prêto e Branco).

Madrid — Exposição de Arte Moderna Brasileira.

México — II Bienal Interamericana de Pintura, Escultura e Gravuras. A participação do Brasil constou de quadros e gravuras, além de duas salas especiais: uma, de Di Cavalcanti, outra de O. Goeldi. Vale notar que o Brasil conquistou 6 prêmios da Bienal.

Montevidéu — Exposição de quadros de Iberê Camargo (em colaboração com o Instituto Uruguaio-Brasileiro de Cultura).

Oslo — Exposição Lasar Segall.

Ottawa — Exposição de Arte Infantil.

Paris — Exposição de Arte Moderna Braslleira.

Quito — Exposição de Arquitetura Brasileira.

Panorama Cultural da revista «Leitura».

Santiago — Exposição sôbre Brasília.

Tel-Aviv — Exposição sôbre gravuras brasileiras em geral.

Utrecht — Exposição de Arte Moderna Brasileira.

Viena — Exposição sôbre Brasília.

Washington (O.E.A.) — Exposição da «Gravura Moderna Brasileira», no «Smithsonian Institution».

CURSO DE GRAVURA

Além destas 34 exposições, em 27 diferentes cidades, a Divisão Cultural ainda promoveu, com grande êxito, no terreno das artes plásticas, dois cursos de gravura: um, em La Paz, sob a orientação de Rossini Perez; outro, em Montevidéu, com Iberê Camargo.

DOAÇÃO DE QUADROS DE ARTISTAS BRASILEIROS À PINACOTECA DE LA PAZ

Por solicitação e sob o patrocínio da Divisão Cultural, os Senhores Sérgio da Rocha Miranda, Antônio Soares Sampaio e Antônio Sanchez Galdeano doaram à Pinacoteca

Nacional de La Paz obras (esculturas, gravuras e pinturas) de 24 dos mais representativos artistas brasileiros, que constituiram o acêrvo permanente da «Sala Brasil», daquela Pinacoteca.

BIENAL DE SÃO PAULO

Desde maio do corrente ano vem a Divisão Cultural se preocupando com a VI Bienal de São Paulo. Duas Circulares já foram expedidas às nossas Missões diplomáticas e há permanente contacto entre um funcionário desta Divisão e os organizadores da Bienal.

XXX BIENAL DE VENEZA

O Brasil esteve presente a esta importante mostra internacional e a Divisão Cultural vem articulando, com a Embaixada em Roma, os planos para a construção do Pavilhão Permanente do Brasil na Bienal daquela cidade. Para tanto enviou ao local o arquiteto Henrique Mindlin, a quem foi entregue a parte arquitetônica e técnica do projeto.

BUSTOS

O Ministério das Relações Exteriores doou, através da Divisão Cultural, à Universidade do Panamá, o busto de Ruy Barbosa e uma coleção completa de suas obras; ao Govêrno de Honduras, busto de Tiradentes, a ser colocado na Avenida dos Próceres, em Tegucigalpa; à Faculdade de Direito da Universidade de Santiago, o busto de Ruy Barbosa e uma coleção completa de suas obras.

SETOR DE TURISMO

O Setor de Turismo, dentro dos quadros da Divisão Cultural, iniciou suas atividades no segundo semestre de

1959. Em setembro foi realizada, sob o patrocínio do Departamento de Turismo do Estado da Guanabara, uma reunião informal dos diretores de turismo do Uruguai, Argentina, Chile e Peru, para discutirem problemas de turismo comuns aos países sul-americanos, tendo o Itamaraty participado das conversações mantidas.

Em permanente contacto com autoridades competentes, o Setor de Turismo adotou neste ano as primeiras providências para a realização, no Rio de Janeiro, de 12 a 22 de junho de 1961, do VII Congresso Interamericano de Turismo, sob os auspícios da Organização dos Estados Americanos.

FILMES E CINEMATOGRAFIA

A Divisão Cultural concentrou seus esforços no objetivo precípuo do campo cinematográfico, qual seja a produção e distribuição de filmes para os acervos das Missões diplomáticas e Repartições Consulares. Nesse sentido, a Divisão Cultural adquiriu dois filmes, «Arte no Brasil de Hoje» e «O Brasil Constrói Brasília», o último em maior escala, procurando fazer coincidir sua distribuição com a data da inauguração da nova capital.

As Embaixadas em Atenas, Belgrado, Berna, Bonn, Buenos Aires, Caracas, Havana, Camberra, Copenhague, La Paz, Lima, Lisboa, Londres, Madrid, México, Montevidéu, Nova Delhi, Ottawa, Paris, Roma, Santiago, Tóquio, Viena, Washington e os Consulados em Milão, Nova York e Los Angeles receberam cópias em português, francês, inglês, espanhol, alemão ou italiano. Essas Missões estão autorizadas a emprestar às outras Missões em países vizinhos os filmes referidos.

«Arte no Brasil de Hoje» foi remetido em francês para as Embaixadas em Paris e Roma; em espanhol para as Embaixadas em Buenos Aires, La Paz, Bogotá e Monte-

vidéu; em inglês para as Embaixadas em Londres e Washington e ao Consulado em Nova York, conservando à Secretaria de Estado uma cópia de cada idioma, inclusive português.

A Divisão Cultural distribuiu, ainda, às Missões diplomáticas e Repartições consulares, filmes produzidos por outras entidades governamentais, cujas cópias foram cedidas ao Itamaraty, como «Brasília 1959» e «Brasília-Acre», da Agência Nacional; «Aço e Humanidade» e «Nasci em Volta Redonda», da Cia. Siderúrgica Nacional; «O Café, sua História, sua Penetração no Brasil» e «O Café do Brasil», do Instituto Brasileiro do Café, e «Canaã do Ferro», da Cia. Vale do Rio Doce.

No presente momento, a Divisão Cultural mantém entendimentos com a última das entidades mencionadas para a cessão de cópias de dois outros filmes coloridos, realizados pela firma I. Rosemberg, a saber «Meta 26, Minério de Ferro» e «Minério de Ferro, Realidade Brasileira».

Mediante pequena colaboração financeira para a confecção de letreiros apropriados e revisão da banda sonora, a Divisão Cultural estabeleceu acôrdo com a Esso Brasileira de Petróleo, pelo qual aquela firma cederá um grande número de cópias do filme sôbre a inauguração de Brasília, realizado pela Procine Produções Cinematográficas.

Tendo em vista a aceitação permanente do filme «Aquarela do Brasil», do Cônsul Raul Smandek, foi feita uma atualização do mesmo, incluindo cenas de Brasília, cuja recopiagem está sendo, no momento, efetuada em Los Angeles, bem como foi preparada uma versão italiana para uso da Embaixada do Brasil em Roma.

A par da atividade de abastecimento dos acervos cinematográficos das Embaixadas e Consulados, a Divisão Cultural procurou divulgar a cinematografia brasileira no exterior através da participação em festivais.

A escolha dos certames foi, mais ou menos, arbitrária, sujeita às disponibilidades da produção nacional, durante as datas de realização dos vários festivais. Mesmo assim, embora participando de apenas seis mostras internacionais, a saber, de Mar del Plata, Cannes, Berlim, Santa Margherita Ligure, Karlovy-Vary e San Sebastian, o Brasil obteve um índice de premiação de 50%, já que em três dêles as películas nacionais obtiveram prêmios.

Assim, o I Festival Internacional de Mar Del Plata atribuiu o prêmio de «melhor argumento» ao filme brasileiro «Na garganta do Diabo». Edla Van Steen, protagonista da mesma película foi laureada como «melhor atriz», na I Resenha de Cinema Latino-Americano de Santa Margherita Ligure, que também premiou «O Grande Momento», como o filme «de maior simplicidade e espontaneidade». No II Certame Internacionad de Cinema Documentário Íbero-Americano e Filipino de San Sebastian o filme «Arraial do Cabo», de Mário Carneiro e Paulo César Sarraceni conquistou a «Medalha de Ouro» e a película «Viagem do Presidente Kubitschek a Lisboa», da firma Carlos Niemeyer Produções recebeu o «Miqueldi de Bronze» (melhor noticiário).

Êsses resultados são expressivos, sobretudo se se observar que foram merecedores de prêmios no exterior filmes brasileiros de tôdas as categorias, ou sejam de ficção, documentários e noticiários.

Dentro do programa de difusão da cinematografia brasileira no exterior, a Divisão Cultural organizou, em colaboração com a Cinemateca Brasileira, duas mostras retrospectivas do filme nacional, em Montevidéu e Buenos Aires, que foram recebidas com aplausos pela crítica especializada daquelas cidades. A mostra incluia as seguintes películas: «Exemplo Regenerador» (1919); «Sinfonia da Metrópole» (1928); «Fragmentos da Vida» (1929); «Canga Bruta» (1931); «O Caçador de Diamantes» (1932); «Caiçara»

(1950); «Terra é sempre Terra» (1952); «Simão, o Caolho» (1952); «O Sacy» (1953); «O Canto do Mar» (1954); «Estranho Encontro» (1955); «Rio, 40 graus» (1958); «Bahia de Todos os Santos» (1960).

A mostra foi acompanhada de uma exposição de fotografias e de um catálogo organizado pela Cinemateca Brasileira e editado pelo Instituto Uruguaio-Brasileiro.

A Divisão Cultural, à semelhança do ocorrido nos anos anteriores com os Festivais de Cinema Americano e do cinema francês, patrocinou em 1960 o Festival do Cinema Italiano, promovido pelo Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, quando foram oferecidas Placas de Ouro e Prata aos filmes premiados.

Para participar da representação brasileira à IV Feira Internacional de Osaca, a Divisão Cultural entregou à Divisão de Assistência os seguintes filmes: «Brasília 1959», versão japonesa; «Aço e Humanidade», versão inglêsa, e «Arte no Brasil de Hoje», versão inglêsa; para a Feira Internacional de Lisboa foram remetidos: «O Progresso por um Fio», sôbre energia hidro-elétrica; «Técnica, Chave da Economia», sôbre as atividades da indústria automobilística brasileira; e, «Nasci em Volta Redonda», sôbre a indústria siderúrgica. O filme «O Café do Brasil», versão inglêsa foi enviado para a VII Feira Internacional de Damasco.

A Divisão Cultural prestou auxílio a grande número de cinegrafistas estrangeiros que visitaram o Brasil, principalmente durante as festividades de inauguração de Brasília.

Finalmente foi aprovada, a título experimental, a criação, nesta Divisão, do Serviço de Difusão Cinematográfica, que começará suas atividades em 1961.

CONCERTOS

Foram realizados, entre outros, os seguintes concertos de piano:

1º) de Yara Bernette, em Londres e Atenas.

2º) de Bernardo Segall, em Ciudad Trujillo.

3º) da menina Rosana Maria Martins, em Berlim, onde ganhou a I Menção Especial no Concurso Internacional de Piano, ali realizado.

VISITAS

Personalidades estrangeiras ao Brasil — A Divisão Cultural trouxe ao Brasil as seguintes personalidades:

1ª) Júlio Vargas Prado, Diretor da Rádio Nacional do Peru.

2ª) Professor Jorge Castro Harrison, Diretor da Escola Naval do Peru.

3ª) Professor Rodrigo Facio, Reitor da Universidade de Costa Rica.

4ª) Leonelo Ventura, crítico de arte, convidado oficial do Ministro das Relações Exteriores.

5ª) Eugene Ionesco, teatrólogo, que realizou uma série de conferências.

6ª) O jornalista Keika Kamata, de Tóquio.

7ª) O jornalista Ofea Aliagon, de Tel-Aviv.

8ª) Charles Shaw, Diretor da Rádio e Televisão em Filadélfia.

9ª) Carlos Prio Socarrás, ex-presidente de Cuba.

10ª) Professor Takishi Lekigushi, para lecionar na cátedra de geografia regional na Faculdade Nacional de Filosofia.

11ª) Adah de Crespo, Professôra argentina para estágio na Escolinha de Arte do Brasil.

Personalidades brasileiras ao exterior:

1ª) Doutor Geza Lezsek, delegado do Brasil ao «I Simposium Internacional sôbre Ester de Cori» (Milão).

2ª) Mário Pedroza e Mário Barata, representantes do Brasil ao «VII Congresso de Críticos de Arte» (Varsóvia).

3ª) Rosana Martins — Concurso Internacional de Piano (Berlim).

4º) Professor Florindo Villa-Alvarez, convidado da Divisão Cultural para participar das comemorações do «XX aniversário do Instituto Uruguaio de Cultura» (Montevidéu).

5ª) Os professôres Guy de Holanda e Jacques A. Danon à Universidade de Quito (Equador) a fim de ministrarem conferências sôbre educação e energia nuclear.

6ª O Professor Jacques Danon, pronunciou na Universidade de San Marcos, em Lima, mais duas conferências sôbre o Desenvolvimento das Pesquisas Nucleares no Brasil, e Isótopos Radioativos e suas aplicações.

7ª Engenheiro Renato Ferreira de Sá — Conferências nos E.U.A.

8ª) Arquiteto Lúcio Costa — Aulas na Universidade de Harvard.

CERIMONIAL

No exercício de 1960, foram intensas as atividades desenvolvidas pela Divisão do Cerimonial em todos os setores de trabalho, mormente no que diz respeito a visitas de personalidades estrangeiras e a homenagens prestadas às mesmas.

Entre os hóspedes ilustres que visitaram o Brasil, no corrente ano, sobressaem o Senhor Pierre Wigny, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Bélgica; o Senhor Adolfo López Mateos, Presidente dos Estados Unidos do México; o Senhor Dwight D. Eisenhower, Presidente dos Estados Unidos da América; o Senhor Oscar Allende, Governador da Província de Buenos Aires; o Senhor Jacques Van Offelen, Ministro do Comércio Exterior da Bélgica; o Governador Adlai Stevenson; o Senhor Bruno Pittermann, Vice-Presidente do Conselho de Ministros da Áustria; Sua Eminência Reverendíssima o Cardel Dom Manuel Gonçalves Cerejeira; o Senhor Hussein Zulfeckar Sabri, Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Árabe Unida: o Senhor Osvaldo Dorticós Torrado, Presidente da República de Cuba; o Senhor Charles Hill, Secretário de Estado para Informação da Grã-Bretanha; Sua Eminência Reverendíssima o Cardel Giovanni Battista Montini, Arcebispo de Milão; o Ministro Raul Sapena Pastor, Ministro das Relações Exteriores do Paraguai; o Senhor Joachim Lipschitz, membro do Senado de Berlim; o Senhor Edmond Michelet, Ministro

da Justiça da França; o Senhor Heinrich Von Brentano, Ministro do Exterior da República Federal da Alemanha; o Senhor Diosdado Macapagal, Vice-Presidente das Filipinas, e Sua Majestade Imperial Hailé Sellassié I, Imperador da Etiópia.

A visita do Presidente dos Estados Unidos Mexicanos, Doutor Adolfo López Mateos, realizou-se nos primeiros dias do ano. Essa visita revestiu-se de especial importância pois era a primeira vez que um Chefe de Estado mexicano visitava o Brasil.

Há mais de um mês da data em que deveria chegar o Presidente dos Estados Unidos da América iniciaram-se intensos trabalhos de elaboração do programa, os quais, presididos e orientados pelo Chefe da Divisão do Cerimonial, contaram com a colaboração de elementos civis e militares.

No mês de fevereiro chegou o Presidente Dwight Eisenhower em avião especial, desembarcando em Brasília, onde o aguardava o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, Ministros de Estado e demais autoridades civis e militares. Após as honras militares do estilo, dirigiram-se os Presidentes e comitiva para a cidade onde foi inaugurado o Monumento Comemorativo da visita que fazia ao Brasil o Presidente Eisenhower. Logo após, foi lançada a Pedra Fundamental da Embaixada americana na nova Capital. À noite, realizou-se no Palácio da Alvorada um jantar íntimo. No dia seguinte, pela manhã, embarcava o Presidente Eisenhower para o Rio de Janeiro. Aterrou o avião no aeroporto do Galeão, passando o Presidente americano para uma lancha que o conduziu até o cais do Ministério da Marinha, onde o aguardavam o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, Ministros de Estado e autoridades.

Do programa organizado, cumpre destacar as seguintes cerimônias: Visita ao Supremo Tribunal Federal, Sessão Solene do Congresso Nacional, Banquete no Itamaraty oferecido pelo Presidente da República e Senhora Juscelino

Kubitschek de Oliveira. No dia seguinte partiu o Presidente Eisenhower para São Paulo onde foi cumprido intenso programa. À tarde dêsse mesmo dia regressava ao Rio de Janeiro para oferecer o jantar de retribuição ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. No dia 26 de fevereiro partiram o Presidente Eisenhower e comitiva com destino a Buenos Aires.

Vale ressaltar a colaboração prestada pelos funcionários da Divisão na Comissão de Planejamento e Execução das Solenidades de Instalação do Govêrno Federal em Brasília.

HOMENAGENS NO ITAMARATY

Foram oferecidos almoços de despedida aos seguintes Chefes de Missão:

Sua Excelência o Senhor Doutor A. Sanchez Quell, Embaixador do Paraguai.

Sua Excelência o Senhor Donald Mackinnon, C.B.E., Embaixador da Austrália.

Sua Excelência o Senhor Nils Anton Jörgensen, Embaixador da Noruega.

Sua Excelência o Senhor Carlos Sanz de Santamaria, Embaixador da Colômbia.

Sua Excelência o Senhor Doutor Hermann Gohn, Embaixador da Áustria.

Sua Excelência o Emir Raif Abillama, Embaixador do Líbano.

Sua Excelência o Senhor Bernard Hardion, Embaixador da França.

Foram ainda homenageadas as seguintes pessoas:

Jantar a Sua Excelência o Senhor Pierre Wigny, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Bélgica.

Almôço a Sua Excelência o Senhor Embaixador Luis Santiago Sanz, Diretor Geral de Política do Ministério das Relações Exteriores da Argentina.

Jantar a Sua Excelência o Senhor Adolfo Lopez Mateos, Presidente dos Estados Unidos Mexicanos, e senhora, seguido de recepção.

Almôço ao Senhor William R. Hearst Jr.

Almôço ao Senhor Ministro Conselheiro Jaime San Martin Montes, da Embaixada da Bolívia.

Jantar a Sua Excelência o Senhor Dwight D. Eisenhower, Presidente dos Estados Unidos da América, seguido de recepção.

Almôço a Sua Excelência o Senhor Christian A. Herter, Secretário de Estado dos Estados Unidos da América.

Almôço a Sua Excelência Sir Frederick Hoyer Millar.

Almôço a Sua Excelência o Senhor Doutor Francizek Modrzewski, Vice-Ministro do Comércio Exterior da Polônia.

Jantar a Sua Excelência o Senhor Eugen Gerstenmaier, Presidente do Parlamento da República Federal da Alemanha.

Jantar a Sua Excelência o Senhor Governador Adlai Stevenson.

Jantar a Sua Excelência o Senhor Bruno Pittermann, Vice-Presidente do Conselho de Ministros da Áustria.

Almôço a Sua Excelência o Senhor de La Corbinière, Vice-Primeito Ministro e Ministro das Finanças das Índias Ocidentais.

Almôço à Delegação Comercial polonesa.

Almôço a Sua Excelência o Senhor Vicente Sanchez Gavito, Embaixador do México junto à Organização dos Estados Americanos.

Almôço à Missão comercial dos Estados Unidos da América.

Almôço a Parlamentares italianos.

Recepção aos Delegados ao VI Congresso Interamericano de Cardiologia.

Almôço a Sua Excelência o Senador Bernardo Mattarella.

Almôço a Sua Excelência o Senhor Doutor Heinrich von Bretano, Ministro do Exterior da República Federal da Alemanha.

Almôço ao Ministro Howard R. Cottam, da Embaixada dos Estados Unidos da América.

Almôço à Delegação finlandesa.

Almôço ao Senhor Jean Boyer, Secretário Executivo Adjunto do GATT.

Almôço a Sua Excelência o Senhor Embaixador Guillermo Hoyos Osores.

Almôço à Missão comercial australiana.

Almôço ao Senhor Marcus Daly, Diretor Geral do Comité Intergovernamental para Migrações Européias.

ALTERAÇÕES NAS CHEFIAS DAS MISSÕES DIPLOMÁTICAS ACREDITADAS NO RIO DE JANEIRO

Deixaram as funções que desempenhavam no Brasil os seguintes Chefes de Missão:

Sua Excelência o Senhor Donald Mackinnon, C.B.E., Embaixador da Austrália.

Sua Excelência o Senhor Dr. Hermann Gohn, Embaixador da Áustria.

Sua Excelência o Senhor Carlos Sanz de Santamaria, Embaixador da Colômbia.

Sua Excelência o Senhor Luiz A. Oviedo, Embaixador da República Dominicana.

Sua Excelência o Senhor Bernard Hardion, Embaixador de França.

Sua Excelência o Senhor Doutor Salomon Paresdes Regalado, Embaixador de Honduras.

Sua Excelência o Marquês Blasco Lanza d'Ajeta, Embaixador da Itália.

Sua Excelência o Emir Raif Abillama, Embaixador do Líbano.

Sua Excelência o Senhor Nils Anton Jörgensen, Embaixador da Noruega.

Sua Excelência o Coronel Julio E. Briceño, Embaixador do Panamá.

Sua Excelência o Senhor Doutor H. Sánchez Quell, Embaixador do Paraguai.

Sua Excelência o Senhor Sefkati Istinyeli, Embaixador da Turquia.

Sua Excelência o Senhor B. J. Jarvie, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da União Sul Africana.

APRESENTARAM CREDENCIAIS

Sua Excelência o Barão Lewe van Aduard, Embaixador dos Países Baixos — 13 de janeiro.

Sua Excelência o Doutor Luis Martinez Miltos, Embaixador do Paraguai — 27 de janeiro.

Sua Excelência o Senhor Annesley de Silva, Embaixador do Ceilão — 16 de março.

Sua Excelência o Senhor André Dominicé, Embaixador da Suíça — 28 de março.

Sua Excelência o Senhor José Rojas Y Moreno, Conde Casa Rojas, Embaixador da Espanha — 28 de março.

Sua Excelência o Conde Carl Douglas, Embaixador da Suécia — 7 de abril.

Sua Excelência o Senhor Yosef Tekoah, Embaixador de Israel — 7 de abril.

Sua Excelência o Senhor Salvador M. Ferrer Serra, Embaixador do Uruguai — 21 de abril.

Sua Excelência o Tenente-Coronel Guillermo Marti, Embaixador da Costa Rica — 7 de maio.

Sua Excelência o Senhor Johan Zeier Cappelen, Embaixador da Noruega — 7 de junho.

Sua Excelência o Senhor Stewart Jamieson, Embaixador da Austrália — 7 de junho.

Sua Excelência o Senhor Doutor José R. Castro, Embaixador de Honduras — 8 de agôsto.

Sua Excelência o Senhor Dario Botero Isaza, Embaixador da Colômbia — 12 de outubro.

Sua Excelência o Senhor Doutor German Quiroga Galvez Galdo, Embaixador da Bolívia — 12 de novembro.

Sua Excelência o Senhor Jacques Baeyens, Embaixador de França — 12 de novembro.

Sua Excelência o Senhor Doutor Albin Lennkh, Embaixador da Áustria — 12 de novembro.

A Sua Excelência o Senhor Celâl Bayar, Presidente da República Turca, dando por finda a missão do Senhor Nemesio Dutra — fevereiro de 1960.

A Sua Excelência o Senhor Celâl Bayar, Presidente da República Turca, acreditando, na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, o Senhor Janary Gentil Nunes — fevereiro de 1960.

A Sua Majestade Baudouin, Rei dos Belgas, dando por finda a missão do Senhor Hugo Gouthier de Oliveira Gondim — fevereiro de 1960.

A Sua Majestade Baudouin, Rei dos Belgas, acreditando, na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Carlos Cyrillo Júnior — fevereiro de 1960.

A Sua Excelência o Senhor Giovanni Gronchi, Presidente da República Italiana, dando por finda a missão do Senhor Adolpho Cardoso de Alencastro Guimarães — março de 1960.

A Sua Excelência o Senhor Giovanni Gronchi, Presidente da República Italiana, acreditando, na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Hugo Gouthier de Oliveira Gondim — março de 1960.

A Sua Excelência o Senhor Arturo Frondizi, Presidente da Nação Argentina, acreditando o Senhor Horácio Lafer,

na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, para representar o Brasil nas comemorações do Sesquicentenário da Independência da Argentina.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Ramon Villeda Morales, Presidente Constitucional da República de Honduras, dando por finda a missão do Senhor Bolivar de Freitas — maio de 1960.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Ramon Villeda Morales, Presidente Constitucional da República de Honduras, acreditando, na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Mário David Meneghetti — maio de 1960.

A Sua Excelência o Senhor Urho Kaleva Kekkonen, Presidente da República da Finlândia, dando por finda a missão do Senhor Jorge Olinto de Oliveira — agôsto de 1960.

A Sua Excelência o Senhor Urho Kavela Kekkonen, Presidente da República da Finlândia, acreditando, na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, o Senhor Ruy Pinheiro Guimarães — agôsto de 1960.

A Sua Excelência o Senhor José A. Mora, Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos, acreditando os Representantes dos Estados Unidos do Brasil ao III Período de Sessões da Comissão Especial para Estudar a Formulação de Novas Medidas de Cooperação Econômica (Comitê dos 21) — setembro de 1960.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Adolfo López Mateos, Presidente Constitucional dos Estados Unidos Mexicanos, acreditando o Professor Maurício de Medeiros, na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, para representar o Brasil nas comemorações do Sesquicentenário da Independência do México — setembro de 1960.

A Sua Excelência o Senhor Ernesto de La Guardia

Junior, Presidente da República do Panamá, acreditando o Senhor Jorge Latour, na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, para representar o Brasil nas solenidades da posse de Sua Excelência o Senhor Roberto Francisco Chiari, no cargo de Presidente da República — setembro de 1960.

A Sua Majestade o Imperador do Japão, dando por finda a missão do Senhor Roberto Mendes Gonçalves — outubro de 1960.

A Sua Majestade o Imperador do Japão, acreditando, na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, o Senhor Décio Honorato de Moura — outubro de 1960

A Sua Santidade o Papa João XXIII, dando por finda a missão do Senhor Moacyr Ribeiro Briggs — outubro de 1960.

A Sua Santidade o Papa João XXIII, acreditando, na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, o Senhor Henrique de Souza Gomes — outubro de 1960.

A Sua Excelência o Senhor Rômulo Betancourt, Presidente da República da Venezuela, em resposta à Credencial do Doutor Jovito Villalba, Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara de Deputados da República e Representante Pessoal de Sua Excelência em Missão Especial. Janeiro de 1960.

A Sua Majestade Juliana, Rainha dos Países-Baixos, em resposta à Revocatória do Jonkheer M. van Weede. Janeiro de 1960.

A Sua Majestade Juliana, Rainha dos Países-Baixos, em resposta à Credencial do Barão Evert Joos Lewe van Aduard. Janeiro de 1960.

A Sua Excelência o Senhor Alberto Lleras Camargo, Presidente da República da Colômbia, agradecendo a remessa da Condecoração da Ordem de Boyacá. Janeiro de 1960.

A Sua Excelência o Senhor General-de-Exército Alfredo Ströessner, Presidente da República do Paraguai, em resposta à Revocatória do Doutor Hipólito Sánchez. Janeiro de 1960.

A Sua Excelência o Senhor General-de-Exército Alfred Ströessner, Presidente da República do Paraguai, em resposta à Credencial do Doutor Luis A. Martínez Miltos. Janeiro de 1960.

A Sua Majestade Elizabeth II, Rainha do Ceilão e de seus Outros Reinos e Territórios, Chefe da Comunidade Britânica, em resposta à Credencial do Senhor Annesley da Silva. Abril de 1960.

A Sua Excelência o Generalíssimo Francisco Franco Bahamonde, Chefe do Estado Espanhol, em resposta à Revocatória do Senhor Tomás Suñer y Ferrer. Abril de 1960.

A Sua Excelência o Generalíssimo Francisco Franco Bahamonde, Chefe do Estado Espanhol, em resposta à Credencial do Senhor José Rojas y Moreno, Conde de Casa Rojas. Abril de 1960.

A Sua Excelência o Senhor Max Pettitpierre, Presidente da Confederaãço Helvética, em resposta à Revocatória do Senhor Robert Maurice. Abril de 1960.

A Sua Excelência o Senhor Max Petitpierre, Presidente da Confederação Helvética, em resposta à Credencial do Senhor André Dominicé. Abril de 1960.

A Sua Excelência o Senhor Benito Nardone Presidente do Conselho Nacional de Govêrno da República Oriental do Uruguai em resposta à Credencial do Senhor Salvador Ferrer Serra. Maio de 1960.

A Sua Majestade Gustavo Adolfo, Pela Graça de Deus, Rei da Suécia, dos Godos e dos Vendos, em resposta à Revocatória do Senhor Carl Jan Stenström. Maio de 1960.

A Sua Majestade Gustavo Adolfo, Pela Graça de Deus, Rei da Suécia, dos Godos e dos Vendos, em resposta à Credencial do Conde Carl Ludvig Douglas.

A Sua Excelência o Senhor Izhak Ben-Zvi, Presidente do Estado de Israel em resposta à Revocatória do Senhor Arie Aroch. Maio de 1960.

A Sua Excelência o Senhor Izhak Ben-Zvi, Presidente do Estado de Israel, em resposta à Credencial do Senhor Josef Tekoah.

A Sua Excelência o Senhor Henriche Lübke, Presidente da República Federal da Alemanha, em resposta à Carta

que credenciou o Senhor Ernst Ostermann von Roth no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Missão Especial, a fim de assistir às cerimônias comemorativas da instalação do Govêrno Federal em Brasília. Junho de 1960.

A Sua Excelência o Senhor Dwight D. Eisenhower, Presidente dos Estados Unidos da América, em resposta à Carta que credenciou o Senhor John M. Cabot no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Missão Especial, a fim de assistir às cerimônias comemorativas da instalação do Govêrno Federal em Brasília. Junho de 1960.

A Sua Majestade Baudouin, Rei dos Belgas, em resposta à Carta que credenciou o Senhor Ti-Tsun Li no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Missão Especial, a fim de assistir às cerimônias comemorativas da instalação do Govêrno Federal em Brasília. Junho de 1960.

A Sua Majestade Frederico IX, Rei da Dinamarca, em resposta à Carta que credenciou o Senhor Helmuth Ingemann Moller no caráter de Embaixador Extraordinário Plenipotenciário em Missão Especial, a fim de assistir às cerimônias comemorativas da instalação do Govêrno Federal em Brasília. Junho de 1960.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Camilo Ponce Enriquez, Presidente Constitucional da República do Equador, em resposta à Carta que credenciou o Senhor Neftali Ponce Miranda no caráter de Embaixador Extraordinário e em Missão Especial, a fim de assistir às cerimônias comemorativas da instalação do Govêrno Federal em Brasília. Junho de 1960.

A Sua Excelência o Senhor General Charles de Gaulle, Presidente da República Francesa, Presidente da Comunidade Francesa, em resposta à Carta que credenciou o Senhor Bernard Hardion no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Missão Especial a fim de assistir às

cerimônias comemorativas da instalação do Govêrno Federal em Brasília. Junho de 1960.

A Sua Majestade Elizabeth II, Pela Graça de Deus, Rainha do Reino Unido da Grã Bretanha e da Irlanda do Norte e de seus Outros Reinos e Territórios, Chefe da Comunidade Britânica, Defensora da Fé, em resposta à Carta que credenciou Sir Geoffrey Arnold Wallinger no caráter de Embaixador Extraordinário em Missão Especial, a fim de assistir às cerimônias comemorativas da instalação do Govêrno Federal em Brasília. Junho de 1960.

A Sua Majestade Paul I, Rei dos Helenos, em resposta à Carta que credenciou o Senhor Jean Liberopoulos no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Missão Especial, a fim de assistir às cerimônias comemorativas da instalação do Govêrno Federal em Brasília. Junho de 1960.

A Sua Excelência o Senhor Doutor François Duvalier, Presidente da República do Haiti, em resposta à Carta que credenciou o Senhor Edner Brutus no caráter de Embaixador Extraordinário em Missão Especial, a fim de assistir às cerimônias comemorativas da instalação do Govêrno Federal em Brasília. Junho de 1960

A Sua Excelência o Senhor Doutor Ramon Villeda Morales, Presidente da República de Honduras, em resposta à Carta que credenciou o Senhor Salomón Paredes Regalado no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Missão Especial, a fim de assistir às cerimônias comemorativas da instalação do Govêrno Federal em Brasília. Junho de 1960.

A Sua Excelência o Senhor Rajendra Prasadi, Presidente da República da Índia, em resposta à Carta que credenciou o Senhor M. K. Kirpalani no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Missão Especial, a fim de assistir às cerimônias comemorativas da instalação do Govêrno Federal em Brasília. Junho de 1960.

A Sua Majestade Imperial Mohammad Reza Pahlavi, Xainxá do Irã, em resposta à Carta que credenciou o Senhor Mahmoud Foroughi no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Missão Especial, a fim de assistir às cerimônias comemorativas da instalação do Govêrno Federal em Brasília. Junho de 1960.

A Sua Excelência o Senhor Izhak Ben-Zvi, Presidente do Estado de Israel, em resposta à Carta que credenciou o Senhor Yosef Tekoah no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Missão Especial, a fim de assistir às cerimônias comemorativas da instalação do Govêrno Federal em Brasília. Junho de 1960.

A Sua Excelência o Senhor Giovanni Gronchi, Presidente da República Italiana, em resposta à Carta que credenciou o Senhor Carlo Enrico Giglioli no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Missão Especial, a fim de assistir às cerimônias comemorativas da instalação do Govêrno Federal em Brasília. Junho de 1960.

A Sua Majestade o Imperador do Japão, em resposta à Carta que credenciou o Senhor Yoshiro Ando no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Missão Especial, a fim de assistir às cerimônias comemorativas da instalação do Govêrno Federal em Brasília. Junho de 1960.

A Sua Excelência o Senhor General Fouad Chéhab, Presidente da República Libanesa, em resposta à Carta que credenciou o Senhor Raif Abillama no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Missão Especial, a fim de assistir às cerimônias comemorativas da instalação do Govêrno Federal em Brasília. Junho de 1960.

A Sua Excelência o Senhor Adolfo López Mateos, Presidente Constitucional dos Estados Unidos Mexicanos, em resposta à Carta que credenciou o Senhor Antonio Gomez Robledo no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Missão Especial, a fim de assistir

às cerimônias comemorativas da instalação do Govêrno Federal em Brasília. Junho de 1960.

A Sua Excelência o Senhor Coronel Luiz A. Somoza D., Presidente da República da Nicarágua, em resposta à Carta que credenciou o Senhor Justino Sansón Balladares no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Missão Especial, a fim de assistir às cerimônias comemorativas da instalação do Govêrno Federal em Brasília. Junho de 1960.

A Sua Majestade Juliana, Rainha dos Países-Baixos, em resposta à Carta que credenciou o Barão Evert Joost Lewe van Aduard no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Missão Especial, a fim de assistir às cerimônias comemorativas da instalação do Govêrno Federal em Brasília. Junho de 1960.

A Sua Excelência o Senhor Manuel Prado, Presidente da República Peruana, em resposta à Carta que credenciou o Senhor Carlos Echecopar Herce no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Missão Especial, a fim de assistir às cerimônias comemorativas da instalação do Govêrno Federal em Brasília. Junho de 1960.

A Sua Excelência o Senhor Almirante Américo Deus Rodrigues, em resposta à Carta que credenciou o Senhor Manuel Farrajota Rocheta no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Missão Especial, a fim de assistir às cerimônias comemorativas da instalação do Govêrno Federal em Brasília. Junho de 1960.

A Sua Majestade Gustavo Adolfo, Pela Graça de Deus, Rei da Suécia, dos Godos e dos Vendos, em resposta à Carta que credenciou o Conde Carl Ludvig Douglas no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Missão Especial, a fim de assistir às cerimônias comemorativas da instalação do Govêrno Federal em Brasília. Junho de 1960.

A Sua Excelência o Senhor Max Petitpierre, Presidente da Confederação Helvética, em resposta à Carta que credenciou o Senhor André Dominicé no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Missão Especial, a fim de assistir às cerimônias comemorativas da instlação do Govêrno Federal em Brasília. Junho de 1960.

A Sua Excelência o Senhor Antonín Novotny, Presidente da República da Tcheco-Eslováquia, em resposta à Carta que credenciou o Senhor Jaroslav Kuchválek no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Missão Especial, a fim de assistir às cerimônias comemorativas da instalação do Govêrno Federal em Brasília. Junho de 1960.

A Sua Excelência o Senhor Celal Bayar, Presidente da República Turca, em resposta à Carta que credenciou o Senhor Sefkati Istinyeli como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Missão Especial, a fim de assistir às cerimônias comemorativas da instalação do Govêrno Federal em Brasília. Junho de 1960.

A Sua Santidade o Papa João XXIII, em resposta à Carta que credenciou Monsenhor Armando Lombardi no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Missão Especial, a fim de assistir às cerimônias comemorativas da instalação do Govêrno Federal em Brasília. Junho de 1960.

A Sua Excelência o Senhor Mario Echandi, Presidente Constitucional da República da Costa Rica, em resposta à Credencial do Tenente-Coronel Guillermo Martí Vargas. Junho de 1960.

A Sua Majestade Elizabeth II, Pela Graça de Deus, Rainha do Reino Unido da Austrália e de Seus Outros Reinos e Territórios, Chefe da Comunidade Britânica, Defensora da Fé, em resposta à Revocatória do Senhor Donad Mackinnon — Junho de 1960.

A Sua Majestade Elizabeth II. Pela Graça de Deus, Rainha do Reino Unido da Austrália e de Seus Outros Reinos e Territórios, Chefe da Comunidade Britânica, Defensora da Fé, em resposta à credencial do Senhor Stewart Jamieson. Junho de 1960.

A Sua Majestade Olavo V, Rei da Noruega, em resposta à Revocatória do Senhor Nils Anton Jörgensen. Junho de 1960.

A Sua Majestade Olavo V, Rei da Noruega, em resposta à Credencial do Senhor Johan Zeier Cappelen.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Ramón Villeda Morales, Presidente Constitucional da República de Honduras, em resposta à Revocatória do Senhor Salomón Paredes Regalado. Setembro de 1960.

A Sua Excelência o Senhor Ramón Villeda Morales, Presidente Constitucional da República de Honduras, em resposta à Credencial do Senhor José R. Castro. Junho de 1960.

A Sua Majestade Haile Selassie I, Imperador da Etiópia. Convite para visitar o Brasil.

EXPEDIENTES DA DIVISÃO DO CERIMONIAL

Exposição de Motivos	2
Avisos	174
Ofícios e Cartas	240
Notas	403
Memoranda	118
Circulares	46
Telegramas ao exterior (diversos)	240
Telegramas ao interior	512
Despachos, postais e telegráficos, às Missões diplomáticas e repartições consulares, às Delegações do Brasil junto aos Organismos Internacionais e à Delegacia do Tesouro	1.296
Cartas Credenciais e Revocatórias	18
Cartas de Gabinete e de Chancelaria	50
Carteiras ao Corpo diplomático e consular	227
Carteiras de identidade de funcionários dos Organismos Internacionais	164
Carteiras aos funcionários do M.R.E.	97
Pedidos de isenção de direito alfandegário	3.371
Pedidos de facilidades aduaneiras:	
Despacho e Embarque de bagagem	359
Despacho de automóvel	369
Venda de automóvel:	
Solicitação de Venda à Alfândega do Rio de Janeiro	230
Comunicações feitas ao Departamento de Fiscalização da P. D. F.	150
Comunicações feitas ao Serviço de Trânsito do Departamento Federal de Segurança Pública	150
Pedidos de Chapas CD	606

ATOS, CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS

Foram assinados pelo Brasil, em 1960, cinqüenta e sete atos internacionais, sendo quarenta e seis atos bilaterais e onze convenções multilaterais.

Durante o ano, o país promulgou cinco e ratificou dez atos internacionais.

O Brasil fêz-se representar em cento quarenta e sete Congressos, Conferências ou Reuniões Internacionais. Deve-se assinalar que sòmente o caráter oficial da reunião e a sua importância para o serviço público ou para nossa cultura determinaram a designação de representantes oficiais, pois que a maioria absoluta dos delegados brasileiros foi designada sem ônus para o Tesouro ou representou entidades nacionais que não são pessoas de Direito Público.

Nove Congressos Internacionais realizaram-se no Brasil.

CONGRESSOS INTERNACIONAIS A QUE O BRASIL COMPARECEU EM 1960

TÍTULO	LOCAL	DATA
II Reunião de Consulta entre as Autoridades Aeronáuticas do Brasil e dos Países Escandinavos	Rio de Janeiro..	8–10 de janeiro.
Reunião dos Comitês para o ano mundial dos refugiados	Genebra	10 de janeiro.
Reunião do Comitê Científico da ONU sôbre os efeitos das Radiações Atômicas	Nova York	11 de janeiro.
Reunião do Grupo de Estudos do GATT sôbre Franquia Aduaneira temporária para material Profissional	Genebra	11–15 de janeiro.
Reunião de Representantes de Bancos Centrais dos Países participantes da I Reunião da Conferência Intergovernamental para o estabelecimento de uma Zona Libre de Comércio entre Países da América Latina	Montevidéu	11–20 de janeiro.
Reunião do Grupo Especial do GATT sôbre o Anti-dumping	Genebra	18–22- de janeiro.
XXV Sessão do Conselho Executivo da Organização Mundial da Saúde	Genebra	19 de janeiro.
III Reunião do Comitê II, da Expansão do Comércio Internacional do GATT	Genebra	25 de janeiro a 12 de fevereiro.
II Sessão da Comissão Econômica à África	Tânger	26 de janeiro a 6 de fevereiro.
VI Congresso Pan-Americano de Oftalmologia	Caracas	31 de janeiro a 7 de fevereiro.
Reunião do Comitê Executivo do Conselho Internacional do Açúcar	Londres	1 de fevereiro.
Sessão Extraordinária do Conselho Internacional do Açúcar	Londres	2 de fevereiro.
II Reunião da Conferência Intergovernamental para o estabelecimento de uma Zona de Livre Comércio entre Países da América Latina	Montevidéu	4 de fevereiro.
II Reunião de Consultas entre Autoridades Aeronáuticas do Brasil e dos Países Escandinavos	Rio de Janeiro..	8 de fevereiro.
Conferência Internacional de Organizações de Servidores Públicos do Hemisfério Ocidental	México	8 de fevereiro.
Reunião de Peritos sôbre os objetivos de emprêgo no desenvolvimento econômico (OIT).	Genebra	9–18 de fevereiro.

TÍTULO	LOCAL	DATA
Reunião de Representantes de Bancos Centrais dos Países Participantes da I Reunião da Conferência Intergovernamental para o Estabelecimento de uma Zona de Livre Comércio entre Países da América Latina........	Montevidéu.....	11 de fevereiro
Conferência do Banco Central Latino-Americano	Bogotá.........	22 de fevereiro..
Colóquio sôbre Estados Depressivos...........	Buenos Aires...	março.
Reunião do Comitê de Programas do FISI..	Nova York.....	8 de março.
I Reunião Anual da Junta Executiva do Fundo Internacional de Socôrro à Infância.........	Nova York.....	14-22 de março.
Reunião do Comitê III sôbre expansão do Comércio Internacional do GATT............	Genebra........	14-25 de março.
II Conferência das Nações Unidas sôbre Direito do MAR................................	Genebra........	17 de março.
I Reunião sôbre Tráfico Ilícito de Fôlhas de de Coca e Cocaína.......................	Rio de Janeiro...	21 de março.
IX Reunião do Comitê Permanente Interamericano de Seguridade Social.............	México.........	24-26 de março.
VI Conferência da Casa Branca sôbre crianças e juventude.............................	Washington.....	27 de março a 2 de abril.
IV Reunião do Comitê II, de Expansão do Comércio Internacional do GATT............	Genebra........	28 de março a 15 de abril.
VI Sessão do Conselho Internacional do Açúcar	Londres........	30 de março.
Reunião de Consulta sôbre o Acôrdo sobre transportes aéreos entre o Brasil e a Grã-Bretanha................................	Rio de Janeiro..	abril.
Reunião da Comissão de Petróleo da OIT.....	Genebra.	24 de abril.
XXIX Sessão do Conselho Internacional do Trigo..................................	Londres........	5-12 de abril.
Reunião do Grupo de Estudos dos Países Exportadores de Algodão.....................	Washington.....	12 de abril.
Reunião do Comitê II, de Expansão de Comêrcio Internacional, do Acôrdo Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT)...........	Genebra........	15 de abril.
Reunião do Comitê Executivo da União Interparlamentar.............................	Atenas.........	18-25 de abril.
Reunião de Técnicos da Rêde Interamericana de Telecomunicações......................	México.........	19 de abril a 6 de maio.
XI Sessão da Comissão de Estatística do ECOSOC	Nova York.....	20 de abril a 6 de maio.
Reunião do Subcomitê dos Nove Países da Comissão Especial do Conselho da OEA, encarregado de Planejar a Operação PAN-AMERICANA................................	Washington.....	maio.
XVI Sessão das Partes Contratantes do GATT	Genebra........	maio.

TÍTULO	LOCAL	DATA
XIX Sessão Plenária do Comitê Consultivo Internacional de Algodão	México	maio.
I Sessão do Grupo da FAO sôbre Frutas Cítricas	Madrid	2–11 de maio.
XIII Assembléia Mundial da Saúde	Genebra	3 de maio.
I Sessão do Comitê Consultivo da Campanha Mundial contra a fome	Roma	9 a 14 de maio.
Reunião da Comissão Mista Brasil-Portugal	Lisboa	2ª. quinzena de maio.
XII Congresso Bienal Internacional do Colégio Internacional de Cirurgiões	Roma	15 a 18 de maio.
XVI Sessão das Partes Contratantes do Acôrdo Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio GATT	Genebra	16 de maio a 4 de junho.
Conferência para a Revisão da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar	Londres	17 de maio.
XIII Semana de Geografia da Socieade Argentina de Estudos Geográficos	Buenos Aires	18 de maio.
VIII Congresso Pan-Americano de Estradas de Rodagem	Bogotá	20–29 de maio.
Reuniões de Consulta com Autoridades Aero náuticas de Portugal, Grã-Bretanha e França	Londres, Lisboa e Paris	23 de maio.
Conferência das Nações-Unidas sôbre o Estanho	Nova York	23 de maio.
III Sessão do Sub-Grupo de Trabalho da FAO sôbre qualidade e classificação da COPRA	Roma	23–31 de maio.
XIX Sessão Plenária do Comitê Consultivo Internacional do Algodão	México	23 de maio a 1 de junho.
Congresso Mundial de Planejamento e Vivenda	San Juan de Pôrto Rico	28 de maio a 3 de junho.
Conferência Mundial de Energia	Madrid	junho.
Reunião da Junta Diretora do Acôrdo Internacional do Café	Washington	junho.
Conversações Aeronáuticas Brasil-Portugal	Lisbôa	junho.
XLIV Sessão da Conferência Internacional do Trabalho	Genebra	1 de junho.
Sessão Parcial da Conferência Mundial de Energia Elétrica	Madrid	5 a 9 de junho.
Conferência Internacional sôbre Grandes Sistemas Elétricos	Paris	15 de junho.
Reunião de Consulta entre autoridades aeronáuticas do Brasil e da França	Paris	15–20 de junho.
XII Sessão do Comitê Executivo da Organização Meteorológica Mundial	Genebra	22 de junho a 15 de jolhu.

TÍTULO	LOCAL	DATA
Colóquio do Instituto Internacional de Ciências Administrativas	San Remo	22-26 de junho.
XIX Sessão do Corselho Internacional do Trigo	Londres	29 de junho.
Reuniões da Convenção para Estudos da Propriedade Industrial	Genebra e Paris	4-17 de julho.
XXX Sessão do Conselho Econômico e Social	Genebra	5 de julho a 6 de agôsto.
XI Sessão Ordinária do Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado	Roma	6 de julho.
XXIII Conferência Internacional da Instrução Pública	Genebra	6-15 de julho.
Conferência Internacional sôbre Pesquisas Oceanográficas	Copenhague	11-16 de julho.
II Reunião da Comissão Interamericana de Energia Nuclear	Brasil	11-21 de julho.
VIII Congresso Internacional de Pastagens	Reading	11-21 de julho.
XXVI Conferência Geral da Federação Internacional de Documentação	Rio de Janeiro	23 de julho a 1 de agôsto.
XXXI Congresso Internacional da Federação Internacional dos Pen-Clubes	Rio de Janeiro	24 de julho a 4 de agôsto.
XIII Congresso Internacional de Medicina Ocupacional	Nova York	25-29 de julho.
XXX Sessão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas	Genebra	julho.
I Reunião do Grupo de Trabalho sôbre Assuntos Aduaneiros da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)	Montevidéu	31 de julho.
X Assembléia-Geral da União Geográfica Internacional e XIX Congresso Internacional de Geografia	Estocolmo	6 a 13 de agôsto.
V Conferência Interamericana de Agricultura e VI Conferência Regional para a América Latina sôbre Agricultura e Alimentação	México	8-20 de agôsto;
VI Congresso Interamericano de Cardiologia	Rio de Janeiro	agôsto.
II Congresso das Nações Unidas sôbre Prevenção do Crime e Tratamento dos Criminosos	Londres	8 a 20 de agôsto.
II Congresso de Ciência Política	Buenos Aires	13-16 de agôsto.
XII Reunião do Conselho Diretivo da Organização Pan-Americana de Saúde	Havana	14-19 de agôsto.
XXI Congresso Internacional de Geologia	Copenhague	15-25 de agôsto.
VI Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores	São José da Costa Rica	16 de agôsto.

TÍTULO	LOCAL	DATA
VII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados Americanos	São José da Costa Rica......	agôsto.
V Congresso Internacional das Ciências Genealógica e Heráldica........................	Estocolmo. ...	21 a 28 de agôsto.
Conferência Mundial sôbre Educação de Adultos	Montreal.......	22-31 de agôsto.
VI Congresso Internacional de Doenças do Tórax	Viena..........	27 de agôsto a 1 de setembro.
VIII Congresso Mundial da Sociedade Internacional para a Reabilitação de Incapazes.....	Nova York.....	28 de agôsto a 2 de setembro.
Congresso Católico Internacional de Psiquiatria e Psicoterapia...........................	Milão..........	29 de agôsto a 3 de setembro.
V Congresso Florestal Mundial..............	Seattle.........	29 de agôsto a 10 de setembro.
XIX Congresso Internacional de Sociologia, '..	México.........	31 de agôsto a 6 de setembro.
IV Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atômica......................	Viena..........	setembro.
III Período de Sessões da Comissão Especial para estudar a formulação de novas medidas de cooperação econômica (Comitê dos Vinte e Um)................................	Bogotá.........	setembro.
Conferência Tarifária 1960-1961 do GATT....	Genebra........	1 de setembro.
V Congresso Internacional sôbre Nutrição.....	Washington.....	1-7 de setembro.
XVII Congresso Internacional de História da Medicina................................	Atenas.........	4-14 de setembro.
Congresso Internacional de História dos Descobrimentos.............................	Lisboa..........	5 de setembro.
XV Assembléia Plenária da Federação Mundial das Associações Pró Nações Unidas.........	Varsóvia........	5-10 de setembro.
Congresso Mundial de Anestesiologia.........	Toronto........	7 de setembro.
Congresso Internacional de Finanças Públicas..	Zurique.........	8 de setembro.
VIII Congresso da União Postal das Américas e Espanha..............................	Buenos Aires....	12 de setembro.
VI Conferência Interamericana de Segurança Social..................................	México.........	14 de setembro.
Congresso Universal dos Emigrados...........	Beirute.........	15 de setembro.
I Congresso Latino-Americano de Estudantes de Ciências Econômicas..................	Pôrto Alegre....	18-25 de setembro.
XV Sessão da Assembléia-Geral da ONU....	Nova York.....	20 de setembro.
I Reunião da FAO sôbre melhoria de pastagens e rações da América Latina...............	Venezuela......	26 de setembro.
Reunião Tripartida da Aviação Civil.........	Genebra........	26 de setembro a 7 de outubro.
XLIX Conferência Interparlamentar..........	Tóquio........	29 de setembro a 7 de outubro.

TÍTULO	LOCAL	DATA
II Sessão do Comitê Consultivo da Campanha Mundial contra a Fome (FAO)............	Roma..........	outubro.
Congresso da Sociedade de Oftalmologia Sul Americana Meridional....................	Buenos Aires....	outubro.
Conferência de Salto Grande................	Buenos Aires....	outubro.
Simpósio sôbre a Quimioterapia do Câncer, Simpósio sôbre a Patologia Geográfica do Câncer e Conferência sôbre o Contrôle do Câncer..	Tóquio.........	7 a 15 de outubro.
XI Conferência-Geral de Pesos e Medidas....	Paris...........	11-20 de outubro.
Reunião sôbre a Produção de Bananas (FAO).	Abidjã..........	12 de outubro.
X Congresso Pan-Americano de Estradas de Ferro..................................	Rio de Janeiro..	12-27 de outubro.
VIII Reunião do Congresso Ineramericano de Municípios.............................	San Diego......	16-22 de outubro.
Congresso de Estatística e Educação..........	Tucuman (Argentina).	17-18 de outubro.
II)Congresso Médico Mundial de Homeopatia	México.........	17-28 de outubro.
XXXIV Sessão do Conselho da FAO.........	Roma..........	17-29 de outubro.
Congresso Anual da American Heart Association, Reunião Anual da Sociedade Mexicana de Cardiologiá...........................	St. Louis (México).........	19 de outubro.
II Conferência Regional da Aviação Civil (CRAC)	Montevidéu......	20 de outubro.
V Reunião do Conselho Diretor do Instituto Pan-Americano de Geografia e História.....	México.........	24 de outubro.
XXVI Reunião do Conselho Executivo da OMS	Genebra.........	25 de outubro.
VIII Congresso Interamericano de Turismo....	Buenos Aires....	26de outubro.
V Sessão do Comitê Intergovernamental do Direito de Autor...........................	Londres........	31 de outubro a 5 de novembro.
Congresso Interamericano de Relações do Trabalho..................................	Montevidéu.....	2-12 de novembro.
CXLVII Sessão do Conselho de Administração da OIT................................	Genebra.:;.....	7-18 de novembro.
Reunião de Consulta com Autoridades Aeronáuticas de Portugal, Grã-Bretanha e França	Lisbôa, Londres e Paris.......	novembro.
Conferência Tarifária do GATT.:::..........	Genebra.::.....	novembro.
XVII Sessão das Partes Contratantes do GATT	Genebra.::.....	novembro.
XI Conferncia Geral da UNESCO.....:....	Paris...:.......	14 de novembro
XXXIV Sessão do Conselho da FAO..::::...		novembro.

TÍTULO	LOCAL	DATA
Reuniões do Comitê Executivo e do Conselho do Comitê Intergovernamental de Migrações Européias..............................	Genebra........	novembro.
Congresso da "American Society of Traval Agents"...............................	Honolulu.......	13 de novembro.
Reunião do Conselho Internacional do Trigo	.. Londres......	.. 9 de novcbro.
II Sessão do Subcomitê de Finanças do Comitê Intergovernamental de Migração Européia...	Genebra........	21 de bovembro.
VIII Sessão do Conselho Internacional do Açúcar.................................	México.........	23 de novembro.
Reunião da Comissão Internacional Permanente dos Congressos de Estradas de Rodagem..	Londres.........	25 de novembro.
I Congresso Internacional de Logosofia.......	Montevidéu.....	25 de novembro.
Reunião Anual da Socieade Argentina de Reumatologia..............................	Córdoba........	25 de novembro.
VII Sessão da Comissão de Melhoramentos das Estatísticas Nacionais....................	México.........	25 de novembro.
Reunião Especial de Representantes Governamentais destinda a dar nova estrutura ao Conselho Interamericano Econômico e Social da O.E.A.............................	Washington.....	28 de novemnro.
Sessão Anual do Comitê Executivo do Instituto Internacional do Frio.....................	Paris...........	29 de novembro.
I Conferência Regional Africana, da Organização Internacional do Trabalho.............	Lagos..........	5 de dezembro.
Congresso Internacional de Folclore...........	Buenos Aires....	6 de dezembro.
Seminário de Educação para o Cuidado da Criança.................................	Viena..........	dezembro.
VIII Sessão do Conselho Internacional do Açúcar.................................	México.........	dezembro.

ATOS INTERNACIONAIS FIRMADOS PELO BRASIL EM 1960

Brasil-Bélgica

Acôrdo Cultural.

Assinado no Rio de Janeiro, a 6 de janeiro de 1960.

Brasil-Estados Unidos

Acôrdo, prorrogando pelo período de um ano, a partir de 26 de dezembro de 1959, o Programa Conjunto de Cooperação para Reconhecimento e Investigação de Recursos Uraníferos no Brasil, ajustado pelas notas trocadas em Washington a 26 de dezembro de 1957 e emendado pela troca de notas de 2 de dezembro de 1958, realizada na mesma Capital.
Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 23 de dezembro de 1959 e 7 de janeiro de 1960.

Brasil-México

Acôrdo de Intercâmbio Cultural.
Assinado no Rio de Janeiro, a 20 de janeiro de 1960.

Brasil-México

Declaração Conjunta do Presidente dos Estados Unidos do Brasil e do Presidente dos Estados Unidos Mexicanos.
Assinada no Rio de Janeiro, a 22 de janeiro de 1960.

Brasil-México

Declaração Conjunta sôbre matéria comercial.
Assinada no Rio de Janeiro, a 22 de janeiro de 1960.

Brasil-Diversos

Tratado que estabelece uma Zona de Livre Comércio e institui a Associação Latino-Americana de Livre Comércio.
Assinado em Montevidéu, a 18 de fevereiro de 1960.

Brasil-Diversos

Protocolo sôbre normas e procedimentos para as negociações.
Concluído em Montevidéu, a 18 de fevereiro de 1960.

Brasil-Diversos

Protocolo sôbre a colaboração da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e do Conselho Econômico e Social da Organização dos Estados Americanos (CIES).
Concluído em Montevidéu, a 18 de fevereiro de 1960.

Brasil-Diversos

Protocolo sôbre a constituição de um Comitê Provisório.
Concluído em Montevidéu, a 18 de fevereiro de 1960.

Brasil-Diversos

Protocolo sôbre compromissos de compra e venda de petróleo e seus derivados.
Concluído em Montevidéu, a 18 de fevereiro de 1960.

Brasil-Diversos

Protocolo sôbre tratamento especial em favor da Bolívia e do Paraguai.
Concluído em Montevidéu, a 18 de fevereiro de 1960.

Brasil-Diversos

Resolução, adotada pela Conferência Intergovernamental para o estabelecimento de uma Zona de Livre Comércio entre Países da América Latina.
Feita em Montevidéu, a 18 de fevereiro de 1960.

Brasil-Diversos

Resolução, adotada pela Conferência Intergovernamental para o Estabelecimento de uma Zona de Livre Comércio entre Países da América Latina (concede à Bolívia um prazo de 4 meses para subscrever o Tratado de Montevidéu na qualidade de Estado Signatário).
Feita em Montevidéu, a 18 de fevereiro de 1960.

Brasil-Paraguai

Convênio sôbre Textos de Ensino.
Assinado em Assunção, a 5 de março de 1960.

Brasil-Paraguai

Acôrdo para a construção, em território paraguáio, da Rodovia que unirá Concepción a Ponta-Porã.
Concluído em Assunção, por troca de notas, datadas de 5 de março de 1960.

Brasil-Paraguai

Acôrdo sôbre as questões decorrentes da construção da Ponte Internacional sôbre o Rio Paraná.
Concluído em Assunção, por troca de notas, datadas de 5 de março de 1960.

Brasil-Polônia

Acôrdo de Comércio e Pagamentos.
Assinado no Rio de Janeiro, a 19 de março de 1960.

Brasil-Polônia

Acôrdo, prorrogando a vigência dos Acordos de 23 de novembro de 1954 (comércio) 1º de abril de 1954 (pagamentos), até a entrada em vigor do Acôrdo de Comércio e Pagamentos, de 19 de março de 1960.
Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 19 de março de 1960.

Brasil-Diversos

Ata Final da I Reunião Interamericana sôbre o tráfico ilícito de cocaína e fôlhas de coca (Anexos: Resoluções Ns. 1, 2, 3 e 4).
Assinada no Rio de Janeiro, a 25 de março de 1960.

Brasil-Espanha

Acôrdo, prorrogando de 1º de abril até 30 de setembro de 1960 a validade do Acôrdo Comercial, assinado em 24 de julho de 1952 e prorrogado em 30 de dezembro de 1959.
Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 30 de março de 1960.

Brasil-Portugal

Acôrdo *Confidencial*, prorrogando por 3 meses, a partir de 1º de abril de 1960, a vigência do Acôrdo Comercial de 14 de setembro de 1954
Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 31 de março de 1960.

Brasil-Itália

Acôrdo para a supressão de vistos em passaportes.
Concluído em Brasília, por troca de notas, datadas de 21 de abril de 1960.

Brasil-R.A.U.

Acôrdo Cultural.
Assinado no Rio de Janeiro, a 17 de maio de 1960.

Brasil-Estados Unidos

Emenda do Acôrdo de Cooperação para Usos Civis de Energia Atômica.
Assinada em Washington, a 11 de junho de 1960.

Brasil-O.E.A.

Acôrdo Administrativo, relativo à segunda Reunião da Comissão Interamericana de Energia Nuclear e ao Terceiro Simpósio Interamericano acêrca de Aplicações da Energia Nuclear para Fins Pacíficos.
Assinado em Washington, a 15 de junho de 1960.

Brasil-Tcheco-Eslováquia

Acôrdo de Comércio e Pagamentos.
Assinado no Rio de Janeiro, a 24 de junho de 1960.

Brasil-Tcheco-Eslováquia

Acôrdo, prorrogando a vigência do Ajuste de Comércio de 17 de maio de 1950, até a entrada em vigor do Acôrdo de Comércio e Pagamentos de 24 de junho de 1960.
Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 24 de junho de 1960.

Brasil-Espanha

Acôrdo Cultural.
Assinado em Madrid, a 25 de junho de 1960.

Brasil-Estados Unidos

Acôrdo, prorrogando a vigência do Acôrdo de Cooperação Técnica em matéria de Educação Industrial-Vocacional uo Brasil, de 14 de outubro de 1950.

Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 29 de junho de 1960.

Brasil-Portugal

Acôrdo *Confidenciad,* prorrogando por 3 meses, a partir de 1º de julho de 1960, a vigência do Acôrdo Comercial de 14 de setembro de 1954. Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 30 de junho de 1960.

Brasil-Grécia

Acôrdo Provisório de Comércio e Pagamentos.

Concluído em Atenas, por troca de notas, datadas de 30 de junho de 1960.

Brasil-Portugal

Tratado de Extradição e Cooperação Judiciária em Matéria Penal.

Assinado em Lisboa, a 9 de agôsto de 1960.

Brasil-Portugal

Acôrdo sôbre Turismo.

Assínado em Lisboa, a 9 de agôsto de 1960.

Brasil-Portugal

Convenção sôbre Representação Diplomática e Consular.

Assinada em Lisboa, a 9 de agôsto de 1960.

Brasil-Portugal

Convenção sôbre Dupla Nacionalidade.

Asisnada em Lisboa, a 9 de agôsto de 1960.

Brasil-Portugal

Convenção sôbre Assistência Judiciária Gratuita.

Assinado em Lisboa, a 9 de agôsto de 1960.

Brasil-Portugal

Acôrdo para a supressão de vistos em passaportes comuns.

Concluído em Lisboa, por troca de notas, datadas de 9 de agôsto de 1960.

Brasil-Portugal

Declaração Conjunta sôbre Relações Econômicas.

Assinada em Lisboa, a 9 de agôsto de 1960.

Brasil-Estados Unidos

Acôrdo, prorrogando até 31 de dezembro de 1961 a vigência do Acôrdo para o Programa de Agricultura e Recursos Naturais, de 26 de junho de 1953.

Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 24 de agôsto de 1960.

Brasil-Diversos

Protocolo que concede novo prazo à Bolívia para firmar o Tratado de Montevidéu.

Assinado em Montevidéu, a 24 de agôsto de 1960.

Brasil-Alemanha

Declaração Conjunta sôbre Cooperação Econômica .

Assinada no Rio de Janeiro, a 5 de setembro de 1960.

Brasil-F.E.N.U.

Acôrdo entre o Govêrno dos Estados Unidos do Brasil e o Fundo Especial das Nações Unidas, concernente à assistência a ser prestada pelo Fundo Especial.

Assinado no Rio de Janeiro, a 16 de setembro de 1960.

Brasil-Argentina-Uruguai

Declaração Conjunta sôbre o aproveitamento dos rápidos do Rio Uruguai na zona de Salto Grande.

Assinado no Rio de Janeiro, a 16 de setembro de 1960.

Brasil-Espanha

Acôrdo, prorrogando de 1º de outubro de 1960 até 31 de março de 1961 a validade do Acôrdo Comercial, assinado em 24 de julho de 1952 e prorrogado em 30 de março de 1960.

Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 28 de setembro de 1960.

Brasil-Portugal

Acôrdo *Confidencial*, prorrogando por 3 meses, a partir de 1º de outubro de 1960, a vigência do Acôrdo Comercial de 14 de setembro de 1954.

Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 30 de setembro de 1960.

Brasil-Japão

Acôrdo para o estabelecimento de um novo sistema de liquidação da Conta Especial, criada pelo Ajuste de Comércio e Pagamentos de 1958.

Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 18 de outubro de 1960.

Brasil-Espanha

Acôrdo para a supressão de vistos em passaportes diplomáticos e especiais.
Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 13 e 21 de outubro de 1960.

Brasil-Estados Unidos

Emenda do Acôrdo de Intercâmbio Cultural, de 5 de novembro de 1957.
Concluída no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 14 de outubro e 5 de novembro de 1960.

Brasil-Venezuela

Acôrdo, prorrogando pelo período de um ano, a partir de 2 de outubro de 1960, o *modus-vivendi,* assinado em 11 de junho de 1940 e prorrogado em 6 de outubro de 1959.

Concluído em Caracas, por troca de notas, datadas de 27 de setembro e 24 de outubro de 1960.

Brasil-C.I.M.E.

Ajuste sôbre migração.
Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 27 de outubro de 1960.

Brasil-Japão

Acôrdo de Migração e Colonização.
Assinado no Rio de Janeiro, a 14 de novembro de 1960.

Brasil-Japão

Acôrdo *Confidencial* sôbre migração.

Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 14 de novembro de 1960.

Brasil-Finlândia

Acôrdo para a liquidação dos saldos existentes entre os dois países. Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 17 de novembro de 1960.

Brasil-Equador

Ata Final da Reunião da Comissão Mista Brasil-Equador. Assinada no Rio de Janeiro, em 21 de dezembro de 1960.

Brasil-Chile

Acôrdo para prorrogar, de 31 de dezembro de 1960 até 31 de dezembro de 1961, as disposições do Tratado de Comércio e Navegação de 1º de março de 1943, do Protocolo Adicional de 4 de julho de 1947, e respectivas notas anexas.
Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 24 de dezembro de 1960.

Brasil-Itália

Acôrdo de Migração.
Assinado em Roma, dezembro de 1960.

Brasil-Espanha

Acôrdo de Migração.
Assinado em Madrid, a 27 de dezembro de 1960.

ATOS INTERNACIONAIS PROMULGADOS PELO BRASIL EM 1960

Brasil-Diversos

Protocolo para limitar e regulamentar o cultivo da papoula, a produção, o comércio por atacado e o uso do ópio.
Concluído em Nova York, a 23 de junho de 1953.
Instrumento brasileiro de ratificação depositado junto ao Secretariado das Nações Unidas, a 3 de novembro de 1959.

Promulgado pelo Decreto nº 47.798, de 12 de fevereiro de 1960.

Publicado no «Diário Oficial» de 18 de fevereiro de de 1960 e retificado no «Diário Oficial» de 23 de fevereiro de 1960.

Brasil-Diversos

Protocolo destinado a colocar sob contrôle internacional as drogas não incluídas na Convenção de 13 de julho de 1931, para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes, emendada pelo Protocolo assinado em Lake Success, a 11 de dezembro de 1946.

Concluído em Paris, a 19 de novembro de 1948.

Instrumento brasileiro de ratificação depositado junto ao Secretariado das Nações Unidas, a 9 de dezembro de 1959.

Promulgado pelo Decreto nº 47.908, de 11 de março de 1960.

Publicado no «Diário Oficial» de 12 de março de 1960.

Brasil-Diversos

Convenção Universal sôbre Direito de Autor.

Concluída em Genebra, a 6 de setembro de 1952.

nstrumento brasileiro de ratificação depositado na UNESCO, a 13 de outubro de 1959.

Promulgado pelo Decreto nº 48.458, de 4 de julho de 1960.

Publicado no «Diário Oficial» de 3 de agôsto de 1960.

Brasil-Paraguai

Convênio de Intercâmbio Cultural.

Assinado no Rio de Janeiro, a 24 de maio de 1957.

Troca dos instrumentos de ratificação efetuada em Assunção, a 5 de março de 1960.

Promulgado pelo Decreto nº 49.101, de 10 de outubro de 1960.

Brasil-Paraguai

Convênio de Turismo e Trânsito de Passageiros.

Assinado no Rio de Janeiro, a 12 de setembro de 1958.
Troca dos instrumentos de ratificação efetuada em Assunção, a 5 de março de 1960.
Promulgado pelo Decreto nº 49.100, de 10 de outubro de 1960.

ATOS INTERNACIONAIS RATIFICADOS PELO BRASIL EM 1960

Brasil-Paraguai

Convênio de Intercâmbio Cultural.
Assinado no Rio de Janeiro, a 24 de maio de 1957.
Troca dos instrumentos de ratificação efetuada em Assunção, a 5 de março de 1960.

Brasil-Paraguai

Convênio de Turismo e Trânsito de Passageiros.
Assinado no Rio de Janeiro, a 12 de setembro de 1958.
Troca dos instrumentos de ratificação efetuada em Assunção, a 5 de março de 1960.

Brasil-Diversos

Convenção para o Fomento das Relações Culturais Interamericanas.
Assinada em Caracas, a 28 de março de 1954, por ocasião da X Conferência Interamericana.
Ratificada por Carta de 15 de julho de 1960.
Depositado o instrumento de ratificação junto à União Pan-Americana, em 7 de outubro de 1960.

Brasil-Reino Unido

Acôrdo sôbre a Prestação de Serviço Militar.
Assinado no Rio de Janeiro, a 5 de abril de 1955.
Ratificado por Carta de 15 de julho de 1960.

Brasil-Diversos

Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados.
Concluída em Genebra, a 28 de julho de 1951, por ocasião da Conferência de Plenipotenciários sôbre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas.
Assinada pelo Brasil em 15 de julho de 1952.
Ratificada por Carta de 20 de outubro de 1960.
Depositado o instrumento de ratificação junto ao Secretariado Geral das Nações Unidas, a 15 de novembro de 1960.

Brasil-Diversos

Convenção sôbre a Prestação de Alimentos do Estrangeiro.
Concluída em Washington, a 20 de junho de 1956, por ocasião da Conferência das Nações Unidas sôbre Prestação de Alimentos.
Assinada pelo Brasil em 31 de dezembro de 1956.
Ratificada por Carta de 20 de outubro de 1960.
Depositado o instrumento de ratificação junto ao Secretariado Geral das Nações Unidas, a 14 de novembro de 1960.

Brasil-Uruguai

Convênio Cultural.
Assinado em Montevidéu, a 28 de dezembro de 1956.
Ratificado por Carta de 20 de outubro de 1960.

Brasil-Itália

Convenção para isentar da bitributação as rendas relativas ao exercício da navegação marítima e aérea.

Assinada no Rio de Janeiro, a 4 de outubro de 1957.
Ratificada por Carta de 5 de dezembro de 1960.

Brasil-Diversos

Convenção sôbre Privilégios e Imunidades das Agências Especializadas das Nações Unidas.
Adotada a 21 de novembro de 1947, pela Assembléia Geral das Nações Unidas, realizada em Nova York.
Ratificada por Carta de 19 de dezembro de 1960.

Brasil-Estados Unidos

Acôrdo sôbre Serviços Técnicos Especiais.
Assinado no Rio de Janeiro, a 13 de maio de 1960.
Ratificado por Carta.

DECRETOS EXECUTIVOS DE 1960, RELATIVOS A ATOS INTERNACIONAIS

Decreto nº 47.755, de 3 de fevereiro de 1960.

Torna pública a denúncia, pelo Brasil, do Ajuste de Pagamentos e Comércio, firmado com a Bélgica, no Rio de Janeiro, a 17 de novembro de 1955.
Publicado no «Diário Oficial» de 8 de fevereiro de 1960.

Decreto nº 47.756, de 3 de fevereiro de 1960.

Torna pública a denúncia, pelo Brasil, do Ajuste para Regulamentação do Comércio e dos Pagamentos, firmado com a Áustria, no Rio de Janeiro, a 27 de fevereiro de 1958.
Publicado no «Diário Oficial» de 8 de fevereiro de 1960.

Decreto nº 47.795, de 11 de fevereiro de 1960.

Torna pública a ratificação, por parte da Nicarágua, da Convenção e Protocolo concluídos em Haia, a 14 de maio de 1954, para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado.
Publicado no «Diário Oficial» de 16 de fevereiro de 1960.

Decreto nº 47.907, de 11 de março de 1960.
de 1960.

Torna públicas ratificações e adesões à Convenção para a Repressão do Tráfico de Pessoas e do Lenocínio e seu Protocolo Final, concluído em Lake Success, a 21 de março de 1950.
Publicado no «Diário Oficial» de 12 de março de 1960.

Decreto nº 47.909, de 11 de março de 1960.

Torna públicas ratificações e adesões ao Protocolo, concluído em Paris, a 19 de novembro de 1948, destinado a colocar sob contrôle internacional as drogas não incluídas na Convenção de 13 de julho de 1931, para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes, emendada pelo Protocolo assinado em Lake Success, a 11 de dezembro de 1946.

Publicado no «Diário Oficial» de 12 de março de 1960.

Decreto nº 47.910, de 11 de março de 1960.

Torna públicas ratificações e adesões ao Protocolo para limitar e regulamentar o cultivo da papoula, a produção, o comércio internacional, o comércio por atacado e o uso do ópio, concluído em Nova York, a 23 de junho de 1953.

Publicado no «Diário Oficial» de 12 de março de 1960.

Decreto nº 47.911, de 11 de março de 1960.

Torna pública a denúncia, pelo Brasil, do Ajuste de Pagamentos e Comércio, firmado com a Itália, no Rio de Janeiro, a 30 de abril de 1956.

Publicado no «Diário Oficial» de 12 de março de 1960.

Decreto nº 48.700, de 4 de agôsto de 1960.

Aprova os Regulamentos Telegráfico e Telefônico (Revisão de Genebra, 1958) anexos à Convenção Internacional de Telecomunicações (Buenos Aires, 1952).

Publicado no «Diário Oficial» de 18 de agôsto de 1960.

Decreto nº 48.911, de 31 de agôsto de 1960.

Manda executar os instrumentos resultantes das negociações para o estabelecimento da nova Lista III-Brasil, do Acôrdo Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), realizadas em Genebra e encerrados em 23 de maio de 1959.

Publicado no «Diário Oficial» de 1 de setembro de 1960 e retificado no «Diário Oficial» de 13 de setembro de 1960.

DECRETOS LEGISLATIVOS DE 1960, RELATIVOS A ATOS INTERNACIONAIS

Decreto-Legislativo nº 11, pe 1960.

Aprova, com exclusão dos arts. 15 e 17, a Convenção de 25 de julho de 1951, relativa ao Estatuto dos Refugiados, assinada pelo Brasil a 15 de julho de 1952.

Promulgado em 7 de julho de 1960.

Publicado no «Diário Oficial» e no «Diário do Congresso Nacional» de 8 de julho de 1960.

Decreto-Legislativo nº 14, de 1960.

Aprova, com as restrições constantes do art. 2º, os instrumentos resultantes das negociações para o estabelecimento da nova Lista III — Brasil, do Acôrdo Geral sôbre Tarifa Aduaneira e Comércio, e dá outras providências.

Promulgado em 25 de agôsto de 1960.

Publicado no «Diário Oficial» e no «Diário do Congresso Nacional» de 26 de agôsto de 1960.

Decreto-Legislativo nº 15, 1960.

Aprova a Convenção entre o Brasil e a Itália sôbre bitributação de rendas.

Promulgado em 26 de agôsto de 1960.

Publicado no «Diário Oficial» e no «Diário do Congresso Nacional» de 27 de agôsto de 1960.

EXPOSIÇÕES DE MOTIVOS DE 1960, SÔBRE ATOS INTERNACIONAIS

Brasil-Diversos

Exposição de Motivos DAI/2/650.4(04), de 6 de janeiro de 1960.
Conção nº 108, da Organização Internacional do Trabalho.

Brasil-Paraguai

Exposição de Motivos DAm/DAI/DPo/20/890. (42) (43), de 30 de janeiro de 1960.
Convênio entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Paraguai para o estabelecimento, em Encarnación, de um Entreposto de depósito franco para as mercadorias exportadas e importadas pelo Brasil.

Brasil-México

Exposição de Motivos DCl/DAI/26/542.6(23), de 24 de fevereiro de 1960.
Convênio de Intercâmbio Cultural, entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos.

Brasil-Bélgica

Exposição de Motivos DCl/DAI/27/542.6(83), de 26 de fevereiro de 1960.
Acôrdo Cultural, entre os Estados Unidos do Brasil e o Reino da Bélgica.

Brasil-Diversos

Exposição de Motivos DAI/SJ/37/650.4(04), de 11 de março de 1960.
Convenção nº 109, da Organização Internacional do Trabalho.

Brasil-Paraguai

Exposição de Motivos DC1/DAI/58/542.(43), de 6 de abril de 1960.
Convênio entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Paraguai sôbre Textos de Ensino de História e Geografia.

Brasil-Diversos

Exposição de Motivos DAm/DOr/DAI/62/800.(20), de 12 de abril de 1960.
Tratado que estabelece uma Zona de Livre Comércio e institui a Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

Brasil-Polônia

Exposição de Motivos DEA/DAI//73/821.2(42)(72), de 19 de abril de 1960.
Acôrdo de Comércio e Pagamentos, entre os Estados Unidos do Brasil e a República Popular da Polônia.

Brasil-Tcheco-Eslováquia

Exposição de Motivos DEA/DAI/53/890.(42)(80e), de 29 de julho de 1960.
Acôrdo de Comércio e Pagamentos, entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Tcheco-Eslováquia.

Brasil-R.A.U.

Exposição de Motivos DC1/DAI/71/542.6(51), de 31 de agôsto de 1960. Acôrdo Cultural, entre os Estados Unidos do Brasil e a República Árabe Unida.

Brasil-Itália

Exposição de Motivos DOr/DPo/DAI/72/563.80(96), de 31 de agôsto de 1960.
Acôrdo de Cooperação, entre o Govêrno da República dos Estados Unidos do Brasil e o Govêrno da República Italiana, para o Uso Pacífico da Energia Nuclear.

Brasil-Diversos

Exposição de Motivos DOr/CNF/DAm/DPo/DAI/DO/87/650.18(04), de 7 de outubro de 1960.
Instituto Latino-Americano de Pesquisas Florestais (FAO).

FRONTEIRAS

O ano de 1960 teve assinalada importânica, no tocante à demarcação das fronteiras do país. Com efeito, em fevereiro último foram-me entregues, em cerimônia solene, as cartas geográficas que consignam o traçado definitivo da fronteira do Brasil com a Guiana Francesa. Com a posterior aprovação das cartas pelos dois Governos, foi definida, em sua totalidade, a linha limítrofe do Brasil.

Por outro lado, foi posta em prática a idéia de incorporar às expedições de demarcação funcionários jovens da carreira de Diplomata, a fim de, acompanhando *in loco* os trabalhos de balizamento dos confins do país, familiarizarem-se com o assunto. Assim, em princípios de janeiro dois Cônsules de 3ª classe dirigiram-se à região dos rios Taraú-Catrimani, nos limites do Brasil com a Venezuela, onde permaneceram cêrca de 20 dias. Acometidos de enfermidade tropical, viram-se ambos obrigados a retornar antes do prazo estabelecido. Decorridos alguns meses, teve incio a campanha de demarcação da fronteira do Brasil com a Bolívia. Para a região dos rios Abunã e Rapirrã, no Território do Acre, partiu, no mês de julho, um funcionário lotado na Divisão de Fronteiras, que, durante 45 dias, observou o desenvolvimento das operações que então se processaram.

FRONTEIRA BRASIL-VENEZULEA

A Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — 1ª Divisão atuou, em Comissão Mista com sua congênere

venezuelana, na Cordilheira Parima, no trecho compreendido entre as nascentes do rio Toototobi e as do Taraú. Operando até o mês de abril, a Comissão Mista obteve bom índice de produção, tendo reconhecido e demarcado cêrca de 130 quilômetros, ao longo dos quais construiu 16 marcos internacionais.

Sobrevindo a estação chuvosa — fins de abril — que torna inexeqüível qualquer atividade de campo na Amazônia, os trabalhos de demarcação foram suspensos. Sòmente no decorrer de outubro, a região voltou a oferecer condições que permitiram o prosseguimento das operações. De posse de dados fornecidos pelo reconhecimento aéreo de trecho da Cordilheira Parima, realizado graças à prestimosa colaboração da Fôrça Aérea Brasileira, técnicos e trabalhadores da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — 1ª Divisão partiram para a fronteira, a fim de, juntamente com a Comissão Venezuelana, caracterizar e demarcar o seguimento Marco Marari — Nascentes do Maraiuá.

A navegação dos rios que dão acesso à zona da cordilheira, cujas serranias alcançam altitudes superiores a 2.000 metros, é, em vários trechos, obstada por corredeiras intransponíveis, o que obriga a freqüentes aberturas de extensas picadas, através da densa mata. Além disso, tribos de índios recusam-se a estabelecer contato. Trata-se, pois, de uma das regiões menos acessíveis e mais ásperas do país.

O trabalho de organização da campanha do marco Marari — nascentes do Maraiuá foi particularmente árduo, porquanto, além das providências comuns ao aprestamento de tôda expedição, a 1ª Divisão tratou, especialmente, de reformar sua frota, formada por um pequeno navio capitânea, três lanchas, seis batelões e trinta canoas. Excetuado o navio capitânea, as embarcações tiveram de ser totalmente refeitas.

Paralelamente, confeccionaram-se cartas geográficas, não só da zona demarcada, mas ainda de todo o trecho

percorrido pela expedição, e elaboraram-se vários estudos sôbre a região visitada.

FRONTEIRA BRASIL-GUIANA FRANCESA

Submetidas à apreciação dos Governos do Brasil e da França, as cartas geográficas que consignam o desenvolvimento da linha limítrofe em aprêço foram aprovadas pelo Govêrno Brasileiro, ainda no primeiro trimestre de 1960, e pelas autoridades francesas, em outubro. Espera-se, pois, para breve, o encontro formal dos Chefes das duas Comissões de Limites, a fim de que seja empreendida a campanha de demarcação da fronteira Brasil-Guiana Francesa.

FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI

A 35ª Conferência de Delegados Chefes, realizada na cidade de Santana do Livramento, Rio Grande do Sul, durante o mês de janeiro, marcou o início das atividades da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — 2ª Divisão. Foram, então, tomadas as seguintes resoluções:

I — Executar, prontamente, o Polígono Altimétrico de Segurança Livramento-Rivera.

II — Proceder à inspeção geral da fronteira.

III — Reparar os marcos de fronteira da linha sêca.

IV — Substituir, nos marcos de fronteira, os escudos de bronze característicos de cada país pelas palavras Brasil e Uruguai, gravadas em cimento no próprio marco.

Adotado um plano de trabalho, a Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia de Demarcação de Fronteira iniciou, logo, sua realização. Nesse sentido, teve lugar na cidade de Santana do Livramento, em 30 de janeiro, a 12ª Conferência de Delegados Substitutos, no decorrer da qual foram estabelecidas as normas de execução do Polígono Altimétrico

de Segurança Livramento-Rivera. Iniciaram-se, em seguida, as atividades de campo, numa extensão de 48,8 quilômetros e 1.007 lances de nivelamentos e os respectivos cálculos, sendo instaladas 19 RN (referências de nível). Dentro do plano de inspeção geral da fronteira, foram inspecionados os trechos Barra do Arroio Chuí — Passo Geral do Arroio São Miguel e Aceguá — Livramento, perfazendo um total de 215 quilômetros. De fevereiro a abril, mês que marca o início da estação chuvosa, foram reparados 190 marcos (de nº 486 a 676), bem como substituídos seus escudos.

FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

Em junho do corrente ano, turmas de trabalhadores da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — 2ª Divisão rumaram para a fronteira do Brasil com a Bolívia, no Território do Acre, onde efetuaram, juntamente com a Comissão Boliviana, as seguintes operações:

I — Caracterização e demarcação da geodésica Nascente do Rapirrã — Foz do Chipamanu. Dado o reduzido número de rodovias na região acreana, foi necessário, para chegar-se à fronteira — na zona do Rapirrã — a abertura de uma estrada de cêrca de 80 quilômetros, através da floresta amazônica.

II — Construção de 9 (nove) marcos de segunda ordem, ao longo da geodésica, de 15 quilômetros, nascente do Rapirrã — foz do Chipamanu; reconstrução do marco de primeira ordem situado na nascente do rio Rapirrã; construção de dois marcos secundários, erguidos no passo São Francisco do Rio Rapirrã; construção de dois marcos de posse nas ilhas da Confluência e Bolívar, respectivamente, no rio Madeira; reparação de dois marcos erguidos na foz do Abunã; reparação de três marcos plantados na confluência do Beni com o Mamoré.

III — Determinação das coordenadas geográficas dos marcos que, no item anterior, são especificados como construídos.

IV — Redeterminação das coordenadas geográficas dos marcos que, no item II, são relacionados como reconstruídos ou reparados.

V — Reconhecimento do rio Chipamanu, desde suas nascentes até a foz do igarapé do Serpa.

VI — Inspeção da linha de fronteira compreendida entre a confluência dos rios Beni e Mamoré e a foz do rio Chipamanu, num extensão de 645 quilômetros.

Além dos trabalhos de campo, há que se mencionar a produção cartográfica e os relatórios elaborados durante o ano.

ASSUNTOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

ASSUNTOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

No campo da política econômica, o Ministério das Relações Exteriores, através do Departamento Econômico e Comercial, continuou a contribuir, no âmbito de suas funções específicas, para a consecução dos objetivos superiormente fixados pelo Senhor Presidente da República para a política econômica exterior do Brasil.

A atividade do Itamaraty, nesse particular, desdobra-se fundamentalmente em três aspectos: atuação no seio de organismos internacionais e regionais de índole econômica; trato das relações econômicas bilaterais entre o Brasil e outros países; formulação e execução de planos de assistência e cooperação técnica internacional.

O presente Relatório sôbre os assuntos econômicos e comerciais do Ministério das Relações Exteriores abre-se por uma exposição relativa ao primeiro dêsses aspectos, devendo salientar-se, nesse particular, por sua alta significação para o prestígio internacional do Brasil, a eleição do Embaixador E. P. Barbosa da Silva para o cargo de Presidente do Acôrdo Geral sôbre Tarifas e Comércio (GATT), em 1960, e para o qual acaba de ser reeleito por unanimidade.

A essa primeira parte seguem-se relatos sucintos dos principais acontecimentos havidos no campo das relações bilaterais e de assistência técnica, cabendo menção especial às negociações que conduziram à conclusão de novos Acôr-

dos de Comércio e Pagamentos com a Polônia e a Tcheco-Eslováquia, bem como os entendimentos mantidos com a União Soviética, os quais se enquadram no objetivo de ampliar o intercâmbio do Brasil com mercados ainda não satisfatòriamente atingidos. Deve-se ressaltar, ainda, que, durante a visita do Senhor H. von Brentano, Ministro das Relações Exteriores da República Federal da Alemanha, o Itamaraty teve a oportunidade de amplamente expor o ponto de vista do Govêrno brasileiro no que se refere à assistência financeira internacional.

É também objeto do presente Relatório a atuação do Ministério das Relações Exteriores no tocante à questão de energia nuclear, transportes e política cafeeira. Capítulo especial mereceu, por sua natural importância, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Os assuntos relacionados com os problemas do mercado internacional dos produtos de base, a industrialização e a obtenção de financiamento continuaram a constituir os temas centrais levantados pelos Delegados brasileiros às diferentes reuniões no âmbito das Nações Unidas.

VIII Sessão da Comissão Consultiva Permanente para o Comércio Internacional dos Produtos de Base (CCPCIPB):

Pela Resolução 1.423 (XIV), a Assembléia Geral das Nações Unidas solicitou ao Secretário-Geral a constituição de um grupo de técnicos com a finalidade de estudar a possibilidade de se criar um mecanismo de financiamento compensatório, com a função de neutralizar as conseqüências negativas das grandes flutuações dos preços dos produtos de base, no mercado internacional, sôbre a balança de pagamentos dos países subdesenvolvidos. A idéia contida na referida Resolução prende-se estreitamente à tese defendida pelo Brasil desde os primeiros momentos de existência das Nações Unidas, sobretudo na Comissão Consultiva Permanente para o Comércio Internacional dos Produtos de Base, no sentido de que, nesse campo, a solução defiinitiva só poderá ser encontrada em um mecanismo único que conjugue o movimento internacional de capitais com as flutuações no mercado de produtos de base. Quando da VIII Sessão

da CCPCIPB, realizada entre 2 e 13 de maio, na cidade de Nova York, o ponto-de-vista brasileiro foi, em parte, apoiado pelas Delegações de alguns países industrializados, que a êle sempre se vinham opondo no passado, ao admitirem a possibilidade de considerarem o assunto, pelo menos em caráter de estudo preliminar.

XXIX Sessão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas:

Durante a XXIX Sessão do Conselho Econômico e Social, foi criado o Comitê para o Desenvolvimento Industrial, que deverá dedicar-se a coordenar e orientar as atividades das Nações Unidas relacionadas com a industrialização acelerada dos países subdesenvolvios. A constituição do novo órgão, que se reunirá, pela primeira vez, na primavera de 1961, representa o coroamento dos esforços desenvolvidos com essa finalidade pelos representantes brasileiros à XIV Assembléia Geral das Nações Unidas e à XXIX Sessão do Conselho Econômico e Social.

XXX Sessão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (COSOC):

Por iniciativa do Secretário Geral das Nações Unidas, foram realizadas várias reuniões em nível ministerial, durante a XXX Sessão do Conselho Econômico e Social, entre 11 e 14 de julho, em Genebra. Contaram as referidas reuniões com a participação de representantes de considerável número de países. A Delegação brasileira, chefiada pelo Senhor Vice-Presidente da República, apontou a necessidade de dar-se maior sentido prático à Resoluções adotadas pelo Conselho, bem como a inadequacidade de certas operações dos organismos internacionais de crédito às necessidades

dos países subdesenvolvidos, sobretudo as referentes ao financiamento, por aquelas entidades, da produção de bens primários em momento de crise, por excesso de oferta no mercado internacional, contribuindo, assim, para acentuar os desequilíbrios já existentes, em vez de saná-los como lhes compete.

Propôs a Delegação do Brasil, como medida tendente a evitar viesse a Associação Internacional de Desenvolvimento a padecer da mesma deficiência, que a nova entidade internacional de crédito, recentemente criada, fôsse subordinada à Assembléia Geral das Nações Unidas, e não ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, como originàriamente previsto.

Ainda durante a XXX Sessão do ECOSOC, os representantes brasileiros voltaram a defender a tese de que o capital privado apenas acompanha o processo de desenvolvimento econômico, mas não contribui, satisfatòriamente, para criar a infraestrutura econômica sem a qual se torna impossível o aceleramento do progresso material, o que, por êsse motivo, tem de ser confiado ao capital público.

Quando dos debates em tôrno dos problemas do mercado internacional dos produtos de base, propôs a Delegação brasileira que, além dos trabalhos das Comissões regionais, a Comissão Consultiva Permanente para o Comércio Internacional dos Produtos de Base considerasse, também, os estudos que o GATT vem realizando sôbre os obstáculos que impedem a expansão do comércio dos países em processo de desenvolvimento, no que foi atendida.

Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)

III Sessão extraordinária do Plenário da CEPAL. — Auxílio ao Chile

A III Sessão Extraordinária do Plenário da CEPAL reuniu-se entre 28 a 30 de junho, na cidade de Nova York,

a fim de considerar a situação criada pelos terremotos que devastaram o sul do Chile, nos últimos dias do mês de maio do corrente ano. O Delegado do Brasil apoiou a proposta do Delegado do Equador, aprovada por unanimidade, no sentido de:

1º) recomendar ao Conselho Econômico e Social e à Comissão de Assistência Técnica que considerassem favoràvelmente a concessão de um financiamento, até dois milhões e duzentos mil dólares, do Plano de Emergência elaborado e apresentado pelo Govêrno chileno;

2º) solicitar ao Conselho Econômico e Social o emprêgo do máximo dos recursos ordinários disponíveis do Programa Ampliado de Assistência Técnica no Plano de Emergência;

3º) e, finalmente, pedir ao Conselho Econômico e Social que solicitasse aos países membros do Programa Ampliado que fizessem contribuições adicionais em 1960, a fim de tornar possível o financiamento do Plano de Emergência chileno em 1961 e 1962.

ACÔRDO GERAL SÔBRE TARIFAS E COMÉRCIO (GATT)

Realizaram-se em 1960 as XVI e XVII Sessões das Partes Contratantes do GATT (Genebra em maio e em novembro respectivamente), a Conferência Tarifária (Genebra, a partir de setembro) e as reuniões dos Comitês de Expansão do Comércio Internacional (Genebra, em abril, maio, outubro e novembro), que constituíram importante *forum* para a consideração de todos os problemas ligados ao comércio internacional.

Naquelas reuniões, discutiram-se os Tratados que estabeleceram a Comunidade Econômica Européia e a Associação Européia de Livre Comércio, e foram, bem assim, iniciados os debates concernentes ao Tratado que instituiu a Associação Latino-americana de Livhe Comércio. Procedeu-se ao exame da natureza dos obstáculos que dificultam a expansão do comércio internacional, tais como tarifas aduaneiras, restrições quantitativas, subvenções à produção e à exportação, impostos internos, e assentaram-se as bases das negociações para a redução de tais entraves na Conferência Tarifária. Analisaram-se alguns dos problemas relativos ao comércio de produtos de base, como o da instabilidade dos preços de tais artigos e a deterioração dos têrmos de troca dos países menos desenvolvidos em seu intercâmbio com os países industrializados. Examinou-se a questão do escoamento dos excedentes de produtos de base

e seus efeitos sôbre o comércio mundial. Mereceram especial consideração a possibilidade e os meios de serem aplicados direitos anti-*dubping* e direitos compensatórios, assim como abrandadas outras formas de restrição ao comércio internacional, como a existência de «trusts» e cartéis. Considerou-se a adesão ao GATT de países como Portugal, Espanha, Irlanda, Iugoslávia, Polônia e Israel, o que demonstra a tendência observada naquela organização no sentido de sua universalização.

Foram êsses alguns assuntos, entre os múltiplos e complexos considerados pelo GATT, que mereceram a especial atenção das representações brasileiras no ano de 1960. quando o Brasil, através do Embaixador Edmundo Penna Barbosa da Silva, ocupou a presidência daquela organização.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO)

Foram as seguintes as principais reuniões celebradas pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura em 1960, e das quais participou o Brasil:

1ª) *Primeira Sessão do Grupo da FAO sôbre Frutas Cítricas* (Madrid — 23 de maio a 1 de junho). A Delegação brasileira, nessa Sessão, apoiou recomendação no sentido de se promoverem medidas para a intensificação do consumo de laranjas, a fim de evitar, no futuro, a acumulação de excedentes em face do considerável aumento do plantio de laranjeiras nos últimos anos, especialmente na África do Sul.

2ª) *XXXIII Sessão do Comitê de Produtos de Base* (CCP — Roma, 7 a 22 de junho). Nessa Sessão foram examinadas a situação mundial da agricultura e alimentação em 1959, questões relacionadas com o comércio de produtos de base em geral e de determinados produtos. A Delegação

do Brasil designada para a referida reunião apoiou as apreciações que demonstram a posição desfavorável das relações de trocas dos países exportadores de produtos primários em face dos que exportam bens manufaturados. Nessa oportunidade, foi aprovada proposta do Brasil no sentido de que fôsse incluído no mandato do Grupo sôbre Operações de Troca, cuja criação estava sendo examinada, dispositivo segundo o qual tais operapões deveriam processar-se em obediência aos princípios da FAO sôbre colocação de excedentes agrícolas.

3ª) *Primeira Reunião Técnica Interamericana sôbre Produção de Café* (Colômbia, 24 a 31 de julho). Nesse certame, convocado com o objetivo de examinar os problemas relacionados com a melhoria da produção de café, a Delegação do Brasil apoiou sugestão no sentido de se criar um centro técnico interamericano de café para intensificar as atividades de ensino e pesquisas, bem como promover uma colaboração técnica mais efetiva no Continente.

4ª) *VI Conferência Regional da FAO para a América Latina e V Conferência Interamericana de Agricultura da Organização dos Estados Americanos* (celebradas simultâneamente no México, de 8 a 20 de agôsto). No transcurso dessas reuniões foi examinado um amplo temário, abrangendo, de um modo geral, todos os assuntos principais que interessam à agricultura da região. A Delegação do Brasil, presente a essas reuniões, apoiou recomendação relativa à criação de um Instituto Latino-americano de Reforma Agrária, bem como apresentou projetos de resolução que foram aprovados no sentido de se aprimorarem os Serviços de extensão agrícola, de treinamento e formação de pessoal técnico, bem como de se criar uma Associação Latino-americana de Agronomia e Veterinária. Propôs, ainda, a Delegação do Brasil que, em vista dos resultados já obtidos pela Escola Central do SAPS na formação de técnicos nutricionistas, se estabelecesse na mesma, sob os auspícios

da OEA e da FAO, um Centro Regional para a Formação de técnicos em Nutrição.

5ª) *Campanha Mundial contra a Fome*. Em 1º de julho de 1960, foi inaugurada oficialmente sob a égide da FAO uma campanha com a finalidade de coordenar e intensificar as atividades das diversas entidades internacionais e nacionais que se dedicam ao combate à fome e à subnutrição. Para êsse fim, foi criado um Comitê Consultivo que se reuniu em Roma duas vêzes em 1960 (maio e outubro). Para Presidente da Primeira Sessão foi eleito o representante do Brasil, Deputado Josué de Castro. Nessa ocasião reafirmou-se que a Campanha deveria abranger, especialmente, quatro categorias de trabalho: *a*) informação e educação; *b*) pesquisa; *c*) programas de ação nacional e *d*) direção e assistência técnica a programas bilaterais. Recomendou-se ainda, nessa oportunidade, aos países interessados na Campanha que criassem comissões para centralizar os estudos relacionados com a mesma.

Na Segunda Sessão do referido Comitê Consultivo, ao serem examinadas as atividades da Campanha Mundial contra a Fome, verificou-se a necessidade de ser prestado à mesma, por parte dos Governos, maior apoio, especialmente financeiro.

REFORMA DO CONSELHO INTERAMERICANO ECONÔMICO E SOCIAL

Tendo em vista as crescentes responsabilidades da OEA no campo econômico e social, particularmente depois da assinatura da Ata de Bogotá, o Brasil está empenhado em que se leve a efeito uma reforma do CIES e de sua secretaria executiva a fim de lhes dar um mais alto grau de eficiência.

Esta reforma, ainda em fase de elaboração, tem a maior importância, uma vez que dela dependerá, em grande parte, o êxito da Operação Pan-Americana, em sua fase executiva.

ARGENTINA

Em fins de 1959, em face do desequilíbrio do intercâmbio e da improbabilidade da sua correção espontânea a prazo curto, o Itamaraty resolveu convocar a reunião da Comissão Mista Brasil-Argentina. A reunião realizou-se em Buenos Aires, de 16 de novembro a 2 de dezembro, com a seguinte agenda: 1ª) análise do intercâmbio; 2ª) estudo e adoção de medidas tendentes a: *a*) corrigir o atual desequilíbrio do intercâmbio; *b*) desenvolver as trocas dos produtos tradicionais; *c*) promover o intercâmbio de produtos industriais; 3ª) trigo; 4ª) renovação dos Acôrdos em vigor; 5ª) diversos.

O resultado mais importante da reunião foi a assinatura do Ajuste sôbre intercâmbio de matérias primas e bens industriais, pelo qual ,sempre que os *deficits* não possam ser cobertos por transações com produtos tradicionais, o Govêrno credor promoverá e facilitará a importação de produtos industriais do país devedor. O Ajuste constitui, assim, o primeiro passo para a colocação de manufaturas brasileiras no mercado argentino.

Quanto aos produtos tradicionais, não foi possível, durante a reunião da Comissão Mista, encontrar uma fórmula que provocasse o imediato aumento das compras argentinas no Brasil. Foi sugerido pela Delegação brasileira que as autoridades competentes argentinas concedessem crédito ao

importador (ao prazo de 90 a 120 dias) para pagamento das importações. Houve receptividade para esta sugestão, informando os representantes do Banco Central que seriam examinadas as solicitações que naquele sentido e, em cada caso fôssem apresentadas.

No que se refere ao café, foi, também, manifestada a preocupação brasileira quanto ao provável uso de sucedâneos e à mistura de melaço e outros ingredientes, tendo a Delegação argentina apresentado relato dos esforços desenvolvidos na aplicação de medidas repressivas àquelas práticas.

TRIGO

Quanto ao trigo, ítem mais volumoso do intercâmbio, no curso das conversações da Comissão Mista em novembro de 1959, as autoridades argentinas garantiram ao Govêrno brasileiro a sua quota habitual de 1 milhão de toneladas para o ano de 1960, quota essa que foi totalmente adquirida durante o ano.

Um aspecto relevante do intercâmbio brasileiro-argentino no ano de 1960 foi a modificação do sistema de comercialização de trigo daquele país, originada de medidas governamentais tomadas no curso do ano de 1959 e tendentes à liberalização da economia daquela República.

De acôrdo com essas novas medidas, as operações em questão, do lado argentino, foram entregues em 60% aos exportadores privados, permanecendo a Junta Nacional de Grãos apenas com 40%. Nestas condições, durante o ano de 1960 apenas 400 mil toneladas de trigo foram objeto de contrato entre a Embaixada do Brasil em Buenos Aires e a Junta Nacional de Grãos, ao passo que as restantes 600.000 toneladas foram comercializadas livremente entre exportadores argentinos e o Govêrno brasileiro, mediante as periódicas concorrências lançadas pelos editais da Co-

missão Consultiva do Trigo do Ministério da Agricultura. No segundo semestre de 1960, antevendo-se necessidades suplementares de trigo para o consumo nacional, mantiveram-se entendimentos com as autoridades argentinas que concordaram em pôr à disposição do mercado brasileiro uma quota extra de 200.000 toneladas, que, até dezembro do ano em curso, foi utilizada apenas na metade pelo Govêrno brasileiro.

VENEZUELA

Uma Missão Comercial Brasileira visitou a Venezuela com a incumbência de proceder a estudos de mercado e de procurar concertar, com o Govêrno venezuelano, fórmulas que permitissem equilibrar e fortalecer o intercâmbio entre os dois países.

A Missão comercial teve, como objetivo básico, tentar abrir o mercado venezuelano aos produtos brasileiros, principalmente os industrializados, e corrigir, assim, o forte desequilíbrio da balança comercial com a Venezuela, causado pelas vultosas compras de petróleo naquele país, sem pràticamente, qualquer contrapartida de exportações brasileiras. A consecução dêsse objetivo foi buscada por dois meios: através de uma missão industrial, composta de elementos diretamente interessados nas exportações e através de uma missão governamental, que deveria juntar seus esforços aos dos industriais, no sentido de preparar e facilitar suas gestões, orientá-los no que concerne aos problemas cuja solução depende de medidas governamentais, bem como fazer contatos, estudar o mercado e entabolar negociações na esfera governamental, com a finalidade de, a curto prazo, criar condições para maiores exportações brasileiras e, em período mais longo, permitir a estruturação de uma política de maior aproximação e complementação econômica com a Venezuela.

Além dessa incumbência preliminar relativa aos contatos preparatórios nas esferas econômicas, o grupo oficial negociador recebeu instruções específicas no sentido de:

a) entabolar conversações tendentes à assinatura de um Ajuste de compensação que vinculasse parte das habituais importações brasileiras de petróleo da Venezuela a fornecimento de produtos brasileiros em valores equivalentes, sem, entretanto, alterar o montante global daquelas importações;

b) estudar fórmulas que facilitassem o escoamento crescente de produtos brasileiros para o mercado venezuelano;

c) estudar as fórmulas para a intensificação e regulamentação do comércio fronteiriço.

Não obstante não ter sido possível ao Govêrno venezuelano concluir, nessa oportunidade, um Ajuste que facultasse uma parcial compensação do valor das divisas empregadas nas nossas compras de petróleo na Venezuela, mediante venda àquele país de produtos brasileiros, foi criada uma Comissão Mista brasileiro-venezuelana, incumbida de propor medidas adequadas para manter o intercâmbio entre os dois países no mais alto nível e, no seio da qual, se prosseguirá no estudo de fórmulas que permitam a eventual conclusão de um ajuste comercial entre os dois países.

Foi prorrogada, por mais um ano, a partir de 2 de outubro de 1960, a vigência do «Modus-vivendi» que vem regendo as relações comerciais brasileiro-venezuelanas desde 11 de junho de 1940, e pelo qual os dois países recìprocamente se concedem a cláusula da nação mais favorecida, excептuando-se, porém, dêsse regime as vantagens decorrentes da participação de um dos países signatários em uma Zona de Livre Comércio.

COLÔMBIA E EQUADOR

Após as negociações na Venezuela, a Missão Comercial Brasileira visitou, segundo as instruções recebidas, a Colômbia e o Equador, examinando nesses países as possibilidades de intensificar seu intercâmbio comercial com o Brasil, como estudo preparatório das próximas reuniões das Comissões Mistas Brasil-Colômbia e Brasil-Equador, que deverão realizar-se, ainda no ano de 1960, no Rio de Janeiro.

Durante as entrevistas mantidas com as autoridades colombianas e equatorianas, houve ampla e pormenorizada troca de informações acêrca dos regimes de comércio exterior vigentes no Brasil, Colômbia e Equador, bem como sôbre os aspectos fundamentais das suas respectivas economias, sendo examinadas as possibilidades de fornecimento de produtos de um país ao outro.

PARAGUAI

Reuniram-se, entre os dias 13 e 28 de junho último, no Rio de Janeiro, os componentes do Grupo de Trabalho sôbre Tarifas da Comissão Mista Permanente Brasil-Paraguai a fim de examinar e harmonizar os estudos realizados pelas seções brasileira e paraguaia para a atualização das tarifas brasileiras.

Os trabalhos obedeceram às recomendações do relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho constituído para estudar o ítem nº 2 da agenda da 1ª Reunião da Comissão Mista Permanente, a cujo plenário foi apresentado em 26 de agôsto de 1959.

O mencionado relatório recomendava:

a) adaptação do artigo III do Protocolo Adicional ao Convênio de Comércio Fronteiriço, ambos firmados em 27 de outubro de 1956, às disposições da Lei nº 3.244, de 14 de agôsto de 1957;

b) exame das concessões tarifárias brasileiras ao Paraguai.

Para se proceder à atualização das tarifas, de acôrdo com o inciso *a* do parágrafo anterior, foi necessário adaptar a especificação de mercadorias da antiga Lei alfandegária, de caráter sintético, à nomenclatura estabelecida pela Lei atual, que é essencialmente analítica.

Foram fixados os valôres reais de cada produto e sua proporcionalidade com os direitos específicos convencionados, a fim de que o resultado obtido representasse os novos direitos *ad valorem* a serem aplicados pelo Brasil às importações originárias e procedentes do Paraguai. No tocante à negociação de novas concessões tarifárias, o Grupo de Trabalho marcou nova reunião para examinar o assunto.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

ACÔRDO SÔBRE PRODUTOS AGRÍCOLAS DE 31-12-56

Durante o ano de 1960, esteve em vigor, por 6 meses, até 30 de junho, o antigo Acôrdo sôbre Produtos Agrícolas de 31 de dezembro de 1956, cuja validade fôra estendida até essa data por troca de notas efetuadas em setembro de 1959.

A prorrogação do Acôrdo em causa fôra negociada tendo em vista a existência de saldo substancial no mesmo, suficiente, na época da prorrogação, para uma importação da ordem de 700 mil toneladas de trigo, das quais 270.000 foram importadas ainda em 1959 e 430.000 toneladas foram objeto de duas autorizações de compra emitidas no curso de 1960.

Na vigência da prorrogação do Acôrdo foram feitas importações de trigo da ordem de 430 mil toneladas ao abrigo da lei 480, cujos montantes em cruzeiros foram adicionados aos fundos já existentes na conta especial do Govêrno norte-americano no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico nos têrmos estabelecidos no Acôrdo.

A partir de outubro de 1960, já esgotado o prazo de prorrogação da vigência do Acôrdo sôbre Produtos Agrícolas, configurou-se a existência de saldos não utilizados no mesmo, bem como de somas não utilizadas oriundas da diferença entre os fretes estimados e os fretes pagos no curso das operações do mencionado Acôrdo. Estão em curso

negociações com o Govêrno dos Estados Unidos para utilização dêsses saldos na cobertura de importações adicionais de trigo, destinadas a reduzir o *deficit* verificado no abastecimento relativo ao último trimestre de 1960.

Terminada a validade do Acôrdo de 1956, entrou em fase de estudos a negociação de um novo Acôrdo nos têrmos dos anteriores, de forma a não só continuar carreando fundos para o desenvolvimento econômico, mas também para atender à demanda crescente do abastecimento nacional.

REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

Por ocasião da visita oficial do Ministro das Relações Exteriores da República Federal da Alemanha, Senhor Heinrich von Bretano, foi assinado importante documento sob o título de «Declaração Conjunta sôbre Cooperação Econômica e Técnica». Tal declaração, após reafirmar a convicção dos dois Governos de que a segurança do mundo livre está intimamente associada ao desenvolvimento econômico dos povos que o integram, salienta o fato de que cabe aos países altamente desenvolvidos a missão de contribuir para o progresso dos povos em processo de desenvolvimento. Com o propósito de favorecer e estimular as relações econômicas entre o Brasil e Alemanha, mediante seu contínuo aperfeiçoamento, os dois Governos decidiram reestruturar a Comissão Mista criada pelo Acôrdo de Investimento, de 4 de setembro de 1953. A Comissão Mista terá como principal finalidade promover, através de estudos e recomendações, o incremento do intercâmbio comercial e o pleno aproveitamento das possibilidades de cooperação econômica e técnica entre ambos os países. Em seus trabalhos, a Comissão Mista deverá levar em conta as transformações estruturais em curso na economia dos dois países, de forma a assegurar a contínua expansão das relações econômicas entre êles.

GRÃ-BRETANHA

O Senhor Frederick Erroll, Vice--Ministro do Comércio da Grã-Bretanha, chegou ao Brasil em 9 de novembro. Sua visita teve por objetivo estudar com as autoridades competentes e homens de negócios brasileiros do Rio de Janeiro e São Paulo, as possibilidades de incrementar o intercâmbio comercial entre os dois países.

O Senhor Eroll, ao voltar à Grã-Bretanha, pretende sugerir aos investidores britânicos medidas que os habilitem a intensificar as trocas com o Brasil.

ÁUSTRIA

Em março de 1960, visitou o Brasil o Vice-Ministro do Comércio da Áustria, Senhor Bruno Pittermann. A missão por êle chefiada entrou em contacto com industriais brasileiros, examinando as possibilidades de incrementar as relações comerciais entre os dois países, bem como a colaboração técnica austro-brasileira, através da concessão do processo de aciaria «L-D», de patente austríaca.

PORTUGAL

No correr de 1960, as relações comerciais e financeiras entre o Brasil e Portugal continuaram a ser reguladas pelos instrumentos vigentes desde 1949, ou sejam, o Acôrdo Comercial de 9 de novembro daquele ano e o Convênio de Pagamentos da mesma data.

No intuito, porém, de permitir um exame amplo e conjunto dos interêsses recíprocos daquela ordem, os dois Governos, após entendimentos realizados anteriormente à visita do Excelentíssimo Senhor Presidente da República a Portugal, decidiram firmar uma Declaração pela qual foi criada uma Comissão Mista Especial sôbre relações econômicas luso-brasileiras.

A referida Declaração, que se incluiu no conjunto dos atos celebrados entre os dois Governos por ocasião da presença do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira em Lisboa, para participar das comemorações henriquinas, foi assinada pelos titulares da pasta das Relações Exteriores dos dois países, na data de 9 de agôsto último.

Estabelece aquêle ato, como encargos do novo órgão, o exame de tôdas as questões atinentes às trocas de mercadorias e serviços entre o Brasil e Portugal, bem como o estudo das possíveis fórmulas de cooperação econômica através das quais as duas nações possam lograr um incremento de valor e volume de seu comércio recíproco. Deverá, assim, a Comissão Mista Especial assentar as bases de uma colaboração econômica mais dinâmica entre os dois países.

ESPANHA

Em 1º de outubro de 1960, foi prorrogada até 31 de março de 1961, por meio de troca de notas, o Acôrdo de Comércio e Pagamentos assinado em 24 de julho de 1952.

GRÉCIA

Em Atenas, em 30 de julho de 1960, foi efetuado, por troca de notas, um Acôrdo Provisório de Comércio e Pagamentos, válido por seis meses. Tal acôrdo veio substituir os Ajustes de Comércio e Pagamentos, respectivamente de 6 de junho de 1952 e 19 de junho do mesmo ano, já expirados.

FINLANDIA

Tendo o Govêrno finlandês expressado ao Govêrno do Brasil o desejo de rever o sistema de pagamentos vigentes entre os dois países, com vistas a passar para o sistema de pagamentos multilateral, foram iniciadas negociações no Rio de Janeiro entre as Delegações brasileira e finlandesa.

Como resultado dessas negociações, celebrou-se novo Acôrdo, por troca de notas efetuada em 17 de novembro de 1960, pela qual as operações de comércio entre os dois países, a partir de 1º de janeiro de 1961, serão conduzidas em moeda de livre curso internacional. O saldo da Conta criada pelo antigo Acôrdo de Pagamentos e as operações financiadas já autorizadas serão liquidados por meio de reserva de uma percentagem do valor das exportações anuais do Brasil para a Finlândia.

SUÉCIA

Por nota de 5 de fevereiro de 1960, a Embaixada da Suécia comunicou ao Ministério das Relações Exteriores o desejo de seu Govêrno de que os pagamentos entre o Brasil e a Suécia fôssem realizados em moeda livremente conversível. O Govêrno brasileiro expressou sua concordância por nota datada de 18 de março de 1960, tendo sido acertadas entre o Banco do Brasil e as autoridades financeiras da Suécia as necessárias disposições técnicas para cobertura do período de transição.

POLÔNIA

No dia 4 de março de 1960, tiveram início, no Rio de Janeiro, as negociações polono-brasileiras, com vistas à conclusão de um novo Acôrdo de Comércio e Pagamentos entre os dois países.

Após 15 dias de entendimentos, em que as Delegações do Brasil e da Polônia procuraram elaborar um instrumento que atingisse plenamente a finalidade precípua de estimular o comércio entre os dois países, foi assinado, no dia 19 de março de 1960, o novo Acôrdo de Comércio e Pagamentos Brasil-Polônia, cujas características principais são as seguintes:

a) cláusula específica sôbre importações de bens de capital poloneses, as quais se farão sob condições favoráveis de financiamento por parte do exportador;

b) embora seja mantido o princípio, habitual nos acôrdos bilaterais, de que não deve ser ultrapassado o limite de crédito que as partes recìprocamente se concedem (*working balance*), o Acôrdo com a Polônia estabelece, por outro lado, que, na ocorrência de um excesso sôbre aquêle limite, a liquidação se faça igualmente em mercadorias;

c) prazo de vigência de 5 anos, com o qual se procurou adaptar o instrumento a um sistema planificado de comércio exterior, de maneira a propiciar à Parte brasileira

não só melhores possibilidades no campo de exportação como também lhe criar as idispensáveis garantias de tranqüilidade para os pagamentos de operações financiadas de bens de equipamento procedentes da Polônia;

d) existência de uma Comissão Mista, com encargos mais amplos do que os normalmente cometidos a êsses órgãos;

e) previu-se o montante de US$ 70.000.000 para o intercâmbio entre os dois países no ano de 1960.

O Acôrdo foi submetido à apreciação do Congresso Nacional, que sôbre o mesmo ainda não se pronunciou em definitivo.

UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS

Como decorrência da ida à União Soviética de Missão comercial brasileira, chefiada pelo Embaixador Edmundo Penna Barbosa da Silva, foi assinado, em Moscou, em 9 de dezembro de 1959, o documento «Têrmos do Entendimento entre a Missão Comercial Brasileira e a Delegação Comercial Soviética sôbre Problemas de Comércio e Pagamentos», que, uma vez aprovado pelas autoridades dos dois países, passou a regular o intercâmbio comercial soviético-brasileiro.

Em abril do corrente ano, esteve no Brasil a Comissão Executiva Soviética de Intercâmbio com o Brasil, prevista nos «Têrmos de Entendimento», a qual acertou com a sua congênere brasileira, as medidas necessárias à implementação dos «Têrmos do Entendimento», sendo, na ocasião, assinados diversos contratos de exportação e importação de produtos dos dois países.

TCHECO-ESLOVAQUIA

Em 24 de junho do corrente ano foi assinado, no Rio de Janeiro, o novo Acôrdo de Comércio e Pagamentos Brasil-Tcheco-Eslováquia.

O Acôrdo firmado com a Tcheco-Eslováquia acompanha, em suas linhas gerais, o Acôrdo com a Polônia e prevê, para o ano de 1961, um intercâmbio global entre os dois países no valor de 70 milhões de dólares. A exemplo do instrumento negociado com a Polônia, só entrará em vigor depois de aprovado pelo Congresso Nacional.

JAPÃO

Com o propósito de negociar um novo sistema de comércio e pagamentos entre o Brasil e o Japão, tendo em vista a expiração do Ajuste de 16 de outubro de 1958, reuniram-se no Rio de Janeiro as Delegações do Brasil e do Japão. Dada, porém, a impossibilidade de conciliação entre as fórmulas apresentadas, as negociações foram interrompidas, lavrando-se uma Ata Final em que se consignaram as posições defendidas pelas duas Delegações. Posteriormente, os dois Governos regularam, por troca de notas efetuada no Rio de Janeiro, em 18 de outubro de 1960, a liquidação do saldo credor favorável ao Japão, existente na Conta Especial criada pelo Ajuste de 16 de outubro de 1958. Tal liquidação se processará por meio de pagamentos parcelados semestrais, o primeiro dos quais será feito a 25 de abril de 1961.

AUSTRÁLIA

Visitou o Brasil, de 13 de outubro a 2 de novembro do ano em curso, Missão australiana de pesquisas de mercado, constituída de homens de negócios e de funcionários governamentais. Nesse período, teve oportunidade de manter diversos contatos com industriais e comerciantes brasileiros, além de percorrer os nossos principais centros fabris.

IRÃO

O intercâmbio Brasil-Irão recebeu incremento significativo com o levantamento por firma brasileira de concorrência para fornecimento de dormentes para estradas de ferro iranianas. A boa qualidade de madeira dura apresentada pelos fornecedores nacionais proporcionou a possibilidade de idêntica operação comercial no Iraque.

LÍBANO

Cogitou-se da criação de entreposto brasileiro na Zona Franca de Beirute, no sentido de aumentar nossas exportações cafeeiras para o Oriente Médio e Oriente Próximo. A questão está submetida ao Instituto Brasileiro do Café, que está procedendo a estudos quanto à sua localização definitiva.

TAILANDIA

Após a criação da Embaixada do Brasil em Bangkok, em fins do ano transacto, foi bastante incentivada a divulgação naquele país de listas de produtos industriais brasileiros exportáveis, iniciativa realizada pelo Itamaraty em colaboração com a Confederação Nacional do Comércio.

COOPERAÇÃ OECONÔMICA E TÉCNICA

Durante o ano de 1960, o Ministério das Relações Exteriores desenvolveu consideràvelmente as suas atividades de planejamento, coordenação e administração, tanto de assistência técnica internacional oriunda de governos ou entidades privadas estrangeiras com vista ao atendimento de algumas das necessidades prioritárias do Brasil no campo tecnológico, quanto da cooperação que o Brasil vem prestando, embora em menor escala, a outros países do mundo, notadamente do continente americano.

Nessa conformidade, foi realizado, durante o ano em curso, um levantamento das principais fontes internacionais de assistência técnica, quer governamentais, quer privadas, de forma a permitir a divulgação das oportunidades porventura existentes neste setor, e das quais se pudessem beneficiar entidades e órgãos brasileiros.

Participou o Itamaraty ativamente na elaboração, tramitação e encaminhamento de uma série de projetos e solicitações, de mérito comprovado, provenientes de várias entidades brasileiras aos serviços de cooperação técnica de alguns países prestadores de assistência técnica, como a França, a Alemanha, a Bélgica, os Países Baixos, o Japão e Israel.

Iniciou negociações com o Govêrno alemão para a instalação, em Brasília, de um Instituto teuto-brasileiro de

Desenvolvimento Agrícola, e, em São Paulo, de um centro de treinamento técnico-profissional.

Entendimentos semelhantes foram também entabolados com o Govêrno japonês, para a criação, no Nordeste, de um centro de treinamento técnico brasileiro-japonês, e com o Govêrno francês, com vistas à instalação, em vários pontos do território nacional, de centros de formação técnico-pedagógica no setor de eletricidade.

Negociou o Itamaraty com o Govêrno norte-americano a prorrogação do Acôrdo com o Programa de Agricultura e Recursos Naturais(que instituiu o Escritório Técnico de Agricultura, órgão técnico-administrativo do programa, e participou nos estudos para a constituição das Comissões Mistas Brasil-Colômbia e Brasil-Equador, que terão, como uma de suas finalidades principais, a elaboração e a coordenação da assistência técnica a ser mùtuamente prestada por aquêles países e pelo Brasil.

Iniciou entendimentos com os Governos da França e da República Federal da Alemanha, com vistas à conclusão de acôrdos básicos de cooperação técnica com aquêles países, e destinados a colocar, em bases mais racionais, a elaboração e a coordenação dos diferentes projetos e programas de assistência técnica, que já tenham sido ou venham a ser acordados, entre os Governos francês e alemão, de um lado, e o Govêrno brasileiro, de outro.

Foi organizado um calendário das Feiras e Exposições internacionais, de maior interêsse para o Brasil, bem como um plano para a coordenação da participação brasileira nesses certames.

Assim, compareceu o Brasil à Feira Internacional de Osaca (abril), no Japão, com pavilhão onde foram expostos mostruários do Instituto Brasileiro do Café, do Instituto Nacional do Mate, do Instituto do Açucar e do Álcool e de entidades particulares; à Feira Internacional de

Trieste (maio-junho de 1960), onde se deu maior ênfase à apresentação da madeira brasileira, por cogitar-se da instalação de um entreposto brasileiro, nos moldes do entreposto de café já existente nesse pôrto italiano; à Feira Internacional de Lisboa com «stand» informativo e alguns produtos brasileiros, em especial aparelhos elétricos de uso doméstico; à Feira Internacional de Damasco e à Feira Internacional de Zagreb, onde, pela primeira vez o Brasil compareceu com o café, mate, sisal, cacau, madeiras e amplo material informativo. O Itamaraty cooperou, igualmente, para o comparecimento da Companhia do Vale do Rio Doce à Feira Internacional de Brno, Tchecoslováquia, onde, também pela primeira vez, o Brasil teve um «stand».

TRANSPORTES

No setor de transportes marítimos, o Ministério das Relações Exteriores cooperou nos estudos com outros órgãos do Govêrno com o propósito de se procurar assegurar à marinha mercante nacional uma participação razoável nos fretes internacionais. O resultado dêsses estudos se traduziu nas Instruções da SUMOC de ns. 181 e 202 e o Decreto nº 47.225.

Ainda no setor marítimo, o Ministério das Relações Exteriores participou dos trabalhos do Conselho Coordenador da Indústria de Construção Naval (COCICON), no qual está representado.

No campo do transporte aéreo, o Itamaraty continuou sua participação nas atividades da Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional (CERNAI), do Ministério da Aeronáutica, na qual tem representante efetivo. No decorrer de 1960, o Ministério das Relações Exteriores tomou parte nas reuniões de consulta com a Grã-Bretanha e a França para revisão dos Anexos aos Acôrdos do Brasil com aquêles países.

Em outubro de 1960 foi assinado entre o Brasil e Portugal um Acôrdo para a exploração conjunta do tráfego

aéreo entre os dois países a cargo da PANAIR e da companhia «Transportes Aéreos Portuguêses» (TAP), com vistas ao incremento daquele tráfego.

O Itamaraty participou ainda, em outubro de 1960, da Segunda Conferência Regional de Aviação Civil (II CRAC), realizada em Montevidéu, para estudar os problemas relativos à navegação aérea no continente americano.

ENERGIA ATÔMICA

Realizaram-se em 1960 a IV Assembléia Geral da Agência Internacional de Energia Atômica, reunida em Viena, e o III Simpósio Interamericano de Energia Nuclear, reunido em Quitandinha durante a Segunda Reunião da Comissão Interamericana de Energia Nuclear.

O Brasil foi eleito pela quarta vez consecutiva membro designado da Junta dos Governadores da AIEA, como o país mais avançado no campo da energia nuclear da América Latina.

Foi submetido à apreciação de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, que com êle concordou, o texto do Acôrdo de cooperação técnica no domínio da energia nuclear a ser assinado, ainda êste ano, entre o Brasil e a EURATOM. Instrumento semelhante, firmado entre o Brasil e a Itália, foi submetido à aprovação do Congresso Nacional.

Foi, outrossim, emendado o Acôrdo Brasil-Estados Unidos sôbre cooperação para uso pacífico de energia nuclear.

A ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO

Em 18 de fevereiro do corrente ano, representantes da Argentina, do Brasil, do Chile, do México, do Paraguai, do Peru e do Uruguai firmaram na cidade de Montevidéu o «Tratado que estabelece uma zona de livre comércio e institui a Associação Latino-Americana de Livre Comércio» («Tratado de Montevidéu»).

Pelo Tratado de Montevidéu, os países em aprêço assumiram, entre outros compromissos, o de eliminar gradualmente, ao longo de um período de doze anos, contado da data de entrada em vigor daquele instrumento, os gravames e demais restrições que incidem sôbre um parte substancial de seu comércio recíproco.

Em vista da significação política e econômica das obrigações contraídas naquele instrumento, foi constituído em Montevidéu um Comitê Provisório, com a incumbência de coordenar a adoção de tôdas as providências necessárias à pronta implementação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC). Com idênticos objetivos e semelhantes atribuições, foi criada no Brasil, junto ao Ministério das Relações Exteriores, a Comissão para os Assuntos da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (CLC), integrada por representantes dos órgãos governamentais principalmente interessados na matéria, bem como das entidades de classe.

Na CLC foram efetuados em 1960 importantes estudos relacionados com a participação do Brasil naquela organização, entre os quais ressaltam os referentes à conjuntura da produção brasileira, sobretudo no setor de artigos manufaturados e semi-manufaturados; ao volume e à estrutura das correntes de comércio entre o Brasil e cada um dos demais prováveis membros da Associação, atentando sobretudo para os meios necessários à sua expansão e diversificação; aos critérios para a elaboração das listas brasileiras de pedidos e de ofertas de concessões no quadro daquela organização; à apresentação do Tratado de Montevidéu à consideração do GATT; à possibilidade e aos meios de adoção de uma nomenclatura estatística e aduaneira uniforme entre os países membros da ALALC, para efeito das negociações a serem efetuadas no seio daquela organização; às providências para a liberalização do regime brasileiro de exportação para os demais prováveis integrantes da ALALC; e aos transportes marítimos, fluviais e terrestres dentro da zona e entre a zona e terceiros países.

Sob os auspícios do Comitê Provisório de Montevidéu foram realizadas, respectivamente em julho e em agôsto, a Primeira Reunião do Grupo de Trabalho sôbre Peritos Aduaneiros e a Primeira Reunião de Peritos Governamentais em matéria de Transportes. Na primeira reunião foram examinados os conceitos vigentes em cada um dos países que provàvelmente integrarão a ALALC, para «exportação», «importação», «reexportação», «mercadoria nacional e nacionalizada», «mercadoria em trânsito», «origem das mercadorias», «draw-back», «portos livres», «portos francos», «comércio fornteiriço» «gravames e demais restrições», assim como foram considerados os meios necessários à uniformização das nomenclaturas tarifárias na zona. Na segunda daquelas reuniões foram estudadas as atuais condições do transporte intra-zonal e entre a zona e terceiros países, e bem assim arrecadadas informações sôbre fretes e seguros

que permitam a pronta converção de preços FAS ou FOB em preços CIF.

O Brasil participou ativamente não apenas das reuniões acima aludidas, senão também de outros trabalhos realizados no seio do Comitê Provisório de Montevidéu e relacionados, sobretudo, com a entrada em vigor do Tratado de Montevidéu e a realização da primeira série de negociações no quadro da ALALC.

CAFÉ

CONVÊNIO INTERNACIONAL DO CAFÉ

O Brasil e mais 16 países da América Latina e da África, produtores de café, assinaram, em Washintgon, em setembro de 1959, o Convênio Internacional do Café, pelo qual, com o objtivo de adotar a oferta do produto à sua procura, assegurar sua colocação ordenada nos mercados internacionais e fomentar seu consumo, comprometeram-se a: 1º) limitar suas vendas para os mercados tradicionais consumidores, durante o período de 1º de outubro de 1959 a 30 de setembro de 1960, a quotas fixas de exportação; 2º) distribuir equitativamente as exportações por trimestres; e 3º) fomentar o consumo interno, contribuir para uma campanha de propaganda visando a incrementar a demanda do café nos países consumidores e procurarem expandir suas vendas aos mercados novos.

Contribuiu o país fielmente, com a quota de 17.430.000 sacas que lhe foi atribuída, bem assim com as quotas trimestrais, fixadas periòdicamente pela Junta Diretora, e lançou-se à conquista de novos mercados para seus cafés.

O Convênio Internacional do Café alcançou o objetivo primordial a que se propunha, isto é, a estabilização das cotações do produto em níveis adequados.

Em setembro de 1960, os signatários do Convênio, reunidos em Washington, resolveram prorrogar por mais um ano sua vigência. Os novos Estados independentes afri-

canos, da zona do franco, bem como a Grã-Bretanha, pelos territórios produtores de Quênia, Uganda e Tanganica, aderiram a essa prorrogação, elevando para 28 o número de países signatários. Nessa mesma ocasião o Delegado do Brasil foi eleito por aclamação para a Presidência do Convênio.

GRUPO DE ESTUDOS DO CAFÉ

O Grupo de Estudos do Café, de Washington, que reune os principais países produtores e consumidores, iniciou em 1960 os estudos dos vários problemas cafeeiros ligados ao preparo do projeto de acôrdo a longo prazo, que lhe fôra encomendado pelos signatários do Convênio Internacional do Café.

Encarregada especìficamente dêsses estudos, está a Comissão I do referido Grupo, presidida pelo Embaixador do Brasil em Washington.

TAXAÇÃO SÔBRE O CAFÉ

O problema da taxação que onera o café em alguns dos principais países consumidores, encarecendo o produto a varejo e restringindo assim o seu consumo, mereceu tôda a atenção dos países produtores no corrente ano.

Em Washington, os signatários latino-americanos do Convênio Internacional do Café fizeram, em janeiro, uma Declaração relativa à questão dos gravames fiscais nos países da Europa Ocidental, apontando os graves inconvenientes, para os países produtores em face de desenvolvimento, decorrentes dessa barreira artificial imposta ao consumo do café.

Em Bonn e em Roma, os Embaixadores dos países latino-americanos produtores de café realizaram gestões no

sentido de obter a redução das taxas internas, alegando que o aumento das exportações de café, permitindo aos países produtores incrementar suas compras de produtos industrializados na República Federal da Alemanha como na Itália, beneficiaria ambas as partes interessadas.

Foi criada uma comissão mista, composta dos representantes latino-americanos e de elementos dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros, Comércio Exterior e Finanças, a fim de estudar o assunto em profundidade. Esta comissão reuniu-se pela primeira vez em outubro.

Na Alemanha, o Partido Social Democrático apresentou ao Parlamento projeto em que visa à reduão do impôsto especial sôbre o café, o qual vem sendo debatido na Comissão de Finanças.

No GATT o Brasil tomou a iniciativa, que encontrou apoio dos demais países fornecedores de produtos de base, de defender o princípio da negociabilidade das taxas internas, cuja aplicação em países industrializados, atua como uma barreira aduaneira e tende a contrair o consumo daqueles produtos, entravando a expansão do comércio internacional.

COMISSÃO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A Comissão Nacional de Assistência Técnica (CNAT) empreendeu em 1960 laboriosa atividade. Além da sua ação rotineira, de concessão, acompanhamento e contrôle de bôlsas de estudo, no Brasil, a estrangeiros, sob os auspícios das Nações Unidas — por intermédio do Catálogo Brasileiro de Bôlsas e Serviços, e da Organização dos Estados Americanos (OEA), bem assim seleção de candidatos brasileiros a bôlsas para estudo e aperfeiçoamento no exterior, a CNAT tomou a iniciativa pioneira de promover, em todo o país, intensa divulgação das oportunidades que, às entidades brasileiras, se ofereciam por intermédio dos programas de cooperação técnica daqueles Organismos Internacionais. Disso resultou, além de um levantamento preliminar das necessidades nacionais em matéria de assistência técnica externa, a elaboração do Pedido Global do Brasil, no valor total de 1.121.018 dólares U. S. A. e abrangendo 38 entidades, ao Programa Ampliado de Assistência Técnica das Nações Unidas, (PAAT) o qual também, pela primeira vez, foi integralmente aprovado por aquela Organização, que dessarte inaugura diversas novas atividades no país.

Após haver-se incumbido de prolongadas negociações que levaram à conclusão, com o Fundo Especial das Nações Unidas (FENU), de um Acôrdo Básico para a prestação de Assistência, pelo Fundo ao Brasil, a CNAT estudou e encaminhou àquele órgão financeiro das Nações Unidas dois

projetos, o primeiro dos quais, a cargo da FAO, referente ao levantamento dos recursos hidrográficos, para irrigação da bacia do rio São Francisco, já aprovado pelo FENU, tendo-se iniciado a sua execução, em cooperação com a SUDENE. O segundo projeto diz respeito à criação de uma Escola Nacional Florestal, também com a assistência da FAO, ao passo que outros projetos estão em estudo, tendo-se feito a difusão orgânica em todo o Brasil, das possibilidades de obtenção de auxílio financeiro de parte do Fundo. A CNAT iniciou um programa de estudos dos programas multilaterais de assistência técnica em execução em outros países, o que permitirá melhor comparação com os projetos brasileiros, objetivando uma vantajosa formulação dêstes, consentâneamente à atual orientação do Itamaraty, que visa a maximizar o aproveitamento de todos os recursos que se ofereçam ao Brasil no domínio da assistência técnica internacional.

Neste sentido a CNAT deu significativo impulso, durante o período em exame, à utilização dos Programas Regular e Ampliado de Assistência Técnica das Nações Unidas, bem assim do Programa de Cooperação Técnica da OEA, que compreende os programas de bôlsas, de assistência técnica direta e de auxílio às universidades.

A dinamização das atividades desta está a requerer sua reorganização, ora em estudo pela Direção Executiva da CNAT.

ASSUNTOS CONSULARES E DE PASSAPORTES

SERVIÇOS CONSULARES

Um fato que se pode verificar pela consulta aos últimos relatórios da Divisão Consular é a redução do quadro dos seus funcionários, contrastando com o volume crescente dos expedientes a atender. Visando a atenuação de tal inconveniente, efetivou-se uma maior descentralização de funções e uma distribuição mais prática e flexível dos serviços, de maneira que o expediente da chefia ficou menos congestionado e o rápido andamento dos setores garantido.

CRIAÇÃO DE CONSULADOS BRASILEIROS

Foi sugerida a abertura dos Consulados honorários em Arequipa, já aprovada e elevada a efeito, e em Dublin. Trata-se, no primeiro caso, da segunda cidade do Peru, país com o qual nossas relações se vêm intensificando de maneira acentuada: a medida facilitará, entre outros passos para o estreitamento daquelas relações, a instalação de uma filial do Instituto de Cultura Peruano-Brasileiro. Já a abertura de um Consulado honorário em Dublin possibilitará um mínimo de contato direto indispensável em se tratando de um país independente, servindo, além disso, como teste para uma nova forma de relações no futuro.

Sugeriu, ainda, a abertura de Consulados honorários em Tampa, na Flórida e em Mônaco, justificando, no primeiro caso, ser aquele um importante pôrto americano, um

grande centro de outras atividades econômicas, em desenvolvimento, como a construção naval e o comércio de madeiras e sua posição de vanguarda para se verificar «in loco» a possibilidade da expansão comercial brasileira, e, no segundo caso, ser Mônaco, entre outras coisas, um famoso local de turismo, onde um Consulado do Brasil pode se transformar em importante centro de propaganda e atração do turismo para o nosso país.

A Divisão Consular, outrossim, aprovou a proposta para a criação de um consulado honorário em Monterey, México, dadas a importância econômica e cultural da cidade e a consonância com a orientação do «Esbôço de Reestruturação do Serviço Consular».

CRIAÇÃO DE CONSULADOS ESTRANGEIROS

A Divisão Consular apreciou a possibilidade de criação de um Consulado-Geral da Tcheco-Eslováquia em São Paulo, que foi aprovada, já tendo sido expedida nota a Legação, solicitando o nome da autoridade indicada para titular do pôsto.

JURISDIÇÃO CONSULAR

A Divisão Consular continua estudando os problemas relacionados com a supressão da designação «Vice-Consulado honorário», bem como a extensão da jurisdição das Repartições Consulares brasileiras. Neste último caso, várias razões justificam a ampliação, tais como evitar evasão de divisas em moeda forte, que ocorre justamente em territórios onde as Repartições Consulares brasileiras são esparsas — as distâncias dificultando a legalização de documentos — e facilitar às companhias exportadoras e importadoras os

meios de melhor defender os interêsses brasileiros, visando à expansão de nosso comércio exterior.

A DCn tem sua atenção voltada para o que ocorre no continente africano, estudando, assim, a situação das Repartições honorárias em Luanda e Lourenço Marques que, pela importância que podem desempenhar na economia brasileira, já não devem justificar a subordinação a que se encontram submetidas.

O serviço da jurisdição consular desenvolveu-se, ainda, no sentido de modificações determinadas por novas situações. Assim, foram atualizados os impressos sôbre a matéria, para serem remetidos aos Consulados e Missões Diplomáticas encarregadas do serviço consular, com o fim de receber novas sugestões. Verificou-se, por exemplo, que, ao abrir-se o Consulado em Gdynia, foi a jurisdição fixada para as providências de Gdansk, Koszalin e Sczecin em razão de uma distribuição adequada à situação geográfica e econômica da Polônia, permanecendo com o serviço consular da Legação as províncias do interior. Entretanto, todo o serviço pode ser unificado, com vantagem, no Consulado em Gdynia, localizado em pôrto de mar a que têm acesso as vias de tôda a Polônia, devendo, ser extinto o serviço consular na Legação. Por outro lado, teve de ser alterada a jurisdição do Consulado em Hon Kong com a criação da Embaixada na Tailândia, pois era necessário dotá-la de um serviço consular, com o fim de atender ao expediente de todo o Sião.

Deve-se salientar, igualmente, que a situação dos Consulados na Alemanha está sendo examinada em conjunto pela Divisão Consular, tendo em vista a já proposta criação dos Consulados em Stuttgart e em Bremen, reabertura do Consulado em Berlim e as modificações daí decorrentes.

Quanto ao Consulado em Dacar, terá êle sua jurisdição alterada, em virtude das modificações no *status* político de

algumas regiões da África Francêsa e da natural perda de Gana, cujo expediente consular será futuramente atendido pela Legação em Accra.

CARTAS PATENTES

Em 1960, receberam seus diplomas as seguintes autoridades:

Pedro Muller, Vice-Cônsul honorário em Encarnación; João Navarro da Costa, Cônsul Geral no Pôrto; Fitzroymontague Veitch Johnstone(Cônsul honorário em Kuala-Lumpur; Truong-Dihn-Dzu, Cônsul honorário em Saigon; Jayme do Nascimento Brito, Cônsul honorário em Cannes; Wilson Martins Persiany, Vice-Cônsul em Pedro Juan Caballero; Sérgio Fernando Guarischi Bath, 3.º Secretário da Embaixada do Brasil em La Paz, Encarregado do Serviço Consular; Jorge Kirchofer Cabral, Cônsul Geral do Brasil em Rotterdam; João Desiderati Monetti, Cônsul Adjunto do Brasil em Lisboa; Fernando Silva Souza, Vice-Cônsul do Brasil em Buenos Aires; José Murillo de Carvalho, 3.º Secretário da Embaixada do Brasil em Estocolmo, Encarregado do Serviço Consular; Alfredo Teixeira Valadão, Cônsul Geral do Brasil em Genebra; Francisco José Novaes Coelho, Cônsul do Brasil em Istambul; Leonor Martinha Schiavo, Vice-Cônsul Honorário do Brasil em Posadas; Paul Dufor, Vice-Cônsul do Brasil em Lausanne; Bernardo de Azevedo Brito, Encarregado do Serviço Consular da Embaixada do Brasil na Dinamarca; Alcindo Carlos Guanabara, Cônsul Adjunto do Brasil em Nova Orleans; Leonardo Marques de Albuquerque Cavalcanti, Vice-Cônsul do Brasil em Barcelona; Heraldo Pacheco de Oliveira, Cônsul Adjunto do Brasil em Damasco; Maria Sandra Cordeiro de Mello,Vice-Cônsul do Brasil em Filadélfia; Ney Moraes de Mello Mattos, Vice-Cônsul do Brasil em Rosário; Vicente Paulo Gatti, Cônsul

Geral do Brasil em Antuérpia; Ilário Mendes de Oliveira, Cônsul do Brasil eh Port-of-Spain; Mário Müller Bueno, Cônsul honorário do Brasil em N. Bedford.

CONCESSÃO DE EXEQUATUR E RECONHECIMENTO PROVISÓRIO

A concessão de *exequatur* é um dos setores movimentados da Divisão Consular. Cada expediente é examinado de acôrdo com o Decreto-lei n.º 4.391, de 18 de junho de 1942, que criou as regras de admissão de agentes consulares no Brasil e de suas relações com as autoridades brasileiras, com a Lei n.º 818, de 18 de setembro de 1949, que dispõe sôbre a nacionalidade, e, ainda, com a Circular n.º 2.834, de 4 de janeiro de 1958.

A Divisão Consular fiscaliza rigorosamente a existência de agentes consulares nomeados para o Brasil, mantendo um fichário atualizado de todos os funcionários estrangeiros que exercem funções em nosso país.

Da mesma forma, a DCn está sempre atenta à nomeação de brasileiros para Cônsules honorários de países estrangeiros, a fim de que o Itamarati tenha conhecimento dos cidadãos que exercem funções remuneradas por Estados estrangeiros, caso em que ,sem a autorização do Presidente da República, implica a perda de nacionalidade brasileira.

Os Governos estaduais são sempre consultados sôbre a concessão de *exequatur* e estão a par das modificações ocorridas com a remoção e nomeação dos Cônsules.

Exequatur — O Govêrno brasileiro concedeu *exequatur* à nomeação das seguintes autoridades consulares estrangeiras:

Povl Hother Lars Andersen, Vice-Cônsul honorário da Dinamarca em São Paulo — 4-1-60.

Roberto Venturini, Cônsul Geral da Itália em S. Paulo — 7-1-60.

Takashi Ishii, Cônsul Geral do Japão em São Paulo — 9-1-60.

Luís Alcivar Elizalde, Cônsul Geral honorário do Equador em São Paulo — 12-1-60.

Benigno Villasanti Dubrez, Cônsul do Paraguai em Corumbá — 14-1-60.

Francisco do Socorro Sá, Vice-Cônsul honorário da Bolívia em Belém — 15-1-60.

Halim El Helou, Cônsul honorário da República Árabe Unida em Anápolis — 15-1-60.

Holger Hanson, Cônsul honoaário da Suécia em Belo Horizonte — 15-1-60.

Hugo José Villanueva de los Santos, Cônsul Geral da República Dominicana no Rio de Janeiro — 21-1-60.

Guillermo Medina Labra, Cônsul honorário do Chile em Paranaguá — 22-1-60.

Juan Maria Costa Hoevel, Cônsul Adjunto da Argentina em São Paulo — 26-1-60.

Armando Gonzalez Garrón, Cônsul da Bolívia em Corumbá — 28-1-60.

John William Hennessy, Vice-Cônsul dos Estados Unidos da América em São Paulo — 14-3-60.

Masao Fujimoto, Cônsul Geral do Japão em Pôrto Alegre — 14-3-60.

Frederick Herbert Menalda, Cônsul honorários dos Países Baixos em Pôrto Alegre — 14-3-60.

Senhor Edward M. Raveell — Cônsul dos Estados Unidos da América do Norte em Curitiba — 14-4-60.

Senhor Jack B. Fawcett — Vice-Cônsul dos Estados Unidos da América do Norte em Pôrto Alegre — 18-4-60.

Senhor Malcolm Mc Lean — Vice-Cônsul dos Estados Unidos da América do Norte em São Paulo — 25-4-60.

Senhor Aly Hamdi Hussein — Cônsul-Geral da República Árabe Unida em São Paulo — 9-5-60.

Senhor Geraldo Emygdio Pereira — Cônsul honorário do Panamá em São Paulo (9-5-60).

Senhor Leland G. Pyle — Cônsul dos Estados Unidos da América do Norte em São Paulo (9-5-60).

Senhor Conselheiro C.J. Chang — Chefe do Serviço Consular da China no Rio de Janeiro (9-5-60).

Senhor Su-Ping-Chao — Vice-Cônsul da China em São Paulo (9-6-60).

Senhor John B. Perkey — Cônsul dos Estados Unidos da América do Norte em São Paulo.

Ubaldo Chiappa — Cônsul da Itália em Berna (13-6 de 1960).

Senhor Carlos Alberto José Quesada Zapiola — Cônsul da Argentina no Rio de Janeiro (24-6-60).

Geraldo Emygdio Pereira — Cônsul Honorário do Panamá em São Paulo (30-6-60).

Eduard M. Rowell — Cônsul dos Estados Unidos da América em Curitiba (7-7-60).

Liland H. Pyle — Cônsul dos Estados Unidos da América em São Paulo (7-7-60).

Senhor Aly Hamdi Hussein — Cônsul da República Árabe Unida em São Paulo (8-7-60).

Salvatore Botta — Cônsul da Itália em Belo Horizonte (14-7-60).

Senhor Malcolm M. Lean — Vice-Cônsul dos Estados Unidos da América do Norte em São Paulo (16-7-60).

Senhor Jack B. Fawcett — Vice-Cônsul dos Estados Unidos da América do Norte em Pôrto Alegre (16-7-60).

John B. Perkey Jr. Cônsul dos Estados Unidos da América em São Paulo (1-7-60).

Ciro Branca — Vice-Cônsul da Itália em Campinas (26-7-60).

Senhor Aldo Fernandes Raposo de Mel o— Cônsul do Chile em Natal (24-8-60).

Senhor Edmund A. da Silveira — Cônsul dos Estados Unidos da América do Norte em Belo Horizonte (6-9-60).

Senhor John A. Manson — Cônsul dos Estados Unidos da América do Norte em São Paulo (6-9-60).

Senhor Andrés Hector Antonietti — Cônsul da Argentina em São Francisco (21-9-60).

Senhor Raul Gómez Jauregui — Cônsul da Bolívia em São Paulo (23-9-60).

Senhor José Sanchez Conejo — Vice-Cônsul da Espanha em Campinas (30-9-60).

Senhor Juan Carlos Ibañez — Cônsul da Argentina em Vitória (5-10-60).

Ovídio Gasparetto — Agente Consular da Itália em Ponta Grossa (5-10-60).

Senhor Gustavo Garcia Moreno — Cônsul da Colômbia em São Paulo (8-10-60).

Senhor Oscar P .Landamana — Cônsul Honorário da Colômbia em São Paulo (8-10-60).

Senhor Joseph Yoshio Kionaga — Cônsul dos Estados Unidos da América do Norte em São Paulo (11-10-60).

Senhor James Dewar Mc Laurin Wil — Cônsul do Canadá no Rio de Janeiro (7-11-60).

Senhor Paul B. Mac Carty — Vice-Cônsul dos Estados Unidos da América do Norte em Salvador (10-11 de 1960).

Teófilo Sanchez Carvalho — Vice-Cônsul Honorário do Uruguai em Paranaguá (10-11-60).

Senhor James F. Shea — Cônsul dos Estados Unidos da América do Norte em São Paulo.

Senhor Rodolpho O. Rivera — Vice-Cônsul dos Estados Unidos da América do Norte em Salvador (11-11 de 1960).

Senhor Maurice J. Guillon — Vice-Cônsul dos Estados Unidos da América do Norte em Recife (12-11-60).

Senhor Hyman Bloom — Cônsul dos Estados Unidos da América do Norte em Pôrto Alegre (19-11-60).

Senhor Donald Mackenzie Holton — Cônsul do Canadá em São Paulo (20-11-60).

Reconhecimento Provisório — Foi pelo Govêrno brasileiro, concedido o reconhecimento provisório às seguintes autoridades consulares estrangeiras:

Ubaldo Chiappa — Vice-Cônsul honorário da Itália em Bauru (4-1-60).

Aly Hamdy Hussein — Cônsul Geral da República Árabe Unida em São Paulo (12-1-60).

Jack B. Fawcett — Vice-Cônsul dos Estados Unidos da América em Pôrto Alegre (1-2-60).

C. J. Chang — Encarregado do Serviço Consular da Embaixada da China (2-2-60).

Jacques Humbert — Cônsul de França em São Paulo (2-2-60).

Joséphine Marie Tabuteau — Vice-Cônsul de França em São Paulo (2-2-60).

Paul D. Mac Carty — Vice-Cônsul dos Estados Unidos da América em Salvador (4-2-60).

Masao Fujimoto — Cônsul Geral do Japão em Pôrto Alegre (4-2-60).

Teruo Yamakawa — Vice-Cônsul do Japão em Pôrto Alegre (4-2-60).

Tamotsu Yatayama — Cônsul do Japão em Pôrto Alegre (4-2-60).

Eduardo Peset Orts — Cônsul da Espanha em Salvador (14-3-60).

Mario de Faria e Melo Ferreira Duarte — Cônsul Geral de Portugal no Rio de Janeiro (22-3-60).

James Patrick Conway — Cônsul honorário da Estônia em Santos (29-3-60).

Senhor Robert Berecco — Vice-Cônsul da França em São Paulo (4-4-60).

Senhor Henryk Spitzman Jordan — Cônsul honorário da Venezuela em Petrópolis.

Senhor Cesar Reina Antonio — Cônsul Geral da Venezuela em São Paulo (8-4-60).

Senhor Manuel Ones de Flandelit — Cônsul Geral da Espanha em São Paulo (19-4-60).

Senhor Felix Martin Molinas — Cônsul do Paraguai na Foz do Iguaçu (20-4-60).

Senhor Xavier Le Draper — Vice-Cônsul da França no Rio de Janeiro (3-5-60).

Senhor J. Gremillion — Vice-Cônsul dos Estados Unidos da América (6-5-60).

Senhor Benjamin C. Hilliard — Cônsul dos Estados Unidos da América no Rio de Janeiro (13-5-60).

Senhor Kyle D. Bernes — Vice-Cônsul dos Estados Unidos da América em São Paulo (18-5-60).

Senhor J. R. Kelse — Cônsul da Austrália no Rio de Janeiro (19-5-60).

Senhor Herman Veintimilla — 2º Secretário da Embaixada do Equador no Rio de Janeiro.

Senhor Kely D. Bornes — Cônsul dos Estados Unidos da América em São Paulo.

Iatono Osaki — Vice-Cônsul do Japão em Belém (20-7-60).

Senhor Yasuymky Suzuki — Vice-Cônsul do Japão em Belém (1-8-60).

Senhor Jari Kratky — Cônsul da Tchecoslováquia em São Paulo (5-8-60).

Senhor João de Sá Coutinho Rebello Sotto Maior — Cônsul de Portugal em Belo Horizonte (17-8-60).

Senhor Diamantino Real — Cônsul de Portugal em Santos (10-9-60).

Senhor Iatsmo Shimizu — Vice-Cônsul do Japão em São Paulo (17-9-60).

Senhor Marc Falre — Cônsul-Adjunto da França em São Paulo (20-10-60).

Senhor Moore James Ponsoby — Vice-Cônsul da Grã-Bretanha no Rio de Janeiro (9-11-60).

Barão S. von Heemstra — Cônsul Geral dos Países Baixos em São Paulo (10-11-60).

SUCESSÃO

Grande número de pedidos de informações sôbre bens deixados por herança no estrangeiro são dirigidos à Divisão Consular por brasileiros residentes no Brasil. Tais pedidos são transmitidos às repartições próprias no exterior, a fim de que obtenham junto às autoridades competentes os dados solicitados. Êstes, uma vez recebidos de volta pela Divisão Consular, são prontamente fornecidos aos interessados. Noventa e dois expedientes foram feitos sôbre o assunto, no curso de 1960.

PERDA DE NACIONALIDADE

Um número razoável de expedientes foi atendido pela Divisão Consular sôbre a perda de nacionalidade. Sua função neste setor é a de intermediário. Ao terem conhecimento de ato praticado por brasileiro que acarrete a perda de nacionalidade, os Consulados no exterior encaminham ao Itamaraty documentação hábil, a fim de instruir o processo competente, previsto em lei. Esta documentação é encaminhada pela Divisão Consular ao Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. No caso de ser decretada a perda de nacionalidade brasileira do culpado, a Divisão Consular expede circular às Repartições no exterior, comunicando o fato.

Foi comunicado, no prazo abrangido por êste relatório, a perda de nacionalidade das seguintes pessoas: Eva Maria Mayer; Alma Bendix; Wilhelm Glaser, e Antonio Perez Gonzalez.

PARADEIRO

Ao Departamento Federal de Segurança Pública foram enviados os pedidos de informações sôbre o paradeiro de cidadãos que provàvelmente se encontram no território brasileiro. Os expedientes feitos elevaram-se a 31.

PROTEÇÃO A NACIONAL E REPATRIAÇÃO DE BRASILEIROS DESVALIDOS NO EXTERIOR

A proteção concedida pelo Itamaraty aos brasileiros no exterior consiste, na grande maioria dos casos, na sua repatriação.

Freqüentemente o regresso para o Brasil de brasileiros desvalidos é efetuado sem ônus para os cofres públicos. As Repartições encarregadas de serviço consular providenciam junto ao Lóide Brasileiro S.A. ou junto a companhias estrangeiras de navegação, passagens gratuitas em navios que gozam de regalia de paquete, encaminhando posteriormente à Secretaria de Estado a fôlha de identificação.

Há casos, entretanto, em que a repatriação acarreta despesas. As Missões Diplomáticas ou os Consulados, então, expõem à Secretaria de Estado a situação do repatriando e solicitam autorização para efetuar os gastos necessários. Essa autorização é sempre concedida de conformidade com as normas estabelecidas na Consolidação Consular, no Manual de Serviço e Circulares próprias.

O artigo nº 472 da Consolidação estipula que os Cônsules só auxiliarão e repatriarão brasileiros que se acharem em condições precárias por qualquer acidente ou circunstância de fôrça maior, não tendo direito a essa assistência os

indivíduos que vão voluntàriamente para países estrangeiros e ali se achem em dificuldades pela sua imprudência ou desregramento. Baseada neste dispositivo, a Divisão Consular tem-se oposto à repatriação de excursionistas, andarilhos, faquires, «raidmen», que saem do Brasil, sem os necessários recursos, para viajarem, sobretudo, nos países da América do Sul e Central, contando com o auxílio financeiro das nossas Missões Diplomáticas e Consulados.

Têm chegado à Divisão Consular vários pedidos de repatraição feitos por brasileiros residentes na União Soviética. Ante a existência nessas repatriações de fatores políticos ponderáveis, a Divisão Consular julgou de melhor alvitre entrar em contato com a Divisão Política para uma solução.

A Divisão Consular, em 1960, elaborou um levantamento de todos os repatriados a partir de 1946 até agôsto último. Foram relacionados cêrca de 1.700 nomes. Êste trabalho, que deverá ser distribuído por Circular às Repartições do Itamaraty no exterior, constitui uma etapa inicial necessária para se efetuar a melhor aplicação possível das verbas destinadas à proteção de brasileiros desvalidos no exterior. Permitirá às Missões Diplomáticas encarregadas de serviço consular e às Repartições consulares um exame mais rápido e completo da situação dos repatriandos, evitando o abuso daqueles que, pretendendo viajar no estrangeiro às custas da União, pleiteiam repatriação em diferentes lugares.

Tal medida acarretará, certamente, enorme economia para os cofres públicos e aliviará as verbas do Itamaraty, que não podem ser delapidadas com turistas imprevidentes.

A proteção de interêsses de nacionais no exterior torna-se dia a dia mais complexa e as diversas questões suscitadas envolvem os mais variados problemas, quer sob aspecto meramente sentimental quer sob aspecto jurídico-legal.

Há nesse serviço uma série enorme de estudos sôbre brasileiros residentes no exterior que requerem a assistência do Itamaraty, tais como nos casos de confisco de bens e propriedades, assuntos que envolvem, não raras vêzes, estudo da legislação comparada.

Por outro lado, a Divisão Consular examina cuidadosamente as relações de matrículas de brasileiros regularmente encaminhadas pelos Consulados e Missões Diplomáticas encarregadas do serviço consular.

SERVIÇO MILITAR

O serviço de alistamento militar constitui mais uma colaboração do Itamaraty com os diversos setores da administração pública, uma vez, que no exterior, os Consulados são Repartições alistadoras do Ministério da Guerra.

A Divisão Consular mantém ativo setor encarregado da situação militar de brasileiros que se encontram no exterior. Especìficamente trata de:

a) *Alistamento Militar* — De acôrdo com a Lei do Serviço Militar, Decreto-lei nº 9.500, de 23 de julho de 1946, em vigor, todo brasileiro deve alistar-se para o serviço militar dentro dos primeiros seis meses do ano civil em que completar 17 anos de idade. No exterior, compete aos Consulados efetuar êsse alistamento.

b) *Adiamento de Incorporação* — Todo cidadão brasileiro, alistado ou não, prescreve a mesma lei, deverá considerar-se convocado para o serviço militar no ano civil em que completar 18 anos de idade, independentemente de edital, aviso ou notificação. O convocado que se encontra no exterior deverá apresentar-se ao Consulado mais próximo de sua residência para a concessão do adiamento de incorporação. Êsse adiamento é comunicado ao Ministério da Guerra através da Secretaria de Estado e deve ser renovado cada ano enquanto o convocado não regressar ao Brasil.

e não houver atingido a idade de 30 anos. Atingindo êsse limite, o Consulado deve solicitar a expedição de um certificado de reservista.

c) *Certificados* — Além do certificado de reservista, constituem prova de que o cidadão está em dia com suas obrigações militares o certificado de alistamento militar e o certificado de isenção de serviço militar. Assim, a expedição de certificados constitui parte integrante das atividades dêste setor, no que toca ao encaminhamento dos requerimentos à Diretoria do Serviço Militar e à remessa posterior do documento solicitado ao interessado.

No ano de 1960, a Divisão Consular encaminhou ao Ministério da Guerra cêrca de 29 expedientes sôbre alistamento militar, 20 expedientes sôbre adiamento de incorporação, 14 expedientes sôbre certificados e expediu 3 circulares a Missões diplomáticas encarregadas de serviço consular e a Consulados.

Marinha Mercante

A Divisão Consular, além dos expedientes de rotina sôbre mudança de bandeira e protestos marítimos, é obrigada a manter entendimentos constante com o Tribunal Marítimo Administrativo no esclarecimento necessário dos acidentes de navegação ocorridos no exterior.

Como representantes dêste alto Tribunal, os Cônsules têm ainda de ser esclarecidos sôbre o procedimento e atuação que têm nos mais variados casos de acidente de navegação, desde o pequeno caso de avaria e abalroação até os mais intrincados problemas de varação, encalhe e água aberta.

Atua, ainda, a Divisão Consular nos problemas de expansão da frota mercante nacional, não só como membro do Grupo de Trabalho que estuda a aplicação do Decreto nº 47.225, que visa a incentivar e aumentar a participação da frota mercante brasileira no transporte de longo curso,

como também no Conselho Consultivo de Marinha Mercante, instituído pelo Decreto nº 46.512, de 21 de julho de 1959, que estabelece a adoção de medidas que permitam o desenvolvimento da marinha mercante e da indústria de construção, reparos navais e melhoria dos transportes sôbre água.

Tôdas essas comissões, a que por fôrça da matéria é a Divisão Consular envolvida, obrigam a um exame minucioso do assunto e da farta e variada legislação existente.

À Comissão de Marinha Mercante a Divisão Consular encaminhou volumoso expediente, a respeito dos seguintes assuntos da competência daquela entidade: compra e venda de navios-legalização dos contratos; protestos marítimos lavrados contra navios brasileiros; aquisição da nacionalidade brasileira de navios; mudança de bandeira de navios; informações sôbre a marinha mercante de nações estrangeiras; título de inscrição, têrmo de vistoria de navios brasileiros; inquéritos administrativos sôbre fatos ocorridos a bordo de navios brasileiros; deserção de tripulantes de navios brasileiros, e registro de afretamento de navios.

A Instrução nº 181, da Superintendência da Moeda e do Crédito do Banco do Brasil S.A., de 22-4-59, determina que as mercadorias importadas com subsídio cambial, inclusive as que gozam de dispensa de licitação, serão transportadas obrigatòriamente por navios de bandeira brasileira, sendo considerados como tais os navios afretados ou arrendados a emprêsas nacionais. Posteriormente, o Decreto nº 47.225, de 12-11-59, veio reforçar o estabelecido na Instrução 181, dando-lhe fôrça de lei. Abriu, porém, exceção para o caso em que as emprêsas de navegação brasileiras declararam por escrito à Comissão de Marinha Mercante e ao competente órgão de contrôle de comércio exterior, a impossibilidade de realizar o transporte.

Decorrido certo tempo, surgiram inúmeras dificuldades à aplicação do Decreto nº 47.225. Em primeiro lugar, a orientação dada pelo Govêrno brasileiro (com o objetivo de assegurar à Marinha Mercante Nacional uma maior

participação no transporte marítimo internacional) encontrou séria resistência em diversos países, que viram na nova legislação uma medida discriminatória contra a bandeira de seus navios, uma violação ao princípio do livre comércio e uma lesão aos seus interêsses. Em segundo lugar, houve falta de harmonia nas interpretações dadas ao diploma legal pelas diversas Repartições governamentais. Finalmente, ocorreram algumas irregularidades.

Em conseqüência, o Itamaraty viu-se em difícil posição para defender uma medida cujas repercussões benéficas para desenvolvimento econômico do nosso país são indiscutíveis. Era inadiável a necessidade de uma definição clara da aplicação da lei, a fim de solucionar os casos duvidosos existentes e acabar com as divergências de interpretações e irregularidades.

A Divisão Consular expediu a Circular nº 3.601, de 25-7-60, estabelecendo a norma que tôda legalização de documentos de embarque referentes a mercadorias importadas com subsídio cambial deveria ser objeto de consulta à Secretaria de Estado. A Circular nº 3.636, de 1-9-60, completou aquela, esclarecendo que a consulta é exigida, apenas, para os casos em que o transporte não se efetuar em navio brasileiro, ou navio autorizado pela Comissão de Marinha Mercante.

Após entendimentos com os diversos órgãos e entidades, ficou estabelecido que todo fretamento de navios seria comunicado pela Divisão Consular às necessárias Repartições do Itamaraty no exterior. Em 1960, foram encaminhados 121 expedientes às diversas repartições sôbre fretamento de navios.

As Circulares mencionadas, por um lado, e êsse último entendimento, por outro, solucionaram o problema da normalização e uniformidade de aplicação da lei vigente sôbre o transporte marítimo de mercadorias importadas com subsídio cambial.

Paralelamente, a Secretaria de Estado encaminhou memorando às Embaixadas da França, Grã-Bretanha, Noruega, Dinamarca, Grécia, Bélgica, Países-Baixos, República Federal da Alemanha e Estados Unidos da América, do Norte, no Brasil, expondo os motivos que tornaram necessários a nova legislação, seus objetivos e os limites de sua aplicação.

DESPACHO DE AERONAVES

No setor de aeronaves também foi grande a contribuição dos serviços da Divisão Consular, sobretudo porque a nossa legislação não mais acompanha os movimento dos aviões a jato. Como conseqüência de tal estado de coisas, a Divisão Consular tem, não raras vêzes, de atenuar como mediadora nos inúmeros problemas que surgem.

Acompanhando de perto as modificações que vão ocorrendo na legislação sôbre navegação aérea e ainda atendendo ao Acôrdo firmado pelo Brasil em Chicago sôbre aeronáutica civil, é a Divisão Consular obrigada a emitir pareceres sôbre os pontos em que a facilitação é pedida e o texto legal se opõe.

As diversas reuniões a que o Brasil compareceu, sem a presença de funcionários afeitos a assuntos consulares, ocasionaram um grande trabalho de reconstituição de todos os passos dados no setor, a fim de que a matéria se ajustasse à realidade.

A Comissão de Facilitação, criada por portaria do Ministério da Aeronáutica, conta hoje com a presença da Divisão Consular.

PETRÓLEO

A produção nacional de petróleo, malgrado o aumento constante verificado nos últimos anos, tem sido insuficiente para atender às exigências do mercado interno consumidor.

Daí provém a necessidade de se recorrer à importação dêsse produto.

Compete ao Conselho Nacional de Petróleo superintender a importação, o refino e a distribuição de petróleo e derivados. Assim é que, por determinação dêsse órgão, o importador de derivados de petróleo par adistribuição é obrigado, em relação à cada produto de que supra as regiões de consumo onde opere, a dispor de instalações de armazenamento, com a capacidade mínima necessária a atender, durante quarenta dias, o consumo dependente das importações a seu cargo. O Conselho notifica cada ano aos importadores e distribuidores, até 31 de março, qual a capacidade mínima de armazenamento que devem satisfazer, capacidade essa variável de acôrdo com as flutuações do consumo e o aumento da produção nacional. Os importadores têm o prazo de 180 dias, a contar da data da notificação, para cumprimento das determinações do Conselho, sob pena, entre outras, de redução de suas quotas em proveito de importadores que disponham de instalações de armazenamento com capacidade adequada.

Despacho Consular de Petroleiros

Oportunamente, as firmas importadoras de petróleo encaminham à Divisão Consular carta, juntamente com a autorização do Conselho Nacional de Petróleo, rogando comunicar aos Consulados brasileiros competentes a autorização em aprêço, a fim de que possam proceder ao despacho dos petroleiros. Êsse despacho obedece às disposições constantes do decreto-lei segundo o qual são permitidos os embarques a granel de petróleo e produtos derivados para portos nacionais, mediante um só manifesto abrangendo a totalidade de carga, sob consignação para o Brasil — to Brazil, sem necessidade de prefixar os portos de desembarque.

A Divisão Consular manifestou ao Conselho Nacional de Petróleo sua opinião sôbre êsse sistema de despacho

para um pôrto único do Brasil. Considerou-o unilateral, injustificável, acarretando prejuízo de milhões de dólares que deixam de ser arrecadados. Sugeriu um reexame da matéria, propondo uma reunião em que o Itamaraty, o Conselho Nacional de Petróleo e as Companhias interessadas estivessem representados, reunião já realizada no referido Conselho. O Itamaraty manteve seu ponto de vista, finalmente aceito em plenário. Em resultado dessa reunião ficou a Divisão incumbida de propor projeto de lei alterando o decreto-lei em vigor. Após a aprovação dêsse estudo, que em caráter de urgência está sendo processado, o Govêrno brasileiro passará a receber uma renda não inferior a 900 mil dólares anuais com as modificações introduzidas nos despachos de petroleiros.

FRONAPE

A Circular da Secretaria de Estado nº 3.498, de 11 de abril último transmitiu, às Repartições do Itamaraty encarregadas do serviço consular, instruções segundo as quais a Frota Nacional de Petroleiros (FRONAPE) deveria efetuar *com exclusividade* o transporte marítimo de petróleo e derivados (produtos claros e escuros) por seus navios ou pelos que vier a fretar. A Comissão de Marinha Mercante comunicou ao Itamaraty que só quando a FRONAPE declarar por escrito, em cada caso, que está impossibilitada de executar o transporte, concederá licença para que o serviço possa ser efetuado por embarcações de bandeira estrangeira. Aliás, o afretamento de navios por qualquer emprêsa brasileira de navegação para o transporte especificado no Decreto nº 47.225, de 12-11-59, fica sujeito ao prévio registro na Comissão de Marinha Mercante.

Essa medida, inspirada na necessidade de reduzir os custos de importação e na conveniência de desonerar o orçamento oficial de câmbio mediante a supressão de des-

pesas passíveis de liquidação em moeda nacional, tem encontrado oposição expressa por parte de diversas entidades.

O Sindicato Atacadista de Minérios e Combustíveis, em telegrama expedido ao Itamaraty, declarou que as suas companhia associadas utilizarão na totalidade a tonelagem disponível nos petroleiros de bandeira brasileira pertencentes à FRONAPE, mas não compreendem sejam forçados a usar vapores de bandeira estrangeira afretados à entidade nacional, pois isso implicaria numa violação do mercado internacional de transporte.

A Embaixada Americana no Rio de Janeiro comunicou a preocupação do Govêrno americano com respeito ao monopólio da FRONAPE. A medida, segundo a Embaixada americana, cria problemas de natureza legal para as companhias americanas de petróleo, prejudica o fluxo regular das importações de petróleo e os interêsses de investidores e emprêsas americanas. Propõe a suspensão do monopólio estatal ou, pelo menos, que as companhias americanas fiquem isentas da imposição legal, até a execução dos contratos existentes.

A Embaixada do Panamá tece igualmente considerações sôbre a matéria e considera a medida lesiva ao livre comércio internacional.

COBRANÇA DE EMOLUMENTOS CONSULARES

A Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás — está isenta de pagamento de emolumentos consulares, inclusive nas importações de petróleo bruto (óleo cru) e de derivados, ficando, contudo, sujeitos ao pagamento dos referidos emolumentos os derivados de petróleo importados por aquela emprêsa e destinados à revenda ou consignados a outras companhias. Tal isenção de emolumentos abrange também os embarques CIF das importações feitas pela Petrobrás, sempre que dos contratos de compra conste a cláusula de

que as despesas, inclusive os emolumentos consulares, correrão por conta da mencionada emprêsa.

A Circular nº 3.674, de 14 de outubro de 1960, declara explìcitamente que as importações de óleo combustível gás liquefeito de petróleo e óleo diesel estão sujeitos à cobrança de emolumentos consulares, considerando-se que êsses produtos são normalmente importados para revenda ou vêm consignados a outras firmas.

Quando a cobrança dos emolumentos consulares não tiver sido efetuada no exterior (por não existir Repartição consular brasileira no país de expedição, ou no país de embarque, ou ainda nos portos de escala), ela é feita na Repartição aduaneira de destino da mercadoria. Essa cobrança, que vinha sendo processada à taxa de Cr$ 18,82 por dólar, é atualmente efetuada ao câmbio dessa moeda no mercado livre, evitando dessa maneira prejuízos ao fisco, decorrentes de uma taxa de conversão muito inferior à vigente no exterior.

EMOLUMENTOS

A cobrança de emolumentos consulares nas Repartições no exterior é feita de acôrdo com a Nova Consolidação de Emolumentos Consulares (1960) que veio substituir a sua similar de 1954. Êsse trabalho apresenta na sua parte final uma relação dos beneficiados por isenção ou redução de emolumentos consulares. O Sindicato Nacional de Emprêsas Aeroviárias, posteriormente à elaboração da Nova Consolidação, veio a gozar de isenção de emolumento para certas importações específicas; trata-se, porém, de uma isenção temporária, de caráter precário, decorrente de medida liminar concedida ao Sindicato pelo Juízo de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública.

A Divisão Consular interferiu junto à Diretoria da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil S.A., atendendo

à solicitação de algumas Repartições no exterior, no sentido de ser discriminada, nos certificados de cobertura cambial, a quantia licitada para cobertura dos emolumentos consulares, pois que êsses englobados nos aludidos certificados obrigariam as autoridades brasileiras no exterior a cobrar emolumentos sôbre emolumentos, o que não se justifica do ponto de vista fiscal, e encarece as importações.

Recebeu consultas, a Divisão Consular, acêrca da abolição das regalias em favor do Serviço Nacional de Navegação da Bacia do Prata.

AUTOMÓVEIS E BENS

Um dos setores que requerem minucioso exame de cada caso em particular é o da importação de automóveis. Visando eliminar as causas que determinavam um sem número de medidas judiciais contra o Ministério das Relações Exteriores, a Divisão Consular só autoriza o ingresso de veículos auto-motores no Brasil nas hipóteses previstas nos diplomas legais, isto é, na Lei nª 3.244, de 14 de agôsto de 1957, e no Decreto nº 43.028, de 9 de janeiro de 1958.

As medidas rigorosas adotadas surtiram efeito. Basta verificar que quase desapareceram as reclamações de mandados de segurança que, anteriormente, assumiam grandes proporções.

Mantendo contato permanente com o Ministério da Fazenda, a Divisão Consular, dentro de suas atribuições, tem regularizado, de maneira efetiva, a entrada de veículos no país.

Tôda permissão para entrada de bens para o Brasil, especialmente de automóvel, é obrigatòriamente precedida de uma consulta ao Itamaraty por parte da Repartição competente. Essas consultas têm merecido da Divisão Consular

um exame criterioso, justo e rápido. Vejamos a orientação seguida pela Divisão relativamente a algumas dúvidas e mal-entendidos surgidos na prática:

a) *Licença e Importação e isenção de direitos aduaneiros* — Tem havido confusão por parte de estrangeiros e brasileiros que, não conhecendo bem a legislação bancária e fiscal brasileiras, crêem que a isenção de licença de importação concedida pelo Decreto nº 43.028, de 9 de janeiro de 1958 compreende ou se equipara à dispensa dos direitos aduaneiros.

b) *Mudança de domicílio* — A lei exige para a vinda de bens isenta de licença de importação, a mudança de domicílio do interessado para o Brasil. Assim, tratando-se de brasileiro ou estrangeiro não nacional do país de embarque, a Divisão Consular não autoriza a vinda de bens, de automóveis especialmente, sem que seja apresentado visto permanente do país onde se fixou. Estudantes brasileiros bolsistas ou portadores de passaportes especial, mesmo que permaneçam no estrangeiro por mais de seis meses, não têm a transferência de domicílio caracterizada.

A remoção de diplomata para a Secretaria de Estado ou a vinda de servidores públicos civis ou militares dispensados de comissão de caráter permanente no exterior, são casos especiais, previstos em lei.

c) A Divisão Consular tem reiterado que os bens pertencentes a pessoas casadas, qualquer que seja o *regime matrimonial,* trazidos em nome de um dos cônjuges, sòmente poderão ser admitidos em unidade.

d) *País de origem* — De acôrdo com a legislação vigente, os bens de propriedade de pessoa que transfira seu domicílio para o Brasil devem, para os efeitos considerados, provir do local onde a pessoa era domiciliada e obteve o visto consular.

e) *Comissões oficiais de caráter permanente* — Só são considerados como tais pela Divisão Consular as estabelecidas por lei. Isto é pelos: Decreto nº 43.547, de 10-4-58 — especifica as funções que, nos Ministérios militares, são considerados de caráter permanente no exterior; decreto nº 43.547, de 10-4-58 — aditivo do antecedente; decreto nº 43.935, de 3-7-58 — especifica as funções que, no Ministério da Viação e Obras Públicas, são consideradas de caráter permanente no exterior; decreto nº 44.389, de 27-8-58 — considera de caráter permanente as funções exercidas por militares na Comissão Mista Brasil-Paraguai; circular nº 13, do Ministério da Fazenda — concede isenções aos funcionários brasileiros de Organização das Nações Unidas e suas Agências Especializadas; circular nº 8, da Diretoria de Rendas Aduaneiras — estende os efeitos da Circular nº 13, item 2, aos funcionários da Organização dos Estados Americanos.

IMPORTAÇÃO DE MERCADORIAS E FATURAS

O Ministério da Fazenda havia encaminhado ao Itamaraty projeto de Decreto, modificando o de n.º 42.916, de 30 de dezembro de 1957, que dispõe sôbre o visto consular nas faturas comerciais. A DCn, após examinar o referido projeto, apresentou àquêle Ministério suas sugestões, envolvendo alterações e acréscimos, os quais foram aceitos em sua quase totalidade e se acham agora consubstanciados no Decreto n.º 47.712, de 29 de janeiro de 1960, republicado no *Diário Oficial*, de 4 de março do corrente.

Com a publicação da nova lei de faturas, a Divisão Consular tem tido a oportunidade de prestar inúmeros esclarecimentos a respeito, tornando-se, pois, um órgão permanente de consulta sôbre a aplicação do decreto, tanto pelas Repartições consulares no exterior quanto por Companhias e firmas brasileiras.

PRAZO

A Repartição consular competente para o visto da fatura comercial é a jurisdição do local de expedição ou embarque da mercadoria. A fatura comercial só poderá ser apresentada, para obtenção do visto consular, antes da chegada ao pôrto de destino no Brasil da embarcação ou aeronave que conduzir a mercadoria.

A lei, entretanto, permite à autoridade consular visar posteriormente a fatura comercial. Dá-se êste caso quando, comprovada a sua apresentação à Repartição consular no prazo estipulado acima, não tiver sido legalizada por incorreção ou erros na respectiva licença de importação, que exijam obtenção do necessário aditivo junto ao competente órgão. Considerar-se-á, então, como data de apresentação a do recebimento consignado pela Repartição consular mediante a posição obrigatória do carimbo de que trata o art. 11, da letra *d*, § 1.º, do Decreto n.º 47.712.

Essa facilidade da lei deu origem, na prática, a dúvidas. Visando a estabelecer uniformidade de critéro e evitar prejuízos ao importador, a Divisão Consular expediu a Circular n.º 3.466, de 9 de março de 1960, recomendando que o carimbo mencionado só deverá ser apôsto quando a fatura não puder ser legalizada e restituída ao interessado no prazo de 24 horas, após a sua apresentação à Chancelaria.

VIA ADICIONAL

Farta correspondência acêrca dêste assunto foi entretida nos últimos meses. A Circular n.º 3.437, de 27 de janeiro de 1960, autorizou a expedição de uma via adicional de conhecimento de carga e da fatura comercial, para fins de comprovação e pagamento da Taxa de Renovação da Marinha Mercante. Foi necessário à Divisão Consular insistir que não pode ser admitida a cobrança de emolu-

mentos por essa via suplementar. Tôdas as vias de uma fatura comercial, em linguagem consular, constituem «um Jôgo de faturas», o qual deve ser entendido como uma unidade.

A FATURA PRÓ-FORMA

A fatura pró-forma não se identifica com a fatura comercial, é uma simples tomada de preços com finalidade e características próprias. A sua legalização exige cobrança de emolumentos, aliás prevista na Nova Tabela de Emolumentos, de 1960. Houve, entretanto, um êrro na impressão dessa Tabela. Os emolumentos a cobrar devem ser no valor de Cr$ 6,00, ouro e não Cr$ 12,00, como vem consignado, por tratar-se de um simples reconhecimento de assinatura.

LUGAR DE ORIGEM

Lugar de origem é aquêle onde houver sido produzida a mercadoria. Às vêzes,, porém, o lugar de produção da mercadoria não se ajusta à simplicidade dessa definição. Quando a mercadoria é resultante da combinação de material e mão-de-obra de mais de um país, considera-se que é originária daquele onde houver recebido processo substancial de transformação.

LICENÇA DE IMPORTAÇÃO E CERTIFICADO DE COBERTURA CAMBIAL

Para obtenção do visto consular, a fatura comercial, datada e assinada pelo exportador, será apresentada, acompanhada dos seguintes documentos: conhecimento de carga; certificado de origem e certificado de cobertura cambial (para mercadorias de categoria geral) ou licença de importação (para mercadorias de categoria especial).

A licença de importação e o certificado de cobertura cambial podem ser transferidos, excepcionalmente, para entidade de direito público. Deverá constar, entretanto, num dos documentos citados, a autorização expressa da CACEX.

Com relação à legalização de documentos de embarque de mercadorias adquiridas pela União, pelos Estados e Municípios, bem como por autarquias, entidades paraestatais e sociedades de economia mista, a Divisão Consular expediu Circular regulando a matéria.

Em palestra realizada pelo Chefe da Divisão Consular no Instituto Rio Branco, presentes os representantes das Usinas Siderúrgicas Brasileiras, Lóide Brasileiro, Petrobrás, Companhias de Navegação Marítima e Aérea e Associações Importadoras, foi revelada a preocupação constante do Secretário Geral e do Chefe do Departamento Consular em seguir as diretrizes por mim traçadas, no sentido de facilitar o acesso das partes interessadas aos serviços do Itamaraty e simplificar, na medida do possível, os métodos e as normas de trabalho das Repartições Consulares brasileiras.

A Divisão Consular tem procurado ajustar vendedor e comprador no intrincado problema da legalização de documentos de importação e proporcionar-lhes, em esquema de fácil compreensão, meios e modos que venham a reduzir o trabalho dêsses dois grupos nas suas relações com as Repartições Consulares brasileiras no exterior. Tem sido sua constante preocupação o aperfeiçoamento dos métodos de trabalho, tornando-os compreensíveis ao público, e tem procurado esclarecer às partes como tal ou qual dispositivo deve ser atendido, facilitando o entrosamento entre os diversos setores da vida comercial brasileira. A Divisão Consular lançou a idéia da «Enciclopédia sôbre Legislação comercial brasileira" em fôlhas sôltas, que será o traço de união entre os responsáveis pela Administração Pública e todos aquêles que nos diferentes setores da vida comercial necessitam importar ou exportar produtos.

Ainda sôbre o assunto fatura comercial, a Divisão Consular, atendendo a uma solicitação do Departamento Econômico, elaborou um novo regulamento de fatura comercial, trabalho êsse de enorme importância.

A Divisão Consular colaborou com a Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, nos processos existentes nas Alfândegas de Santos e Rio. Êsses processos se referiam a multas nos valores aproximados de doze milhões de cruzeiros, que foram levantadas.

CONTRABANDO

A DCn mantém contatos ininterruptos com a Comissão Permanente de Repressão ao Contrabando, criada pelo Decreto n.º 47.703, de 22 de janeiro último. Dessa colaboração estreita muito tem lucrado o Brasil com as informações minuciosas que são recebidas dos Consulados situados em países limítrofes. Entre estas, devo salientar as notícias recebidas de Assunção sôbre o transporte ilegal de mercadorias em Ponta Porã e Foz do Iguaçu; as do Consulado em Paramaribo sôbre o contrabando de café, cacau, peles, cêra de carnaúba e outros produtos, e sôbre os «navios fantasmas» que tocam naquele pôrto saídos de Manaus; as comunicações feitas pela Embaixada em Bogotá sôbre fronteiras despovoadas, despoliciadas, desguarnecidas, fronteiras mortas, finalmente acêrca da situação do Consulado em Letícia.

É de se destacar também a cooperação prestada por várias Repartições no exterior, no combate ao comércio ilícito, como a das Embaixadas do Brasil em Bruxelas, em Roma, em Londres, na Haia, em Washington, em La Paz, em Buenos Aires e Montevidéu, e dos Consulados Gerais em New York e Montevidéu.

RECONHECIMENTO DE FIRMAS E GUIAS PARA PAGAMENTO NA ALFÂNDEGA

Em 1960 foram reconhecidas mais de 20.000 firmas. Temos, assim, um Tabelionato estabelecido na própra Divisão Consular. Os fichários, atualizados, facilitam os serviços. A Divisão Consular, obtendo pequena sala, poderia atender às partes com maior eficiência e rapidez.

O setor de reconhecimento de firmas compreende: legalização de documentos expedidos no exterior e destinados a produzir efeitos no Brasil; a legalização de documentos expedidos no Brasil e que deverão produzir efeitos no exterior, e a expedição de guias de recolhimento de emolumentos na Alfândega do Rio de Janeiro.

Cumprindo as normas estabelecidas, a Divisão Consular não aceita para legalização os documentos passados no exterior e destinados a produzir efeitos no Brasil, quando não tenham sido prèviamente autenticados pelas autoridades consulares brasileiras. Só há uma exceção a essa regra, aliás, prevista: os documentos emitidos em países onde não exista representação do Brasil são legalizados independentemente de autenticação prévia.

No que concerne ao segundo item, a Divisão Consular tem procedido com a máxima cautela, a fim de evitar que o que o Itamaraty, por meio de sua legalização, não venha a dar um cunho de legitimidade ou de crédito a documentos suspeitos.

A expedição de guias decorre da legalização de documentos estrangeiros não apresentados em Repartições do Itamaraty no exterior e da concessão de vistos em passaportes. Os emolumentos são cobrados de acôrdo com a Nova Consolidação da Tabela de Emolumentos Consulares. Foram expedidas mais 400 guias.

PRODUTOS QUÍMICOS E EXPLOSIVOS

Relativamente forte é o movimento sôbre importação de produtos químicos e explosivos. Um exame dos diversos casos revela um índice maior na importação dos primeiros.

Para que as firmas brasileiras obtenham a licença de importação, é necessário que se dirijam, inicialmente, ao Ministério da Guerra. Êste, por sua vez, se comunica com o Ministério das Relações Exteriores, dando ciência da autorização, em cópia de ofício que também é encaminhado ao interessado. O Itamaraty, logo após, autoriza a Repartição brasileira no exterior a legalizar os documentos de embarque do respectivo produto, sempre se empenhando, contudo, para que as transações se processem sem dificuldades, não trazendo embaraço aos importadores e exportadores.

TURISMO

Diversas Repartições brasileiras no exterior vêm encaminhando à Divisão Consular reclamações de turistas que se dirigem ao Brasil, em virtude de se lhes exigir licença de exportação para objetos aqui adquiridos como "souvenirs", quando de seu regresso.

Evidentemente, seria incompreensível que a nossa política visasse atrair turistas parcimoniosos, que não pudessem aqui despender seus dólares, permitindo que o trabalho de nossos Consulados se resumisse, em última análise, em incentivar a vinda de turistas para favorecer exclusivamente as agências de turismo e companhias transportadoras. Em razão disso, a Divisão Consular, se dirigiu à CACEX do Banco do Brasil, solicitando-lhe que analisasse o problema, com o fito de abolir a licença de exportação para os portadores de visto temporário, permitindo-lhes maior dispêndio de moedas fortes.

ARMAS DE TURISTAS

Quanto às armas que os turistas trazem para fins esportivos, ficou recentemente estabelecido que os turistas, juntamente com a autorização usual do Ministério da Guerra, apresentariam nas Alfândegas, para desembaraço das armas que trouxessem, um formulário especial, devidamente preenchido, o qual lhes seria fornecido pela Repartição própria do Itamaraty no exterior.

RENDA CONSULAR

A Divisão Consular mantém um contrôle permanente sôbre os Consulados brasileiros no que diz respeito à Renda Consular, arrecadada em dólares. Até 30 de setembro, o movimento de arrecadação alcançou a cifra de 5.630.439,70 dólares.

PASSAPORTES

Durante o ano de 1960 houve uma natural ampliação dos trabalhos da Divisão de Passaportes no que diz respeito ao expediente normal de rotina e à concessão de vistos permanentes. O ano de 1959 caracterizou-se, sobretudo, pelas negociações para conclusão de Acôrdos sôbre vistos em passaportes diplomáticos e especiais. Como o Brasil já mantinha, em conseqüência dessas negociações, acôrdos com a maioria dos países da Europa, no presente ano apenas, completando a série, concluimos, por troca de notas efetuadas no Rio de Janeiro, Acôrdo com a Espanha (a nota espanhola é datada de 13 de outubro de 1960 e a brasileira de 21 do mesmo mês e ano) pelo qual os titulares de passaportes diplomáticos de ambos os países ficam isentos de visto para entrada e permanência, em trânsito ou por tempo indeterminado, nos respectivos territórios. Os titulares de passaporte especial gozam da mesma isenção por um período não superior a três meses e, no caso de pertencerem ao corpo do pessoal administrativo das respectivas Missões diplomáticas ou Repartições consulares, essa limitação temporal fica abolida, sendo os mesmos, para efeito de permanência, equiparados aos titulares de passaporte diplomático.

No ensêjo da inauguração da nova Capital, em 21 de abril, firmaram o Brasil e a Itália o primeiro Acôrdo assinado em Brasília, sôbre passaportes comuns e o regime de con-

trôle de entrada de seus portadores. Pelo Acôrdo concedemos gratuidade de visto aos italianos e, em troca, isenção pelo período de noventa dias sendo que, se os brasileiros portadores de passaporte comum desejarem permanecer na Itália por prazo superior, aos mesmos será concedida gratuidade. O objetivo precípuo foi, pela gratuidade, colaborar para estimular a imigração italiana para o Brasil.

Atualmente, em síntese, o Brasil mantém Acôrdos para isenção de visto em passaportes diplomáticos e especiais com quase tôdas as nações da Europa Continental (zona ocidental), o que obedece à política de facilitação de trânsito de brasileiros no Velho Mundo e vice-versa, numa maior aproximação dos cidadãos do mundo livre.

VISTOS PERMANENTES

Neste setor houve aumento considerável de trabalho tendo em vista a política brasileira em relação às comemorações do «Ano Mundial do Refugiado», procurando-se atender, dentro de um critério especial mais amplo, ao maior número possível de imigrantes provenientes do Leste Europeu, que desejavam ingressar no Brasil para efeitos de permanência definitiva. Além do plano de «Reunião de família», preponderou o critério da capacidade profissional (com incidência nas profissões de caráter técnico-industrial), obedecendo às diretrizes da política desenvolvimentista brasileira. Consentâneamente com o acima exposto, o Itamaraty, atendendo a solicitação do «United Hias Service» no sentido da concessão de visto a 150 famílias de origem romena, expediu instruções a Paris, Antuérpia e Viena.

Do estudo do quadro contendo a relação dos vistos concedidos, com a autorização da Divisão de Passaportes, pelas Embaixadas em Viena, Tel-Aviv, Cairo e Belgrado, pela Legação em Varsóvia e pelos Consulados em Paris,

Gdynia, Hong-Kong e Roma, nota-se predominância considerável nos índices percentuais de profissões tècnicamente especialisadas.

REQUERIMENTOS PARA CONCESSÃO DE VISTO

Por motivo de ordem prática e para u'a maior distribuição setorial do serviço, tem a Divisão de Passaportes procurado limitar o recebimento de requerimentos para a concessão de vistos, instruindo os interessados a se dirigirem diretamente às Missões diplomáticas e Repartições consulares, nos casos em que estas podem, por si, resolver o assunto. Não obstante êsse critério, a Divisão de Passaportes concedeu, em 1960, um total de 1.526 vistos permanentes. Além dêsses, foram autorizados 838 vistos permanentes baseados em pronunciamento favorável do Instituto Nacional de Imigração e Colonização e ainda vistos para 500 famílias de imigrantes japonêses, acompanhadas de técnicos e orientadores especializados em sericultura.

VIAGENS DE HOMENS DE NEGÓCIOS E TÉCNICOS ESTRANGEIROS VISTOS TEMPORÁRIOS

O aumento do intercâmbio comercial brasileiro em têrmos gerais e, especìficamente, com determinados países do Leste Europeu (Tcheco-Eslováquia, Polônia e Iugoslávia), acarretou um maior número de representantes de firmas estatais daqueles países ao Brasil, para efeito de contato não sòmente com entidades públicas mas também com firmas particulares representantes de empresas estrangeiras ou simplesmente interessadas na concretização de negócios. A atividade da Divisão de Passaportes nesse setor, consiste na tarefa de, para efeito de concessão de visto, uma vez tendo sido o mesmo solicitado, estabelecer contato com a entidade brasileira patrocinadora da vinda dos interessados. O mesmo se dá

com os técnicos estrangeiros contratados ou em missão oficial de seus governos.

LEGALIZAÇÃO DE PERMANÊNCIA

A Divisão de Passaportes, recebeu, durante o ano de 1960, grande número de solicitações por parte do Instituto Nacional de Imigração e Colonização e do Departamento do Interior e Justiça no sentido de serem solicitados aos Consulados e Missões diplomáticas informações sôbre os antecedentes político-penais de pessoas que entraram clandestinamente no Brasil e desejam legalizar sua situação ou que, tendo sido admitidas com vistos temporários, pretendem permanecer no país. O pedido é transmitido e a resposta comunicada aos órgãos interessados. A Divisão limita sua atuação ao trânsito nas duas direções das solicitações e dos informes recebidos.

COMISSÃO PARA REVER O ATUAL REGULAMENTO DE PASSAPORTES

Por portaria de 31 de agôsto de 1960 o Ministro de Estado das Relações Exteriores resolveu designar uma comissão para rever o atual regulamento de passaportes, tendo como Presidente o Chefe do Departamento Consular e como membros os Chefes da Divisão de Passaportes, Divisão Consular e Divisão de Imigração. Pretende a Divisão de Passaportes, na revisão sugerida, estabelecer as bases para a criação de um "passaporte oficial", de categoria intermediária entre o passaporte diplomático e o passaporte especial. Tal medida seguiria o exemplo da Alemanha Federal que, há pouco tempo, criou um novo tipo de passaporte, o Passaporte Ministerial, da mesma categoria que a atualmente proposta. Seus titulares seriam os representantes oficiais do Govêrno brasileiro (investidos de tal atribuição pelo Exe-

cutivo) que, no exterior, tenham exatamente a missão de, sem a categoria diplomática, representar o Govêrno em conclaves de natureza oficial ou como simples mandatários individuais. O atual passaporte especial passaria a ser concedido às pessoas que viajem em missão cultural (bolsistas, estudantes que representem entidades estudantis, professôres ou para missões de caráter cultural, intercâmbio, e artistas convidados para realização de cursos no exterior mediante comprovante do convite fornecido pelas Representações diplomáticas dos países a que se destinam). Com isso, objetiva-se estabelecer nítida separação entre a qualificação dos titulares dos passaportes oficiais e dos especiais, o que trará benefícios a seus portadores, principalmente quando no exterior.

Cogita-se, também, entre outras coisas, de uma substituição do atual modêlo de passaportes brasileiros, substituição material que consistiria em fazê-los com um maior número de páginas, menores no tamanho e de capa flexível, o que facilitará o transporte e atenderá ao problema de sua não-deterioração pelo manuseio.

CIRCULARES

Foram expedidas durante o corrente ano circulares sôbre cassação e restabelecimento de permanência no Brasil, expulsão de estrangeiros e extravio de passaportes brasileiros.

CORRESPONDÊNCIA

Várias sociedades de assistência e benemerência mantêm correspondência com a Divisão de Passaportes. Entre elas podem ser destacadas o Serviço Social Internacional, os Comités Romeno e Húngaro da Cruz Vermelha, a Comissão Nacional Católica de Imigração e a United Hias Service. Também pedidos de informação de particulares têm sido respondidos pela Divisão.

ESTATÍSTICA

As atividades de rotina da Divisão de Passaportes expressam-se pelos seguintes dados:

1º) *Passaportes diplomáticos*

a)	concedidos	653
b)	prorrogados	803

2º) *Passaportes especiais*

a)	concedidos	3.039
b)	prorrogados	697

3º) *Cadernetas de Identidade Especial*

a)	concedidas	220
b)	prorrogadas	191

4º) *Passaportes distribuídos às autoridades brasileiras*

a)	comuns	29.100
b)	estrangeiros	3.300

5º) *Vistos em passaportes estrangeiros*

a)	diplomáticos	27
b)	oficiais	67

6º) *Carta de pedido de visto*

a)	diplomáticos	1.130
b)	especiais	3.635
c)	comuns	85
d)	estrangeiros	17

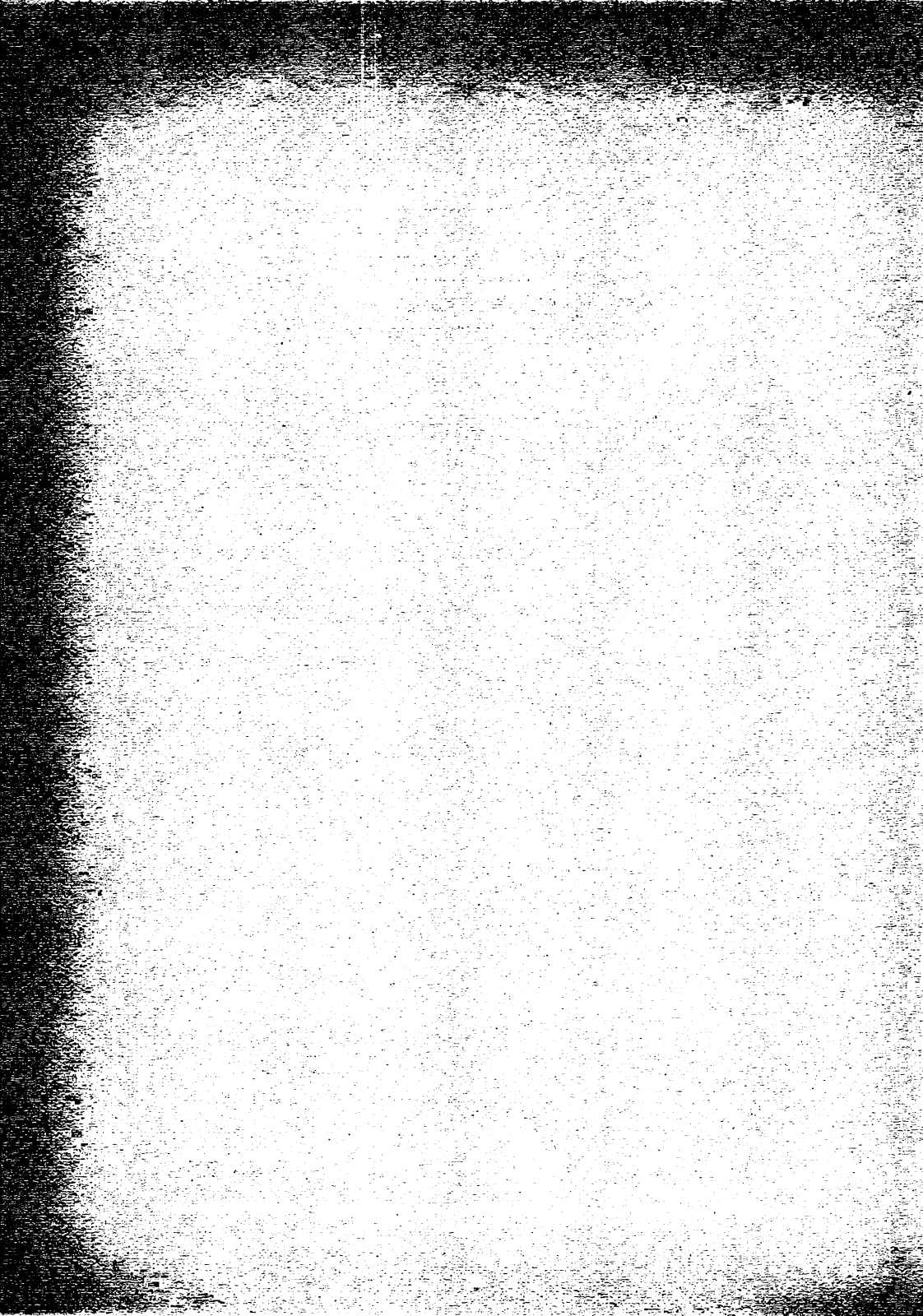
7º) *Declarações em passaportes estrangeiros* 421

8º) *Declarações em passaportes brasileiros* 121

9º) *Passaportes coletivos*

a)	diplomáticos	4
b)	especiais	22

Correspondência

Telegramas	704
cartas telegramas	2.141
Ofícios-verbais	1.259
Ofícios	25
Cartas particulares	758
Memorandos	181
Atestados médicos enviados ao INIC	181

IMIGRAÇÃO

COMITÊ INTERGOVERNAMENTAL PARA AS MIGRAÇÕES EUROPÉIAS

Como Ministro das Relações Exteriores, tive a satisfação de firmar no Itamaraty a 28 de outubro, com o Senhor Marcus Daly, diretor-geral do CIME, as normas de ação conjunta por fôrça das quais o Comitê prestará assistência e serviços técnicos à administração brasileira, quanto aos assuntos de imigração qualificada e semi-qualificada para o Brasil.

O entendimento entre o Govêrno brasileiro e o CIME prevê o estabelecimento de várias medidas, tanto de âmbito nacional quanto internacional, com o objetivo de aumentar o fluxo migratório de operários qualificados, homens do campo e suas famílias para a indústria e a agricultura.

Será instalado no país, a título experimental, um curso de treinamento complementar, visando a aumentar o número de trabalhadores qualificados. As autoridades brasileiras e o CIME estudarão a maneira de estabelecer uma colaboração efetiva, possìvelmente com o SENAI e outros organismos adequados, para a criação de um centro para trabalhadores nacionais e imigrantes com formação profissional básica, feita na Europa.

Ainda para incentivo da imigração de trabalhadores qualificados, o Govêrno brasileiro e o CIME estudarão a possibilidade de instalar uma hospedaria-modêlo para imigrantes — tipo hotel — onde os trabalhadores possam ter assegu-

radas, a preços reduzidos, casa e comida durante a sua primeira fase de adaptação e integração.

Será também ampliado pelo CIME, em conexão com as nossas autoridades, o programa de informação para o recrutamento de trabalhadores, bem como a orientação dos imigrantes em geral, devendo, com êsse propósito, ser organizado e implementado um programa especial.

Está ainda previsto, pelo entendimento, um programa de treinamento para funcionários brasileiros de imigração, estagiando no exterior, com o objetivo de adestrá-los em técnicas modernas de imigração e colocação.

REUNIÃO DO SUBCOMITÊ FINANCEIRO DO CIME

Reuniu-se em Washington, de 26 a 30 de setembro, o Subcomitê Financeiro do CIME. D Brasil fêz-se representar.

VISITAS

No curso de 1960 recebeu o Brasil a visita de diversas personalidades vinculadas ao problema do refugiado e de imigração.

No mês de março desembarcou no Rio o Senhor Jacinto Maseli, funcionário do CIME, para tomar parte num seminário promovido por aquela entidade para estudos de colocação de imigrantes.

O Embaixador Francisco Urrutia, representante do Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados, na América Latina, veio ao Brasil a fim de acompanhar a execução do programa do Ano Mundial do Refugiado.

ACÔRDO DE MIGRAÇÃO ENTRE O BRASIL E O JAPÃO

Foi assinado no Rio de Janeiro, a 14 de novembro, o acôrdo de Migração entre o Brasil e o Japão. O ajuste visa

a estimular o fluxo de imigração essencialmente qualificada, isto é. imigrantes técnicos, operários especializados e agricultores. O recrutamento será feito pelas autoridades japonêsas e selecionado pelas autoridades brasileiras. O Govêrno nipônico se responsabilizará pelo pagamento do transporte dos imigrantes.

ACÔRDO DE MIGRAÇÃO ENTRE O BRASIL E A ITÁLIA

Foi assinado em Roma, no dia 10 de dezembro, o Acôrdo de Migração entre o Brasil e a Itália. O Acôrdo tem por objetivo orientar, assistir e organizar as correntes migratórias italianas para o Brasil dentro de um regime de conjugação de esforços de ambas as partes contratantes. As autoridades italianas efetuarão o recrutamento dos migrantes e a seleção estará a cargo do Serviço Técnico Brasileiro de Seleção, com sede em Roma.

ACÔRDO DE MIGRAÇÃO ENTRE O BRASIL E A ESPANHA

Foi assinado em Madrid, em 27 de dezembro, o Acôrdo de Migração entre o Brasil e a Espanha. O acôrdo visa ao aproveitamento da mão-de-obra qualificada espanhola no processo de desenvolvimento industrial do Brasil. A seleção dos imigrantes espanhóis será feita pelas autoridades brasileiras, após a pre-seleção feita pelo Instituto Espanhol de Emigração.

I SEMINÁRIO DE IMIGRAÇÃO

Realizou-se no Rio de Janeiro, de 15 a 21 de agôsto, o I Seminário de Imigração, organizado sôbre a patrocínio do Instituto Nacional de Imigração e Colonização.

Foram constituídos três grupos de trabalhos, a saber: I — Imigração; II — Formação Profissional e Seleção; e III — Colocação. O primeiro Grupo foi presidido pelo Conselheiro Manoel Emilio Guilhon, Chefe da Divisão de Imi-

gração do Itamaraty; o segundo foi chefiado pelo Doutor Alcino Teixeira de Mello, Chefe da Divisão de Planejamento do INIC e o terceiro pela Senhora Rosaura Frias Street, Chefe da Seção de Colocação do Departamento de Imigração e Colonização de São Paulo.

O I Seminário permitiu estabelecer contatos entre os que se ocupam de imigração no Brasil e destacou-se pelo alto nível das conferências e do painel de encerramento.

Os temas principais tratados pelos grupos de trabalhos foram os seguintes: Política Imigratória; Cooperação internacional no campo da imigração; Legislação Imigratória; Financiamento da imigração; Treinamento e formação profissional de candidatos à emigração; Divulgação de dados no país de emigração; Recrutamento e pré-seleção de emigrantes; Seleção profissional de emigrantes; Seleção médica, social e psicológica do emigrante; Colocação em geral; Cadastro nacional de mão-de-obra para a indústria; e Assimilação.

XII SESSÃO DO CONSELHO DO COMITÊ INTERGOVERNAMENTAL PARA AS MIGRAÇÕES EUROPÉIAS

A XII Sessão do Conselho do Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias reuniu-se em Nápoles, na Itália, de 5 a 14 de maio de 1960. Realizou-se, entre 26 de abril e 3 de maio, a XV Sessão do Comitê Executivo, da qual o Brasil participou como observador. A Delegação brasileira ficou assim constituída: Chefe: Embaixador Henrique de Sousa Gomes, Delegado permanente junto ao Escritório europeu das Nações Unidas; Delegados: Ministro Ilmar Penna Marinho, Chefe do Departamento Consular e de Passaportes; Conselheiro Manoel Emilio Pereira Guilhon; Secretário Jatyr de Almeida Rodrigues; e Senhor Carlos Nascimento, do INIC; Secretária — Senhora Lydia Fonseca, do Ministério das Relações Exteriores.

Na referida reunião a Delegação do Brasil sustentou o ponto-de-vista de que essa entidade não deve limitar-se apenas ao transporte de migrantes, que foi, em tempos idos, o seu único e precípuo objetivo, mas também incorporar às suas atividades básicas a prestação de assistência e serviços técnicos aos países de imigração, membros, especialmente os da América Latina.

ANO MUNDIAL DO REFUGIADO

A Divisão de Imigração acrescentou às suas atividades normais a de Secretaria Geral da Comissão Nacional para o Ano Mundial do Refugiado.

Dentre as tarefas que lhe couberam realizar, salientam-se as seguintes:

— Organização de uma exposição de arte popular romena; patrocínio da exposição de pintura do artista refugiado Alexander Lebedeff; o Departamento de Correios e Telégrafos empregou um carimbo especial de propaganda do Ano Mundial do Refugiado, em tôda a correspondência que manipulou, entre 10 de dezembro de 1959 a 7 de abril de 1960; obteve a publicação de reportagens alusivas ao assunto nos principais jornais e revistas do Estado da Guanabara; em combinação com o matutino «Diário Carioca», editado no Estado da Guanabara, promoveu um concurso de composição sôbre o tema «O Refugiado», entre os alunos dos 250 ginásios da antiga Capital da República. A comissão julgadora foi composta pelas seguintes pessoas: Professor Paulo Ronai, Sra. Laudimia Trotta, Sr. Ascendino Leite, Professôra Hilda Reis Capucci, Sr. Eduardo Chermont de Brito, Cônsul Maria da Natividade Petit-Yvelin e Padre Fernando Bastos d'Avila. Aos três primeiros colocados em cada série foram oferecidos diversos prêmios; organização de uma «Caravana da Solidariedade» que percorreu os principais estabelecimentos de ensino do Estado da Guanabara, exibindo filmes e realizando

preleções sôbre o problema do refugiado; patrocínio das «avant-premières» da peça «Cândida», de G. B. Shaw. e do filme «Babette vai à Guerra», revertendo os lucros em benefício do Ano Mundial do Refugiado; participou da Quermesse Internacional de Genebra, realizada entre 12 e 15 de maio de 1959, com um pavilhão onde se encontravam produtos típicos brasileiros, café (preparado por técnico do IBC), cacau, discos de música popular, pedras semi-preciosas, gravuras de artistas nacionais e tecidos, que renderam ao empreendimento aproximadamente um milhão de cruzeiros; pagamento, à Agência das Nações Unidas de Auxílios e Obras para os Refugiados da Palestina no Oriente Médio, da ajuda financeira de US$ 25,000.00; e US$ 30,000.00 ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, como contribuição voluntária; aprovação, pelo Congresso Nacional, com reserva dos artigos 15 e 17, da Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, assinada pelo Brasil em 15 de julho de 1952. A aludida Convenção foi ratificada pelo Presidente da República em 20 de outubro de 1960; emissão, em 7 de abril de 1960, de cinco milhões de selos comemorativos do Ano Mundial do Refugiado; e participação, no projeto filatélico comum UNHCR/UNRWA, de envelope do primeiro dia de circulação, enviando a Nova York, 5.450 sobrecartas com o sêlo comemorativo do Ano Mundial do Refugiado e carimbo especial do primeiro dia, além de carimbo comemorativo dos Correios.

Em janeiro, o Ministro Ilmar Penna Marinho representou o Brasil na Conferência Internacional das Comissões Nacionais para o Ano Mundial do Refugiado, da qual foi eleito presidente.

ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

MUDANÇA, INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES EM BRASÍLIA

Com a instalação do Govêrno Federal na nova capital, o Ministério das Relações Exteriores transferiu para Brasília diversos de seus órgãos visando a estabelecer um núcleo político-administrativo em função do qual se completaria a mudança. Foram, assim, estabelecidos em Brasília o Gabinete, a Introdutoria Diplomática, o Serviço de Relações com o Congresso e criada a Seção de Expediente.

Nestes setores encontram-se lotados 31 funcionários, sendo 9 diplomatas, 12 administrativos e 10 de portaria.

Além dos encargos específicos de cada órgão, cuidou o Ministério de manter os entendimentos necessários à construção da nova sede, concorrendo para o lançamento da pedra fundamental do Palácio do Itamaraty, realizado em 11 de setembro. O Ministério também se manifestou assegurando as melhores condições de instalação a seus funcionários transferidos, concedendo-lhes facilidades de condução e alimentação, e auxiliando na mudança para as novas residências.

Contatos foram estabelecidos com as autoridades da Prefeitura do Distrito Federal, da Companhia Urbanizadora da Nova Capital, do Grupo de Trabalho de Trans-

ferência para Brasília, visando a criar as condições básicas para o bom andamento das sucessivas etapas de transferência dos funcionários e das repartições do Ministério ainda no Rio de Janeiro.

No particular, cada órgão do Itamaraty em Brasília se desincumbiu, também, das tarefas específicas prèviamente determinadas.

O Gabinete assessorou o Ministro de Estado, recebendo dos demais órgãos da Secretaria, que ainda se encontram no Rio de Janeiro, os vários expedientes, para despacho ministerial e, ao mesmo tempo, fazendo a ligação do Ministério com a Presidência da República e com os outros Ministérios. Por outro lado, coube ao Gabinete transmitir à Secretaria Geral e aos Departamentos as determinações ministeriais e os expedientes já devidamente despachados.

À Introdutoria Diplomática estiveram atribuídas as funções normais de cerimonial. Inúmeras personalidades estrangeiras de relêvo em visita à nova capital foram recebidas e homenageadas pelo Itamaraty.

Entre os hóspedes ilustres que visitaram Brasília em 1960, sobressaem o Almirante D. Phelipe Abarzuza, Ministro da Marinha da Espanha; o Cardeal Montini; a Comitiva da Missão de Boa Vontade da Tchecoeslováquia; o Senhor Phelipe Herrera, Presidente do Banco Interamericano do Desenvolvimento; Embaixador Urrutia, Alto Comissário das Nações Unidas para a América Latina; os 40 engenheiros e 12 arquitetos argentinos; os 38 arquitetos espanhois; o Senhor Jacques Jaujard, Secretário Geral do Ministério da Cultura da França; Senador Joachim Lipchitz, Secretário do Interior de Berlim; Senhor Osvaldo Dorticos Torrado e o Senhor Raul Roa, respectivamente Presidente e Ministro das Relações Exteriores de Cuba;

Senhor Hussein Zulfekar Sabri, Vice-Ministro das Relações Exteriores da República Árabe Unida; Senhor Diosdado Macapagal, Vice-Presidente das Filipinas; Sir Frederick Errol, Diretor do Board of Trade; Senhor Walter Lippman, jornalista americano; Congressistas norte-americanos do Comité Latino Americano da Comissão de Relações Exteriores do Senado; Sr. Taft Benson, Secretário de Agricultura dos Estados Unidos da América; Sir Leopold Rotschilld, da Grã-Bretanha; Senhor Eugen Gerstemaier, Presidente do Parlamento Federal da Alemanha; 28 Governadores norte-americanos; o Senhor Charles Hill, Ministro de Informações da Grã-Bretanha; o Senhor Sapena Pastor, Ministro das Relações Exteriores do Paraguai; o Senhor Von Brentano, Ministro das Relações Exteriores da República Federal da Alemanha; o Senhor Carl Pevsner, Professor da Faculdade de Arquitetura de Londres, e Sua Majestade Hailé Sellassié I, Imperador da Etiópia.

Em 1960, chegaram ao Brasil e apresentaram credenciais ao Senhor Presidente da República em Brasília os Chefes de Missão do Uruguai, Noruega, Austrália, Honduras, Colômbia, Bolívia, Áustria e França.

O Serviço de Relações com o Congresso se encarregou da ligação, necessária ao bom andamento dos trabalhos do Ministério, com a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, principalmente tendo em vista o assessoramento que se torna necessário quando se deliberam assuntos referentes à política internacional do país.

De todos os projetos que tramitaram pela Câmara, demandaram maior número de gestões os seguintes: o decreto legislativo que aprovou a nova lista de lei do Brasil no Acôrdo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). Para que se chegasse, após a concessão de dois waivers, a resultado positivo, muito concorreu a atuação do Senhor Valentim Bouças, do Conselho Técnico de Economia e Finanças.

Pouco se adiantou no projeto de reforma do Itamaraty, devido às dificuldades decorrentes do processo de instalação da nova Capital. Na data da inauguração de Brasília, já havia o projeto sido examinado pelas Comissões de Constituição e Justiça, Relações Exteriores e Orçamento. De 2 de maio de 1960 até 25 de novembro, foi o mesmo considerado pela Comissão de Serviço Público e pelo Plenário, que apresentou dezenove emendas; novamente pelas Comissões de Relações Exteriores, Constituição e Justiça e Orçamento e Fiscalização Financeira, que examinaram as mencionadas emendas. Faltando sòmente o exame do diploma pela Comissão de Serviço Público deverá o projeto ser remetido ao plenário, para discussão e votação. Na Comissão de Orçamento, o relator, Deputado Martins Rodrigues, apresentou emenda, unânimemente aprovada, que estabelece os seguintes símbolos e níveis para os vencimentos dos Diplomatas: Ministro de 1ª Classe — 2-C; Ministro de 2ª Classe — 4-C; Primeiro Secretário — nível 18; Segundo Secretário nível 17; Terceiro Secretário nível 16.

O Plano de Classificação de Cargos do Serviço Público, que se transformou na Lei 3.780 de 12-7-60, determina, em seu art. 93, § Único, a concessão de um abono de 20% sôbre os vencimentos dos Diplomatas, Ministros para Assuntos Econômicos e Cônsules Privativos.

No projeto de Paridade, foi excluído o art. que estabelecia os seguintes níveis para os vencimentos dos Diplomatas, Ministros para Assuntos Econômicos e Cônsules Privativos: nível 18 (referência VI) nível 17 (referência VI) nível 16 (referência VI) nível 15 (referência VI) nível 14 (referência VI).

Ao projeto 1.880-A, de 1960, anexo IV, Orçamento do Ministério das Relações Exteriores, foram incluídas emendas, aprovadas, da Divisão do Orçamento, que au-

mentaram de 14 milhões, no último estágio da proposta, a dotação do Itamaraty.

O projeto de decreto legislativo que aprova o Tratado de Montevidéu, foi examinado favoràvelmente pela Comissão de Economia.

Mais 28 projetos de importância tramitaram pela Câmara e pelo Senado com a assistência do Serviço de Relações com o Congresso.

Por sua vez, à Seção do Expediente couberam os trabalhos de natureza administrativa, tais como o serviço de comunicações com o Rio de Janeiro, expedição, direção do pessoal diplomático, administrativo e de portaria lotado em Brasília, e a conservação dos andares do prédio do Ministério da Saúde, onde se encontra instalado o Itamaraty.

Podem ser, em parte, avaliados os serviços administrativos com o mapa estatístico abaixo:

Malas expedidas	183
Malas recebidas	219
Carteira de Entrada	680
Carteira de Saída	1.373
Expedição de correspondência	1.536
Teletipos, mensagens expedidas	1.108
Teletipos, mensagens recebidas	1.104
Memorandos	321
Ofícios e cartas	263

O aspecto principal da presença do núcleo inicial do Ministério em Brasília é, porém, a ação conjunta de seus órgãos na consecução da mudança sucessiva do Itamaraty para a nova Capital.

PESSOAL

Durante o ano de 1960, a Divisão do Pessoal, além dos projetos de Decretos de nomeação, remoção, designação e dispensa de pessoal, elaborou o decreto de 1.º de novembro, publicado no *Diário Oficial* de 12 do mesmo mês e que tomou o n.º 49.182. Tal decreto dispõe sôbre a transformação dos auxiliares contratados em mensalistas, *ex-vi* do artigo 26 da Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952 e do mesmo constam, como anexos, as relações dos auxiliares-contratados a cuja situação se aplicava o dispositivo da referida lei, na data de sua publicação.

Com a mudança da Capital Federal para Brasília, a Divisão do Pessoal, de acôrdo com instruções da Administração, elaborou portarias criando novos serviços, em caráter provisório e experimental, que se destinavam a dar início aos trabalhos de instalação do Ministério em Brasília e a possibilitar a transferência definitiva do Itamaraty para a nova Capital. Foram criados o serviço do Expediente, com o seu respectivo chefe e sub-chefe, bem como os cargos de Coordenador do Gabinete e o de Adjunto do Introdutor Diplomático. Por outro lado foi diligente a atuação da Divisão do Pessoal no recrutamento do pessoal a ser enviado a Brasília, bem como, no preparo da efetivação de sua transferência definitiva.

Tendo em vista a possível utilização de computadores eletrônicos na mecanização dos serviços do Ministério, foi preparado um estudo sôbre quais as atividades da competência da Divisão do Pessoal passíveis de serem mecanizadas. Dêste estudo resultou um esbôço de reorganização global dos serviços da Divisão, do qual constam sugestões sôbre a organização de um setor de movimentação do pessoal no exterior, que se destinaria a facilitar o trabalho do Departamento na tomada de decisões sôbre as remoções do pessoal diplomático, uma vez que estaria apto a prestar tôdas as informações sôbre o assunto, mediante a simples consulta de um fichário.

Outro setor, cuja criação foi sugerida e cuja organização está em andamento, se destina ao planejamento do preenchimento dos postos recém-criados nos países afro-asiáticos, bem como à elaboração e atualização dos "relatórios sôbre postos." Ainda a êste setor caberá, de comum acôrdo com o Instituto Rio-Branco e a Biblioteca, estudar a possibilidade de serem ministrados, aos funcionários designados para os postos em países afro-asiáticos, cursos de línguas locais e a possibilidade de serem organizadas coleções de publicações referentes aos respectivos países, focalizando seus aspectos geográficos, econômicos, políticos e culturais, para fins de informação dos funcionários referidos.

Em documento de trabalho já encaminhado à consideração do Departamento de Administração, foi proposta a criação de um "Serviço de Referência", a cargo da Biblioteca, destinado a fichar todos os atos publicados, atualizando-os de acôrdo com as modificações que forem surgindo e permitindo a qualquer Departamento ou Divisão

que tenha de valer-se de consultar à Legislação, Regulamentos e Atos Administrativos, localizar imediatamente os textos em vigor à data da consulta.

Com o objetivo de se facilitar o manuseio do Anuário, bem como sua elaboração, foi preparada uma separata revista, com índice remissivo, da legislação de interêsse do Ministério das Relações Exteriores que será publicada em ordem cronológica. Já está sendo estudada, no entanto, a publicação, em 1961, de uma nova separata de legislação, por ordem de assunto, com o competente índice remissivo, a ser atualizada anualmente, independente da publicação do Anuário.

Foi ainda preparado um roteiro para elaboração de Decretos e Portarias, com os diversos modêlos e feita, concomitantemente, a revisão da legislação a ser citada nos diversos casos, com o objetivo de facilitar e automatizar, na medida do possível, o serviço do setor de Decretos e Portarias.

Finalmente, em cumprimento ao disposto na Lei número 3.780, de 13 de julho de 1960, foi organizada, na Divisão do Pessoal, a competente Seção de Classificação, que elaborou as listas de enquadramento dos cargos e funções do Ministério das Relações Exteriores e as encaminhou à Divisão de Classificação de Cargos do Departamento Administrativo do Serviço Público, para o competente exame e encaminhamento à Comissão de Classificação de Cargos que os reviu e submeteu à aprovação do Presidente da República, conforme determina a lei.

MAPA ESTATÍSTICO DOS TRABALHOS DA DIVISÃO DO PESSOAL

I) EXPEDIENTES:

a) Decretos:	
de remoção	168
de aposentadoria (concessão, declaração, retificação)	24
de designação de Delegação para Congressos	120
de exoneração	8
de promoção	34
de nomeação	40
Total	398
b) Portarias	277
c) Instruções de Serviço	16
d) Exposição de Motivos	62
e) Circulares	79
f) Despachos	420
g) Expedientes à Alfândega	198
h) Avisos e Ofícios Diversos	1.001
i) Cartas	111
j) Correspondência com a Delegacia do Tesouro em Nova York:	
1 — Telegramas	159
2 — Cartas-Telegramas	1.044
3 — Outros expedientes	54
k) Memoranda	475
l) Declarações	280
m) Apostilas	57

II) DADOS SÔBRE PESSOAL:

a) Curricula Vitae	14
b) Apresentações	
1 — Diplomatas	183
2 — Ministros para Assuntos Econômicos	7
3 — Cônsules Privativos	6
4 — Adidos	6
Total	202

c)	Falecimentos	9
d)	Posses:	
	1 — Diplomatas	26
	2 — Ministros para Assuntos Econômicos	2
	3 — Funcionários Administrativos	7
	Total	35
e)	Concessão de salário-família	95
f)	Cálculos para remoção a férias	173
g)	Licenças	210
h)	Aposentadorias	14
i)	Nomeações na Carreira de Diplomata	10

"Guia de Informações"

O Departamento de Administração organizou, durante o ano de 1960, a elaboração dos "Guias de Informações", monografias sôbre as condições de vida nas cidades em que o Brasil mantém representação diplomática ou consular, com a finalidade de auxiliar a política administrativa e de fornecer aos funcionários removidos uma fonte segura de informações diversas sôbre o novo pôsto.

Para a elaboração do "Guia" foram empregados questionários, remetidos a tôdas as cidades (ao todo 108) e cujas respostas, cotejadas com dados provindos de outras fontes de informação (enciclopédias e livros), forneceram a base para a redação da versão definitiva de cada "Guia". Empregou-se, também, como fonte subsidiária de elementos, o "Post Report" editado pelo Departamento de Estado e o "Operations Report", editado pelo Departamento de Comércio dos Estados Unidos. De posse de tais elementos, o Departamento de Administração promoveu a redação de cada "Guia", procurando, especialmente, dar um cunho objetivo às informações e comentários.

Cada "Guia" divide-se em sete capítulos, a saber: generalidades, moradia, automóveis, alimentação e vestuário, educação e cultura, saúde, e finalmente, legislação, religião, usos e costumes. Cada um tem em média 20 páginas datilografadas. Impresso pelo sistema "off-set" em tamanho reduzido, do formato de um livro comum, o "Guia" será distribuído a tôdas as Embaixadas, Delegações, Legações, Consulados Gerais e Consulados, de forma que os funcionários removidos do exterior para o exterior poderão, igualmente, consultá-lo. Na Secretaria de Estado, haverá uma coleção completa no D.A., na D.P., na S.O. e na Biblioteca.

A atualização será feita anualmente, com a remessa, por parte das Missões diplomáticas ou Repartições consulares, dos textos dos capítulos cujos dados se tornarem inaturais ou obsoletos. Para facilitar êsse trabalho, as coleções completas serão encadernadas pelo sistema de fôlhas sôltas, bastando reimprimir a página a ser substituída e incluí-la no volume. Uma Instrução de Serviço regulará o procedimento para essa atualização.

MATERIAL

Prosseguiu a Divisão do Material no programa que se traçara no ano anterior, qual seja, o de dotar de sede própria, na medida do possível, algumas das Missões diplomáticas brasileiras no exterior. Foi, assim, concluído o pagamento do imóvel adquirido, em 1959, para a sede da Embaixada em Bruxelas. Foi, outrossim, efetuada a compra de dois outros prédios : o Palácio dos Marqueses de Luard, para sede da nossa Embaixada em Paris e o Palácio Doria Pamphilli, para sede da Casa do Brasil em Roma. Nesta, estarão reunidas, além da Residência e Chancelaria da Embaixada do Brasil na Itália, o Consulado em Roma e diversas outras Repartições governamentais e não governamentais.

Por outro lado, concluídas as formalidades de doação, ao Govêrno brasileiro, do terreno onde será edificada a Embaixada do Brasil em Beirute, pôde a Divisão do Material, em colaboração com o Serviço de Conservação do Patrimônio, tomar as primeiras medidas relativas ao início das obras de construção do prédio.

Além da aquisição das sedes para as nossas Missões diplomáticas, preocupou-se a Divisão do Material em proceder a amplas reformas das instalações de diversas outras Repartições, visando elevar as nossas representações a um nível de dignidade compatível com o prestígio de que desfruta o Brasil no consenso das demais nações. Foram, assim, reformadas, entre muitas outras, as Embaixadas em Atenas,

Berna, Cairo, Camberra, Guatemala, Jacarta, Lisboa, Paris, Pôrto Príncipe, Quito, Roma, Santiago, Tel-Aviv, Tóquio e Viena, a Legação em Praga e os Consulados em Milão, Paris e Pôrto.

Para a realização de tão vasto programa, foi julgada conveniente a criação de uma «Comissão de Obras de Reforma de Repartições Brasileiras no Exterior» (C.O.R.B.E.). integrada entre outros pelo Chefe da Divisão do Material. A esta Comissão foram afetas as obras das Embaixadas em Beirute, Paris e Roma. Além disto, foram criadas, nessas três capitais, Comissões locais de obras, cujos trabalhos são coordenados, na Secretaria de Estado, pela CORBE.

Completando o seu programa de dotar as Repartições brasileiras no exterior das condições materiais indispensáveis à boa execução dos serviços, forneceu-lhes a Divisão do Material 36 máquinas de escrever, ao mesmo tempo que se empenhou em fiscalizar, muito de perto, o serviço da Casa Harrison & Sons — nosso fornecedor oficial em Londres — objetivando dêle obter o máximo de eficiência e rapidez.

Na Secretaria de Estado a Divisão do Material e o Serviço de Conservação do Patrimônio planejaram e executaram diversas obras de reforma no prédio do Palácio Itamaraty : edificação de novas salas para abrigar o Instituto Rio-Branco ; reforma, pintura e obras de adaptação nas salas anteriormente ocupdas por aquêle Instituto, a fim de que nelas pudessem ser instalados o Secretariado Técnico de Análise e Planejamento da Política Econômica Exterior (S.T.A.P.) e a Seção de Organização (SO) ; pequenos reparos nas alas direita e esquerda ; substituição da forração das paredes do Gabinete do Introdutor Diplomático e diversas outras obras de menor vulto.

No que se refere às instalações da Secretaria de Estado, foram adquiridos, além dos móveis de uso comum, 25 aparelhos de ar refrigerado, permitindo a refrigeração da maior

parte das salas do Palácio Itamaraty, e 30 máquinas de escrever, sendo 12 elétricas.

As oficinas do Itamaraty realizaram, entre outros, os seguintes trabalhos :

— Instalação de diversos aparelhos de ar condicionado ; conservação e consêrto de diversos móveis e alfaias ; recuperação de diversos aparelhos de ar condicionado e máquinas de escrever; pintura de diversas salas; e reforma, adaptação e pintura das salas anteriormente ocupadas pelo Serviço de Fotografia e Fotostática, para nelas instalar o Serviço de Microfilmagem do Arquivo.

A Garage manteve seus serviços com proveito e regularidade. Sempre orientada no propósito de proporcionar o máximo de economia aos cofres públicos, procedeu a Divisão do Material a recuperação de 14 veículos. Outrossim, foram adquiridas mais 3 viaturas, que vieram reforçar a frota ainda deficiente do Ministério das Relações Exteriores.

Em outubro de 1960, a Divisão do Material deu início a um levantamento geral de todos os bens móveis — permanentes e de consumo — da Secretaria do Estado. Êste inventário, que já se acha concluído no que diz respeito aos bens permanentes, deverá estar totalmente terminado nos primeiros meses de 1961.

Finalmente, visando a permitir um funcionamento melhor e mais consentâneo com a sua natureza específica, procedeu a Divisão do Material a uma reforma de sua estrutura interna. Assim é que, até outubro de 1960, vinha funcionando, em subordinação direta ao Chefe da Divisão do Material, a Superintendência da Administração do Edifício, à qual se acham subordinados os serviços da Portaria, Garage e Oficinas. Por proposta desta Divisão a Superintendência da Administração do Edifício passou a constituir órgão autônomo, subordinado diretamente ao Departamento de Administração.

Mapa Estatistico dos Trabalhos na Divisão do Material

Expedientes :

Exposições de Motivos	17	
Memoranda	291	
Telegramas	95	
Cartas-Telegramas	718	
Ofícios	190	1.311

Diversos :

Autorizações de saque	176	
Requisições ao Dept. Federal de Compras	211	
Adiantamentos	18	
Coletas de preços	25	
Concorrências Públicas	2	
Contratos assinados	1	433
Total		1.744

COMUNICAÇÕES

Reflexo da crescente posição de destaque do Brasil no cenário mundial, o aumento do trabalho na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, nas Missões diplomáticas, Delegações e Repartições consulares, em 1960, fêz-se sentir, sobremodo, na Divisão de Comunicações, pelo extraordinário incremento dos serviços, em todos os seus setores. Ademais, com a transferência da Capital para Brasília, tornou-se necessário criar dois novos setores : um setor de Malas e um Setor Telegráfico, destinados especìficamente às comunicações com a nova Capital. Para o setor de Malas, por ser independente e dissociado do serviço normal de Malas Diplomáticas, foi preciso formar um grupo de funcionários especializados. Quanto ao setor Telegráfico, funciona juntamente com os demais serviços de transmissão telegráfica, e com o aproveitamento dos mesmos funcionários. A fim de abarcar êsse aumento, ao qual não correspondeu acréscimo proporcional no número de funcionários, mecanizou-se o mais possível o trabalho, com a adoção correlata de uma série de medidas administrativas destinadas a simplificar a rotina, sem prejudicar o bom andamento e a eficiência dos serviços. Não será, por certo, prematuro afirmar que as providências tomadas nesse sentido produziram resultados que nos parecem satisfatórios. E são êsses resultados, examinados separadamente segundo os diversos setores da Divisão de Comunicações, que passamos a expor.

SERVIÇO DE TELETIPOS

O serviço de teletipos recebeu, durante o ano de 1960, um grande impulso.

Foram instalados novos teletipos para o serviço TELEX internacional, tendo-se duplicado o número de máquinas dêsse setor de Comunicações. Essa medida tornou desnecessária a adoção de horários rígidos de transmissão e recepção, já que com maior quantidade de aparelhos é possível transmitir e receber a qualquer hora do dia ou da noite. Aliás, pode-se afirmar que data de 1960 o efetivo estabelecimento do serviço TELEX entre a Secretaria de Estado das Relações Exteriores e as diversas Representações no exterior, pois, antes dêsse período, tão sòmente a Embaixada do Brasil em Washington possuía o serviço em aprêço. A seguir foi instalado um canal TELEX para a Delegação do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos; um canal para o Consulado-Geral do Brasil em Nova Yorú; dois canais para a Embaixada do Brasil em Buenos Aires, por ocasião da visita oficial de Sua Excelência, o Dr. Horácio Láfer, Ministro das Relações Exteriores, à Argentina, quando da celebração, naquela Capital, do Sesquicentenário da Revolução de Maio; dois canais para a Missão do Brasil junto às Nações Unidas; e um canal para a Embaixada em Lisboa, que foi inaugurado por ocasião da visita de Sua Excelência, o Presidente da República, Dr. Juscelino Kubistchek de Oliveira, a Portugal, convidado pelo Govêrno daquele país para assistir as Comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique. Houve, portanto, um aumento de 500 % no número de Missões diplomáticas, Delegações e Consulados que passaram a utilizar o serviço TELEX, e de 350 % no que diz respeito ao número de canais empregados nas ligações entre o Itamaraty e as nossas Representações no exterior. Para as comunicações telegráficas internas, com Brasília e com outros pontos do território nacional, houve, também, a preo-

cupação de acelerar o ritmo das transmissões. Em primeiro lugar instalaram-se dois canais privativos, ligados por dois teletipos, diretamente para o Ministério em Brasília, o que permite comunicações ininterruptas com os seus diferentes setores.

Acresce, ainda, que a instalação na DCo de um teletipo pertencente ao Serviço TELEX do Departamento de Correios e Telégrafos, tornou possível comunicações mais rápidas e diretas com os seguintes locais :

No Rio : Ministério e Palácio Guanabara ;

Em Brasília : Presidência e Câmara dos Deputados, Ministérios (inclusive o nosso).

Outro grande serviço prestado pelo TELEX do DCT é o de permitir a transmissão e recepção de mensagens através do Telégrafo Nacional, quer para e do exterior, quer para e de todo o Brasil, a qualquer hora do dia, ou da noite.

Estávamos, anteriormente, sujeitos ao horário (9 às 17 horas) da Agência dos Correios e Telégrafos que funciona no Palácio Itamaraty e o tráfego de telegramas dependia do serviço de mensageiros, sumamente lento e precário. Dêste modo, ampliou-se o campo de ação da DCo, elevando-se o rendimento dos serviços telegráficos.

Especial referência merece ainda o fato de se ter ampliado o horário de distribuição de telegramas, com a criação de duas novas malas trocadas às 10 e às 18 horas, diàriamente. Passaram, pois, as malas de distribuição de telegramas a ter o seguinte horário :

Manhã

10 horas — Mala de telegramas comuns
10,30 horas — Mala de telegramas comuns
12 horas — Mala de confidenciais

Tarde

15 horas — Mala de telegramas comuns
16 horas — Mala de telegramas confidenciais
18 horas — Mala de telegramas comuns

Sábados

10 horas — Mala de telegramas comuns
11,30 horas — Mala de telegramas confidenciais

Com essa inovação a DCo está habilitada a distribuir telegramas desde as 10 horas até às horas, excedendo, assim, o horário relativo ao expediente normal do Itamaraty.

SERVIÇO DE CRIPTOGRAFIA

Por outro lado, dando prosseguimento ao plano que prevê ligações mais rápidas e seguras entre a Secretaria de Estado e as Missões diplomáticas no exterior, foram introduzidas várias e valiosas modificações no serviço de criptografia.

A primeira delas diz respeito à mecanização a que já aludimos. Com o fim de substituir o sistema normal, lento e que se vai tornando aos poucos incompatível com o grande aumento do serviço, foram instaladas máquinas em nossas Missões diplomáticas de maior importância e atividade.

Outrossim, estudos foram realizados visando a instalação, em futuro próxmo, de aparelhos semelhantes nas várias Missões diplomáticas e Repartições Consulares do Brasil, no exterior. Essas Missões e Repartições empregariam, segundo seu grau de importância e volume de trabalho, máquinas criptográficas de diferentes tipos e de maior ou menor complexidade. As vantagens do sistema acima referido sôbre o manual são óbvias. De início, representam uma economia enorme de tempo e conseqüentemente de dinheiro, pois permite a cifração e decifração de telegramas em uma décima parte de tempo empregado pelo método clássico. Acresce, também, o que é ainda mais importante, que a utilização dos

aparelhos cifradores traz maior segurança à transmissão das mensagens.

Procurando reduzir o total de erros de cifração, que acarretam grande perda de tempo e prejuízos em dinheiro, elaborou a DCo uma relação mensal dos telegramas e, ainda mais, das cifras erradas, recebidas pela Secretaria de Estado. Desta forma, pode-se estabelecer maior contrôle tanto sôbre o funcionamento do serviço de criptografia, quanto sôbre o trabalho das companhias radiotelegráficas. Muitos dos erros de cifração, não passam, na verdade, de cifras deturpadas pelas companhias que as transmitem. Esta medida tem dado bons resultados, fato êste que pode ser comprovado pela diminuição gradativa dos erros em aprêço.

ESTATÍSTICAS

Durante o ano de 1960, houve, conforme se pode aferir da estatística abaixo, um incremento enorme no volume dos expedientes a cargo do setor «Telegramas», da Divisão de Comunicações. Senão, vejamos :

1959 (janeiro a dezembro)

Telegramas oficiais expedidos	10.010
Telegramas oficiais recebidos	9.902
Circulares telegráficas expedidas	34

1960 (janeiro a dezembro)

Telegramas oficiais expedidos	14.502
Telegramas oficiais recebidos	14.852
Circulares telegráficas expedidas	62

Se as cifras que antecedem demonstram aumento ponderável de trabalho, são, porém, insuficientes para determinar, com exatidão, o acréscimo realmente verificado no volume da correspondência telegráfica. Explicamos : o que verdadeiramente importa numa estatística desta natureza, não é o número de telegramas expedidos e recebidos, mas sim, o número de palavras contido nos mesmos. Infelizmente, porém, é-nos impossível precisar êsse número, já que tal estatística exigiria muito tempo e trabalho de funcionários suplementares. Podemos, contudo, afirmar que, de acôrdo com várias observações realizadas no decorrer do ano em curso, o número de palavras e cifras transmitidas e recebidas até o mês de outubro, ultrapassou de 50 %, em média, o das expedidas e recebidas durante o ano de 1959. Em 1960, o montante dos gastos realizados pelo Itamaraty com a correspondência telegráfica, mesmo levando-se em conta o aumento das taxas, revela um acréscimo de cêrca de 50 % em relação às despesas efetuadas no ano anterior. Ora, êsse acréscimo nos gastos eqüivale, lògicamente, a um aumento proporcional no número de palavras.

SERVIÇO DE MALAS DIPLOMÁTICAS

Neste setor, grande foi o aumento de trabalho em 1960. Com efeito, ao iniciar-se o ano, apenas 5 Missões recebiam malas semanalmente (Assunção, Buenos Aires, Montevidéu, Santiago e Washington) ; a partir de 2 de abril, uma reestruturação na tabela de expedição elevou êsse número para 14 (Bonn, Haia, Lisboa, Londres, Madrid, O.N.U., Paris, Roma e Tóquio, além das já mencionadas). Convém lembrar que as malas diplomáticas transportam também as sobrecartas destinadas às Repartições consulares situadas no país de destino ; assim, é pelo número de Guias de Remessa que se pode ter uma idéia do volume de trabalho do setor em causa ;

após a reestruturação referida, êsse número passou de 280 para 376 guias por mês, representando um aumento de mais de 30 %. Atualmente, 66 Repartições brasileiras no exterior, entre Embaixadas, Consulados e Delegações junto a Organismos Internacionais recebem malas ou sobrecartas semanalmente, num total mensal de 262, ao passo que 56 recebem-nas bi-mensalmente, num total de 114; como se vê, atinge a 54 % a percentagem das que estão em contato semanal com a Secretaria de Estado, através das malas diplomáticas.

CARTEIRA DE ENTRADA

Através dêste Setor da DCo transita a correspondência recebida pelo Ministério das Relações Exteriores, excetuando-se aquela que chega pelas malas diplomáticas, os telegramas e as cartas-telegramas. Os expedientes oficiais, que são aí protocolados e remetidos à Classificação, somaram, até 16 de novembro, 18.000, enquanto a correspondência particular, que por aí passou antes de ser encaminhada aos destinatários, atingiu um total de cêrca de 16.000 sobrecartas e encomendas postais.

CARTEIRA DE SAÍDA

Os expedientes protocolados nessa seção, entre ofícios, notas, avisos, despachos, exposições de motivos e cartas, chegaram à cifra de 15.556, sem falar na expedição de 32 circulares aéreas, distribuídas a mais de 3.000 destinatários.

SERVIÇO DE EXPEDIÇÃO

Durante o ano de 1960, êste Setor entregou aos destinatários, por via marítima, aérea ou em mãos, 29.017 cartas e ofícios e 30.952 impressos, além de livros, quadros para exposições e material de propaganda cultural. Outrossim, recolheu no aeroporto internacional do Galeão cêrca de 400

malas diplomáticas e providenciou diversos vistos em passaportes diplomáticos e especiais; procedeu à coleta de publicações em Repartições diversas, distribuíu convites para solenidades oficiais, isso sem falar no trabalho realizado por ocasião das visitas de personalidades estrangeiras, quanto ao desembaraço e transporte de sua bagagem.

SERVIÇO DE MALAS DE BRASÍLIA

Com a inauguração da nova Capital e a conseqüente transferência de alguns serviços do Ministério das Relações Exteriores para o Planalto, tornou-se necessário um sistema capaz de garantir a rápida tramitação dos papéis oficiais, finalidade que foi obtida através da troca diária de malas aéreas. Êsse sistema começou a funcionar antes mesmo de 21 de abril, executado, no Rio de Janeiro, pelo Serviço de Malas diplomáticas; logo, porém, dada a crescente complexidade do trabalho e o grande número de documentos expedidos e recebidos, verificou-se a necessidade da criação de um Serviço especial para proceder ao preparo das malas a expedir, das guias de remessa e da distribuição dos expedientes recebidos. As malas utilizadas são transportadas por uma emprêsa particular, a «Aero-Rápido». Além disso, o Itamaraty se tem servido do Correio Aéreo Nacional, que mantém uma linha diária Rio de Janeiro-Brasília e vice-versa, apresentando, como vantagens, a gratuidade e o fato de permitir maior limite de pêso, o que é importante tendo em vista as freqüentes remessas de material de expediente e pacotes volumosos; as malas são fornecidas pelo Grupo de Trabalho de Brasília do Departamento Administrativo do Serviço Público. O Correio Aéreo Nacional, porém, apresenta o inconveniente de não entregar as malas aos destinatários, que são obrigados a mandar buscá-las no aeroporto, em ambas as cidades, tornando o processo demorado; além disso, o horário também não é prático, razão pela qual não tem sido

empregado para as remessas urgentes. Os dados estatísticos são os seguintes (até 26 de novembro) :

Malas expedidas...................	Via "Aero-Rápido"	Via CAN	TOTAL
	181	45	226
Malas recebidas...................	Via Aero-Rápido....	Via CAN	TOTAL
	138	50	188

SEÇÃO DE MULTIPLICAÇÃO

Os serviços de impressão, que constituem as atribuições específicas desta Seção, se distribuem em dois grupos, caracterizados pelos tipos de máquinas que utilizam, Mimeógrafo ou "Multilith". Se confrontados os dados numéricos dêste ano com os de 1959, poder-se-á ter uma idéia do aumento considerável do serviço:

SERVIÇOS DE MIMEÓGRAFO

ANOS	CIRCULARES			INSTRUÇÕES DE SERVIÇO			DIVERSOS		
	N.º	Páginas	Tiragem	N.º	Páginas	Tiragem	N.º	Páginas	Tiragem
1959......	221	482	66.300	244	25	12.500	609	8.986	83.750
1960......	254	1.134	251.600	17	25	13.750	1.507	11.319	1.674.000

SERVIÇOS DE MULTILITH

ANOS	N.º DE TRABALHOS	N.º DE PÁGINAS	TIRAGEM
1959.........	82	1.079	171.470
1960.........	80	650	350.000

Convém notar que a maior parte dos serviços datilográficos (em "stencil") para o Mimeógrafo foi executado por esta Seção; os de "Multilith", devido ao seu caráter especializado, o foram em sua totalidade.

SETOR DE CARTAS-TELEGRAMAS

Tôdas as medidas adotadas neste setor tiveram como objetivo precípuo fazer com que o mecanismo do processamento de CTs expedidas e recebidas se verificasse numa base de absoluto automatismo, procurando-se tornar nula qualquer margem de êrro.

Tal objetivo foi alcançado pela adoção de métodos fundados num contrôle perfeito entre as diversas etapas do processamento das Cartas-Telegramas e num maior entrosamento com o Arquivo, a Expedição e o Setor de Malas Diplomáticas.

Desta forma, foi estabelecido um sistema de protocolo das CTs encaminhadas do Setor de Cartas-Telegramas para o Serviço de Malas Diplomáticas e para a expedição, bem como passou a ser elaborada uma lista quinzenal das CTs porventura não recebidas pela Secretaria de Estado, dos diversos postos no exterior.

Por outro lado, procurou-se atingir um grau de absoluta precisão na conferência dos textos por meio de dupla conferência, a fim de evitar enganos e atrasos prejudiciais ao bom andamento do serviço.

O sistema de fornecer matrizes de Cartas-Telegramas aos postos no exterior para que apenas fôssem tiradas as cópias na Secretaria de Estado, tendo aprovado plenamente, foi extendido a pràticamente 90% das Missões diplomáticas, Delegações e Consulados brasileiros.

QUADRO ESTATÍSTICO DO MOVIMENTO DE CTs DE 1º DE JANEIRO A 10 DE NOVEMBRO

Recebidas	11.770
Expedidas	11.383
Total	23.153
Particulares:	
Recebidas	79
Expedidas	111
Total	190
Total médio de Cópias distribuídas	277.836

SETOR DE DATILOGRAFIA

No que diz respeito à Datilografia os melhoramentos verificados traduziram-se através da ampliação das instalações materiais e de aumento de pessoal capaz de manter em dia os expedientes a serem datilografados e de dar cumprimento ao crescente volume de serviço derivado da expansão das atribuições do Ministério, pois, como se sabe, o setor datilográfico dá a medida da intensidade das atividades do Itamaraty, desde que nesse setor é executada a quase totalidade dos expedientes da Secretaria de Estado.

QUADRO ESTATÍSTICO DOS EXPEDIENTES EXECUTADOS PELO SETOR DE DATILOGRAFIA NO PERÍODO DE 1º DE JANEIRO A 10 DE NOVEMBRO DE 1960

Gabinete	10
Secretaria-Geral	7
Departamento Político e Cultural	7

Divisão Política	843
Divisão do Cerimonial	33
Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais	536
Divisão Cultural	578
Divisão de Fronteiras	22
Departamento Econômico e Comercial	61
Divisão Econômica da América	696
Divisão Econômica da Europa, Ásia, África e Oceânia	663
Divisão de Organismos Internacionais e Assuntos Específicos	2.761
Divisão de Cooperação Econômica e Técnica	154
Departamento de Administração	136
Divisão do Pessoal	407
Divisão de Comunicações	119
Divisão do Material	12
Divisão do Orçamento	370
Departamento Consular e de Passaportes	6
Divisão Consular	1.829
Divisão de Passaportes	1.292
Divisão de Imigração	63
Secretariado Técnico de Análise e Planejamento da Política Econômica Exterior	22
Serviço de Documentação	91
Comissão Nacional de Assistência Técnica	205
Comissão de Acôrdos com a Bolívia	116
CEBRUS	57
Comissão de Livre Comércio	91
Grupo de Trabalho de Quito	13
Ordem do Cruzeiro do Sul	82
Mapoteca	8
Arquivo Histórico	11
Serviço de Publicações	14
Serviço de Conservação do Patrimônio	90
Biblioteca	65

Serviço de Segurança Nacional	1
Grupo de Trabalho de Brasília	61
Seção de Organização	4
Total	12.401

SETOR TELEFÔNICO

Estiveram a cargo dêste Setor, além das comunicações regulares entre os diversos órgãos internos da Secretaria de Estado, grande número de ligações interurbanas com Brasília, os Estados, e diversos países, determinadas em grande parte para atender às necessidades resultantes das inúmeras viagens de caráter oficial de personalidades estrangeiras que se realizaram êste ano ao Brasil.

O setor procurou desempenhar a contento suas funções estando em estudos neste momento a possibilidade de dotar a mesa telefônica de um tronco especial que permitirá executar as ligações interurbanas sem maiores delongas, o que não ocorre na dependência da Companhia Telefônica Brasileira.

O quadro estatístico abaixo nos dá uma idéia do montante das ligações interurbanas no período de 1º de janeiro a 31 de maio do corrente ano.

QUADRO ESTATÍSTICO DAS LIGAÇÕES INTERURBANAS NO PERÍODO DE 1º DE JANEIRO A 31 DE MAIO DE 1960

São Paulo	315
Estado do Rio	685
Minas Gerais	155
Goiás	1
Paraná	7
Pernambuco	2
Brasília	32

Ligações internacionais:

Estados Unidos da América	11
Argentina	5
México	1
Uruguai	14
França	5
Portugal	2
República Dominicana	1

Totais :

Brasil	1.197
Exterior	39

ARQUIVO DE CORRESPONDÊNCIA ESPECIAL

Durante o ano de 1960 procedeu-se à revisão dos documentos arquivados e expediu-se instruções aos postos no exterior no sentido de informarem quais os expedientes elaborados pelos mesmos que não devem mais ter o caráter especial, a fim de transferir ao Arquivo Geral a competência da guarda dos mesmos.

Além dessas medidas, foi datilografada pelo Setor tôda a correspondência especial, conforme quadro que se segue:

QUADRO ESTATÍSTICO DOS EXPEDIENTES DATILOGRAFADOS NO ARQUIVO DE CORRESPONDÊNCIA ESPECIAL NO PERÍODO DE 1º DE JANEIRO A 10 DE NOVEMBRO DE 1960

Ofícios	251
Despachos	201
Avisos	71
Notas	77
Total	600

ARQUIVO

Ampliado o horário, das 8 às 19 horas, obtidos os recursos necessários e com o refôrço de pessoal, tornou-se possível cumprir e ampliar o extenso plano elaborado, de reorganização, descongestionamento e reaparelhamento do Arquivo.

Com a criação, no corrente ano, do Grupo de Revisão de Maços e do Gabinete de Microfilmagem, o Arquivo passou a contar com cinco Setores.

MICROFILMAGEM

A instalação dos serviços de microfilmagem, estudada no Ministério das Relações Exteriores desde 1946, pôde afinal ser concretizada, colocando o Arquivo dentro da moderna técnica de documentação.

A microfilmagem, com a capacidade de reduzir em mais de 90 % o espaço necessário ao arquivamento de documentos, permitirá contornar o impasse que surgiria nos primeiros meses de 1961 quando estivessem completamente ocupadas as três estantes de aço que comportam cêrca de 5.000 maços, e que foram adquiridas no corrente ano a fim de aproveitar o último espaço disponível no Anexo do Arquivo, onde são guardados os maços transferidos, os quais contém documentação antiga e pouco consultada.

Num ritmo normal de trabalho, será possível microfilmar cêrca de 1.800 documentos por dia, o que equivale ao aumento do volume da documentação do Arquivo, no mesmo período, permitindo, assim, mediante o envio dos maços microfilmados para locais mais afastados, a recuperação de um espaço precioso.

Não deverá, contudo, limitar-se a êsse setor a atividade do Serviço de Microfilmagem, que está aparelhado para fornecer dispositivos e "slides" para o programa de difusão cultural da Divisão Cultural e para os cursos do Instituto Rio Branco.

A necessidade, no Arquivo Histórico e na Mapoteca, de segurança contra a perda de documentos, bem como de sua preservação, aconselhavam, igualmente, a adoção dêsse novo processo de mecanização.

A Biblioteca também deverá beneficiar-se das vantagens oferecidas pela aparelhagem instalada no Arquivo. Poderá ingressar no sistema de permuta de microfilmes, já muito em uso e que porá ao alcance de seus consulentes o acervo das principais bibliotecas do mundo.

A microfilmagem permitirá, ainda, resolver os problemas que surgirão por ocasião da transferência das primeiras Divisões para Brasília, com a impossibilidade de adequadamente dividir o Arquivo, mediante o envio de algumas classes para a Secretaria de Estado na nova Capital. Oportunamente, quando fôr fixada a data da transferência, o Arquivo adquirirá um aparêlho de microfilmar automático a fim de complementar a máquina atualmente existente e procederá a microfilmagem de maços das classes mais consultadas por essas Divisões.

Os maços microfilmados serão remetidos para Brasília e os microfilmes permanecerão na Secretaria de Estado, no Rio de Janeiro, a fim de serem usados pelas Divisões que serão transferidas numa etapa posterior.

Documentos que pela sua natureza não podem ser copiados pelos aparelhos Termo-Fax e Copy-Blitz, estão sendo reproduzidos em forma fotostática pelo Gabinete de Microfilmagem, que dessa maneira presta serviço a todos os setores da Secretaria de Estado.

GRUPO DE REVISÃO

A fim de que os maços não sejam microfilmados sem prévia revisão, foi constituído um Grupo de Revisores incumbido de preparar, completar e corrigir a documentação a ser

microfilmada. O referido Grupo tem também como atribuição a revisão de maços que apresentam deficiências e correções.

ARQUIVO DE ORIGINAIS

O Arquivo de Originais mereceu especial atenção e um grande esfôrço foi realizado no sentido de intensificar a encadernação de documentos. Aos 3.251 volumes encadernados no período de 1949 a 1959 foram somados, em 1960, 1.362 novos códices. Mantido êsse ritmo mais alguns meses, o Arquivo de Originais estará em dia com o seu programa de encadernação. Como complemento dêsse trabalho, foi feita cuidadosa revisão dos pacotes a serem encadernados sendo, como era natural, solicitada às Missões diplomáticas e Repartições consulares a remessa de cópia especial de documentos que faltavam nas séries. Completada essa tarefa, conseguiu-se devolver a êsse setor do Arquivo a segurança e flexibilidade indispensáveis ao preenchimento das suas funções.

SETOR CLASSIFICAÇÃO

Para assegurar a necessária uniformização na distribuição, foi elaborado um "Roteiro para Distribuição" que, após ser submetido a apreciação de todos os Chefes da Secretaria de Estado, foi distribuído às classificadoras do Arquivo e da Divisão de Comunicações.

ARQUIVO DE ANTECEDENTES

No Arquivo de Antecedentes um vasto programa foi executado. A fim de descongestionar êsse setor do Arquivo, foram pràticamente transferidos todos os maços até 1957. Elevou-se a 15.500 o número de maços transferidos durante o ano, total idêntico ao obtido em 1959 e no período compreendido entre 1942 e 1958. Para que melhor possa ser ava-

liada a importância do resultado conseguido, é preciso ressaltar que a transferência de um maço não se limita ao registro dos seus dados essenciais (classificação, índice, período) em livro especial. O lançamento é precedido do preparo do "dossier", isto é, do fechamento do maço que contém a documentação até 31 de dezembro de 1957 e abertura do correspondente a 1958 e 1959, substituição das capas e feitura de fichas. Essa tarefa implicou a elaboração de 15.500 novas fichas de maços correspondentes aos maços transferidos e à substituição de fichas dilaceradas pelo excesso de material nas gavetas dos Arquivos, muitas vêzes sem indicação dos maços.

ORÇAMENTO

I — EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1 — Distribuição de Créditos

A Divisão do Orçamento elaborou as tabelas de distribuição e redistribuição dos créditos orçamentários para o exercício de 1960, promovendo igualmente o seu encaminhamento e aprovação pelo Tribunal de Contas, assim como as medidas necessárias a novas redistribuições de créditos, de acôrdo com as necessidades supervenientes do serviço. No Quadro I, acham-se resumidas a distribuição e a redistribuição dêsses créditos.

Do exame dêsse Quadro, depreende-se que os recursos destinados às despesas no exterior somaram Cr$ .... 2.000.610.010,00, ou sejam 87% do total das despesas; convertida em dólares, à taxa de Cr$ 100,00 por dólar, produziu aquela importância pouco mais de vinte milhões de dólares.

2 — Evolução da Despesa

A execução orçamentária, que foi levada a efeito dentro do critério da mais extrita economia possível, está resumida no Quadro II.

De acôrdo com os dados constantes do referido Quadro, os créditos postos à disposição do Itamarati em 1960 elevaram-se a Cr$ 2.987.252.442,00, cabendo a maior parcela

dêsse total aos créditos orçamentários (76%), vindo a seguir os créditos especiais, com 20%, perfazendo os créditos suplementares apenas 4%.

No que se refere aos créditos especiais (Quadro III), a maior parcela (Cr$ 292.525.600,00) coube aos que foram solicitados para atender a despesas da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana, não podendo, portanto ser classificados como despesa própria. Outra importante parcela dêsses créditos (Cr$ 89.000.000,00) é a que se refere à aquisição dos imóveis onde estão instaladas as Embaixadas do Brasil em Roma e em Lisboa. Representam tais despesas, na verdade, um proveitoso investimento, uma vez que possibilitam a incorporação, ao patrimônio da União, de dois prédios de alto valor histórico e artístico, tendo ainda a vantagem de liberar importantes quantitativos das verbas destinadas ao pagamento dos aluguéis dêsses prédios. Os créditos suplementares estão relacionados no Quadro IV.

II — ELABORAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Proposta Orçamentária para 1961, elaborada pela Divisão do Orçamento, em cooperação com os serviços competentes do Itamarati, previa uma despesa total da ordem de Cr$ 2.783.743.130,00, com um aumento de Cr$ 496.342.760,00, ou seja, de 22% sôbre o quantitativo do Orçamento de 1960.

O aumento mais significativo (Cr$ 117.350.000,00 ou 117%), verificar-se-ia na verba 4.0.00 — Investimentos, refletindo sobretudo o interêsse da Administração em dotar o Itamaraty com os recursos necessários ao prosseguimento do seu plano de aquisição de imóveis onde possam ser condignamente instaladas as sedes das Missões diplomáticas e Repartições consulares do Brasil, sempre que tais aquisições forem vantajosas ou inevitáveis.

A verba 1.0.00 — Custeio, seria elevada para Cr$ .... 2.172.303.640,00, com um acréscimo de Cr$ 358.476.640,00 (19%) sôbre o quantitativo correspondente de 1960. Foram propostos aumentos substanciais para algumas dotações de pessoal, tais como as verbas de "ajuda de custo" (Cr$ .... 9.000.000,00) e "auxílio para transporte" (Cr$ .... 20.000.000,00), que se haviam revelado insuficientes no exercício anterior, assim como a "gratificação de representação" (Cr$ 130.000.000,00). Em conjunto foram os seguintes os aumentos propostos para as diversas consignações da verba 1.0.00:

1.1.00 — Pessoal Civil	172.772.320,00	13%
1.3.00 — Material de Consumo	10.600.000,00	23%
1.4.00 — Material Permanente	12.510.000,00	328%
1.5.00 — Serviços de Terceiros	52.850.000,00	30%
1.6.00 — Encargos Diversos	109.744.320,00	36%

Para a verba 2.0.00 — Transferências, o aumento proposto, de Cr$ 20.516.120,00 (5%), foi determinado pelo acréscimo do valor das contribuições do Brasil para os organismos internacionais de que participa.

O orçamento finalmente aprovado fixou em Cr$ ...... 2.539.935.569,00 a despesa do Ministério das Relações Exteriores em 1961. Verificou-se assim uma redução de Cr$ .. 243.807.561,00 relativamente ao quantitativo proposto pelo Itamaraty, mas uma elevação de Cr$ 252.535.199,00, ou seja de 11% sôbre o orçamento de 1960, sendo, proporcionalmente, a maior elevação obtida nestes últimos cinco anos.

Pode-se considerar como satisfatório o orçamento aprovado, havendo sido atendidas, durante a sua tramitação na Câmara e no Senado, algumas importantes reivindicações do Itamaraty no que se refere a verbas de material assim como à verba para telegramas. Houve redução nas verbas de salários de contratados das Missões diplomáticas e Repartições consulares, sendo tal redução compensada, contudo, pelo aumento de idêntica verba da Secretaria de Estado.

A escassez do tempo que medeou entre a votação no Senado e a votação na Câmara, impediu porém que fôsse atendido o desejo do Itamaraty de serem aumentadas verbas para propaganda e difusão cultural no exterior, assim como criada uma rubrica para atender a despesas com exposições, congressos e conferências.

Por não se conhecer, ainda, o montante do acréscimo, nas despesas de pessoal, em decorrência do Plano de Classificação e da Lei de Paridade, não foi possível reajustar, durante a tramitação da Proposta no Congresso, as dotações atingidas, devendo as mesmas ser forçosamente suplementadas, no exercício de 1961, em mais de Cr$ 100.000.000,00.

Nos Quadros V e VI encontram-se o resumo da evolução da Proposta Orçamentária e a comparação entre os quantitativos dos orçamentos de 1960 e 1961.

QUADRO I

ORÇAMENTO DA DESPESA DE 1960

QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE VERBAS

Tesouro Nacional

	Cr$	Cr$
Distribuição	35.176.420	
Distribuição automática	154.926.140	
Redistribuição	100.000	190.202.560

Tribunal de Contas

Sem distribuição	96.540.000	
Redistribuição	47.800	96.587.800

Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York

Distribuição	929.226.170	
Redistribuição	1.071.383.840	2.000.610.010
Total		2.287.400.370

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

QUADRO II

UNIDADE ADMINISTRATIVA	DOTAÇÃO		
	ORÇAMENTÁRIA	SUPLEMENTAR	TOTAL
01.01 — Secretaria de Estado (Despesas Próprias).....	1.600.327.000	96.487.270	1.696.814.270
01.02 — Secretaria de Estado (Encargos Gerais).......	372.923.370	3.000.000	375.923.370
02 — Missões Diplomáticas e Repartições Consulares	280.650.000	5.000.000	285.650.000
03 — Instituto Rio Branco..........................	6.500.000	—	6.500.000
04 — Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites	27.000.000	—	27.000.000
TOTAL..................................	2.287.400.370	104.487.270	2.391.887.640
Créditos Especiais..................................	—	—	595.364.802
TOTAL GERAL.............................	2.287.400.370	104.487.270	2.987.252.442

VERBA	DOTAÇÃO		
	ORÇAMENTÁRIA	SUPLEMENTAR	TOTAL
1.0.00 — Custeio..................................	1.813.827.000	100.294.270	1.914.121.270
2.0.00 — Transferências............................	372.923.370	3.000.000	375.923.370
4.0.00 — Investimentos............................	100.650.000	1.193.000	101.843.000
TOTAL..................................	2.287.400.370	104.487.270	2.391.887.640
Créditos Especiais..................................	—	—	595.364.802
TOTAL GERAL....................	2.287.400.370	104.487.270	2.987.252.442

QUADRO III

CRÉDITOS ESPECIAIS

HISTÓRICO	IMPORTÂNCIA (Cruzeiros)
Para atender às despesas com a criação de um comitê provisório incumbido de facilitar a entrada em vigor do Tratado de Montevidéu...::	10.000.000,00
Para atender às despesas com a conclusão das obras do Colégio Experimental do Brasil no Paraguai	70.000.000,00
Para atender às despesas com o oferecimento de uma estátua de Tiradentes ao México	1.200.000,00
Para atender às despesas com a visita do Presidente Eisenhower ao Brasil	35.000.000,00
Para atender às despesas com o levantamento aerofotogramétrico de trechos da fronteira do Brasil com a Venezuela	2.500.000,00
Para atender às despesas com obras de adaptação da sede da Embaixada do Brasil em Lisboa	69.000.000,00
Para atender às despesas com a Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana	202.525.600,00
Para atender às despesas com a Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana	90.000.000,00
Para atender às despesas com a visita do Presidente dos Estados Unidos Mexicanos ao Brasil	10.000.000,00
Para atender as despesas com a instalação da Casa do Brasil na na Itália	20.000.000,00
Para)regularização das despesas efetuadas com a imigração intensiva nos anos de 1948 e 1949	10.988.416,00
Para regularização das despesas decorrentes da estada de visitantes ilustres no Brasil, no ano de 1959	15.000.000,00
Para pagamento do ágio decorrente da remessa de dólares relativos à contribuição do Brasil para a Organização Internacional da Aviação Civil, em 1958	3.652.446,00
Para pagamento do ágio decorrente da remessa de dólares relativos à contribuição única do Brasil para a Universidade Internacional de Estudos Sociais "Pro Deo", de Roma (Decreto n.º 40.782/57)	13.812.500,00
Para pagamento de gratificação especial para complementação do salário mínino (Art.º 5.º parágrafo único da Lei n.º 3.531/59)...	636.000,00
Para pagamento do abono de 20% aos Diplomatas, Ministros para assuntos Econômicos e Cônsules Privativos	11.049.840,00
Para atender às despesas com a posse do Presidente da República em 1961	30.000.000,00
TOTAL.:::	595.364.802,00

CRÉDITOS SUPLEMENTARES

QUADRO IV

UNIDADE ADMINIS-TRATIVA	SUBCONSIGNAÇÃO	HISTÓRICO	IMPORTANCIA (Cruzeiros)
01.01	1.1.04	Para)pagamento das vantagens decorrentes da Lei n.º 3.780/60 (Classificação de Cargos)............	1.063.800,00
	1.1.14	Para pagamento do acréscimo do salário-família (Lei n.º 3.780/60, art.º 91)..........................	2.900.000,00
	1.1.07	Para pagamento do acréscimo no auxílio para diferença de Caixa..................................	2.070,00
	1.1.17	Para pagamento da gratificação pela prestação de serviço extraordinário no Rio de Janeiro em Brasília..	400.000.00
	1.1.20	Para pagamento de acréscimo determinado, na gratificação pela execução de trabalho de natureza especial, com risco de vida ou saúde, pela incorporação do abono provisório aos vencimentos (Lei (Lei n.º 3.780/60, art. 6J)......................	3.400,00
	1.1.23	Para pagamento do acréscimo determinado, na gratificação adicional por tempo de serviço pela incorporação do abono provisório aos vencimentos e salários (Lei n.º 3.780/60, art. 64)...............	1.400.000,00
	1.3.02	Para ocorrer a despesas suplementares com a requisição de material de expediente..................	1.000.000,00
	1.3.03	Para ocorrer a despesas suplementares com a aquisição de material de limpesa....................	625.000,00
	1.3.04	Para ocorrer a despesas suplementares com o consumo de combustíveis e lubrificantes...................	600.000,00
	1.3.10	Para ocorrer a despesas suplementares com a aquisição de matérias primas, produtos manufaturados e semimanufaturados, etc.............. :...........	600.000,00
	1.5.02	Para ocorrer a despesas suplementares com o pagamento de passagens de funcionários.............	300.000,00
	1.5.04	Para ocorrer a despesas suplementares com o consumo de gás e energia elétrica......................	1.400.000,00
	1.5.11	Para ocorrer a despesas suplementares com a correspondência postal, telegráfica e telefônica..........	20.000.000,00
	1.6.04	Para ocorrer a despesas suplementares com festividades, recepções, hospedagens e homenagens.............	15.000.000,00
	1.6.15-1)-2)	Para ocorrer a despesas suplementares com a representação em Congressos, Conferências e Reuniões a se realisarem no Exterior..............................	50.000.000,00
	4.2.03	Para ocorrer a despesas suplementares com a aquisição de camionetas de passageiros, ônibus, ambulâncias e "jeeps"...................................	1.193.000,00
01.02	2.1.01-1)-45	Para complementar a contribuição do Brasil ao Programa de Cooperação Técnica da OEA...........	3.000.000,00
02	1..1..05	Para pagamento das vantagens decorrentes do Plano de Classificação de Cargos (Lei n.º 3.780/60)....	5.000.000,00
		TOTAL.....................	104.487.270,00

EVOLUÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

QUADRO V

UNIDADE ADMINISTRATIVA	VERBA	PROPOSTA DO MINISTÉRIO	PROPOSTA DO EXECUTIVO	1.ª VOTAÇÃO NA CAMARA	VOTAÇÃO NO SENADO	VOTAÇÃO NA CAMARA (Final)
01.01	1.0.00 — Custeio	1.799.546.320	1.655.290.460	1.660.790.460	1.711.727.460	1.686.840.460
	4.0.00 — Investimentos	183.000.000	136.950.000	121.950.000	121.950.000	121.950.000
	TOTAL DA UNIDADE	1.982.546.320	1.792.240.460	1.782.740.460	1.833.677.460	1.808.790.460
00.02	2.0.00 — Transferências	393.439.490	385.210.609	401.766.709	423.895.109	414.095.109
	TOTAL DA UNIDADE	393.439.490	385.210.609	401.766.709	423.895.109	414.095.109
02	1.0.00 — Custeio	331.750.000	301.250.000	301.250.000	277.850.000	277.850.000
	4.0.00 — Investimentos	35.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.00
	TOTAL DA UNIDADE	366.750.000	303.250.000	303.250.000	279.850.000	279.850.000
03	1.0.00 — Custeio	7.216.000	7.200.000	7.200.000	7.200.000	7.200.000
	TOTAL DA UNIDADE	7.216.000	7.200.000	7.200.000	7.200.000	7.200.000
04	1.0.00 — Custeio	33.791.320	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000
	TOTAL DA UNIDADE	33.791.320	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000
	TOTAL GERAL	2.783.743.130	2.517.901.069	2.524.957.169	2.574.622.569	2.539.935.569

ORÇAMENTO DA DESPESA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

QUADRO VI

UNIDADE ADMINISTRATIVA	VERBA	1960	1961	+ OU — EM 1961
01.01	1.0.00 — Custeio	1.501.177.000	1.686.840.460	+ 185.663.460
	4.0.00 — Investimentos	99.150.000	121.950.000	+ 22.800.000
	TOTAL DA UNIDADE	1.600.327.000	1.808.790.460	+ 208.463.460
01.02	2.0.00 — Transferências	372.923.370	414.095.109	+ 41.171.739
	TOTAL DA UNIDADE	372.923.370	414.095.109	+ 41.171.739
02	1.0.00 — Custeio	279.150.000	277.850.000	— 1.300.00
	4.0.00 — Investimentos	1.500.000	2.000.000	500.000
	TOTAL DA UNIDADE	280.650.000	279.850.000	— 800.000
03	1.0.00 — Custeio	6,500.000	7.200.000	+ 700.000
	TOTAL DA UNIDADE	6.500.000	7.200.000	+ 700.000
04	1.0.00 — Custeio	27.000.000	30.000.000	+ 3.000.000
	TOTAL DA UNIDADE	27.000.000	30.000.000	+ 3.000.000
	TOTAL GERAL	2.287.400.370	2.539.935.569	+ 252.535.199

SEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO

No desempenho de suas atribuições específicas, a Seção de Organização do Departamento de Administração realizou, no período de 1º de junho a 31 de dezembro de 1960, os seguintes trabalhos:

I — Examinou, sôbre os mesmos opinando quanto à forma e substância, vários projetos de decretos elaborados pelo D.A.S.P., com o fim de regulamentar dispositivos do Estatuto dos Funcionários (Lei nº 1.711, de 1952, art. 145, números V, VI e VII) e o Capítulo V da Lei nº 3.780, de 1960, que dispôs sôbre a Classificação dos Cargos do Serviço Civil do Poder Executivo;

II — Manifestou seu ponto de vista sôbre casos de direitos, vantagens e condições especiais de funcionários ou grupos de servidores da Secretaria de Estado, Missões diplomáticas e Repartições consulares;

III — Colaborou na tarefa do Enquadramento dos Servidores e dos cargos do Ministério das Relações Exteriores abrangidos pela Lei nº 3.780, de 1960 (Classificação de Cargos do Poder Executivo);

IV — Efetuou um levantamento preliminar das funções gratificadas da Secretaria de Estado, para o futuro e respectivo enquadramento no sistema criado pela referida Lei nº 3.780.

Funcionando como tem estado desde sua criação, isto é, intermitentemente, a Seção de Organização não pôde até

agora executar as múltiplas, complexas e relevantes atividades colimadas pela Lei nº 1.650, de 1952, e minuciosamente especificadas pelo Decreto nº 36.757, daquele mesmo ano. É de esperar-se e muito de desejar que, aprovada a reforma do Ministério das Relações Exteriores, efetuada a mudança da Secretaria de Estado para a nova capital e dotada a Seção de Organização de um grupo de funcionários especializados, possa e venha êste órgão técnico-administrativo a desempenhar com eficácia súas funções e a realizar seus altos fins.

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

BIBLIOTECA

A Biblioteca vem mantendo atualizadas as suas coleções. Além das obras de direito, economia, ciências políticas e outros assuntos de interêsse para o Ministério das Relações Exteriores, que constituem a parte viva da Biblioteca, especial atenção é dada à aquisição de obras para enriquecer o acervo já precioso da coleção brasiliana. Assim é que êste ano foi adquirido, em bom estado de conservação, um exemplar do "Steimann — Souvenirs de Rio de Janeiro", 1835, obra rara, muito procurada pelos bibliófilos e historiadores.

Registro — Como os demais, êste serviço está perfeitamente em dia, o que permite que o livro, logo que adquirido, seja registrado, a fim de poder seguir com rapidez e segurança sua marcha na Bibiloteca.

Catalogação — A Biblioteca vem seguindo as regras do Código do Vaticano na catalogação de seus livros.

Classificação — Com o desenvolvimento do conhecimento humano, a classificação, que visa a organização de forma sistemática êste conhecimento, tem sofrido modificações e ampliações. A Biblioteca, que vem adotando desde o início a Classificação Decimal Universal para seus livros, tem acompanhado com interêsse os trabalhos nesse sentido levados a têrmo pela Federation International de Documen-

tation. Outro fato auspicioso e que merece destaque é o da publicação no próximo ano, em português, da classificação em aprêço, que até a presente data só havia sido editada em francês. A tradução está sendo feita pelo Centro de Documentação Científica do Instituto de Alta Cultura de Lisboa. Para a Biblioteca tal publicação virá facilitar de muito as atividades do bibliotecário, podendo êste manusear o classificador no seu próprio idioma.

Bibliografia e referência — Êste serviço vem se aperfeiçoando, a fim de melhor atender aos funcionários do Ministério das Relações Exteriores, alunos do Instituto Rio Branco, da Escola Superior de Guerra ou ainda aos estudiosos que recorrem à Biblioteca, para obter informações e bibliografias. Entre as bibliografias elaboradas, no decorrer do presente exercício podemos destacar: Reatamento de relações entre o Brasil e a URSS; OEA, seus aspectos políticos, econômicos e psico-sociais e militares; situação política nas Caraíbas; movimentos de independência no continente africano; a situação no Oriente Médio; as tensões existentes no Extremo Oriente — Coréia, Japão, Tailândia e Indochina; Antártida; Bibliografia geral sôbre a África; Bibliografia sôbre a Turquia; o nacionalismo árabe na África; a África negra; a Organização das Nações Unidas; as Organizações regionais: OEA, OTAN, CENTO, SEATO; política externa dos E.U.A.; política externa da URSS; a Europa Ocidental e seus problemas; o mundo árabe e o Islam; o petróleo no Oriente-Médio; o Sudeste da Ásia; o nacionalismo árabe na África; a América Latina; diretrizes da política internacional do Brasil; México; bibliografia sôbre Ciência Política; bibliografia sôbre Política Internacional; a Europa Centro-Oriental e os Balcãs; bibliografia sôbre a Bolívia e questões de limites entre o Peru e o Equador.

A Bibliografia Mensal vem sendo publicada com regularidade. Quanto à *Bibliografia Anual* tem tido a melhor

acolhida, principalmente em virtude de incluir, a partir de 1958, índice de autores.

Seção de periódicos — A Seção de Periódicos levanta sistemàticamente o inventário de periódicos, a fim de completar as coleções. Em virtude da importância de certos artigos de revistas, êstes são catalogados analìticamente.

Empréstimo — Além de atender às numerosas requisições de obras, a Biblioteca tem permitido aos estudiosos consultarem as obras no Salão de Leitura. Estão sendo atendidos em média 20 consulentes diários.

Biblioteca da ONU — A Biblioteca da ONU recebeu normalmente as publicações da ONU e Agências Especializadas. Durante o presente exercício foram catalogadas e organizadas muitas coleções, bem como completadas e atualizadas várias de suas séries.

BIBLIOTECA

Movimento do ano de 1960

	OBRAS GERAIS			PERIÓDICOS		
	OBRAS	VOLUMES	FOLHETOS	OBRAS	VOLUMES	FOLHETOS
Assinatura de procedência nacional....	—	—	—	1	68	2c
Assinaturas de procedência estrangeira.	—	—	—	3	461	1.063
Compradas no Brasil................	175	252	6	—	27	3
Compradas no Estrangeiro............	356	379	17	1	4	—
Doações de procedência nacional......	312	489	213	3	128	219
Doações de procedência estrangeira....	193	203	124	3	124	568
Permutas de procedência nacional.....	—	—	—	—	—	—
Permuta de procedência estrangeira....	—	—	—	—	—	—
Soma do Ano......................	1.036	1.323	360	11	802	1.877
SOMA..........................	1.036	1.323	360	11	802	1.877
BAIXAS..........................	18	15	8	—	3	61
TOTAL LÍQUIDO....................	1.018	1.308	352	11	799	1.816
ACERVO (Volumes + folhetos).......		1.660			2.615	

	DIAS ÚTEIS	CONSULENTES	VISITANTES	VOLUMES		
				ENCADERNADOS	EXTRAVIADOS	REQUISITADOS
Durante o ano......................	247	2.857	-	671	1	4.210
TOTAL..........................	247	2.857	-	671	1	4.210

MAPOTECA

Foram registradas e incorporadas às suas coleções cartográficas, no decorrer do ano de 1960, as seguintes peças, obtidas por doação ou compra:

Mapas e cartas geográficas	718
Atlas	11
Impressos diversos (livros, folhêtos, etc.)	29
Total	758

Somados êsses números ao acêrvo já existente, ficou a Mapoteca, ao findar o ano, com o seguinte patrimônio:

Mapas e cartas geográficas	14.953
Atlas	281
Obras gerais (impressos diversos, livros, etc.	244
Total	15.478

CATALOGAÇÃO

O catálogo móvel da Seção foi acrescido, no decorrer de 1960, de 1.103 fichas contendo dados informativos sôbre o conteúdo e importância de cada mapa ou atlas incorporado às coleções da Mapoteca.

MOVIMENTO DE CONSULTAS E REQUISIÇÕES

O movimento de consultas à Mapoteca, não só por parte dos funcionários do Ministério e das Comissões Demarcadoras de Limites, como, principalmente, de elementos estranhos aos seus quadros, aumentou no decorrer do ano de 1960.

Assim sendo, as diferentes modalidades de consultas ou requisições, incluindo empréstimos e doações, abrangeram um total de 611 mapas.

V CENTENÁRIO DA MORTE DO INFANTE D. HENRIQUE

Colaborando para os festejos do Centenário Henriquino, foram fotografados na Mapoteca, com vistas à sua inclusão na obra *Portugaliae Monumenta Cartographica*, editada pelo Govêrno Português, 102 mapas manuscritos do século XVII.

Também foi elaborado pela Mapoteca o catálogo descritivo dos mapas manuscritos antigos referentes ao Brasil Colonial, num total de 824 peças, cuja publicação ocorrerá dentro em breve.

Arquivo Histórico

Mais uma catalogação de nossa documentação antiga, referente ao período de 1822 a 1930, foi concluída, abrangendo os seguintes assuntos, Seções 35, 36 e 37: pareceres do Conselho de Estado; documentos históricos: primeira série (volumes); documentos históricos: segunda série (avulsos). Êsses pareceres e documentos, inteiramente revistos, classificados por assuntos e ordem cronológica, com seu devido lugar de guarda, foram catalogados com dois índices, um por assunto e outro alfabético, a fim de que o pesquisador possa, em poucos segundos, ser correspondido na sua solicitação.

Informações

Informações foram prestadas sôbre dados biográficos de Bartolomeu Mitre; foram feitas pesquisas e fornecimento de cópias sôbre portarias, expedidas por êste Ministério entre a proclamação da República e o ano de 1930; e diversas informações tiveram o seu natural encaminhamento, a respeito de ofertas de documentos antigos, para aquisição pelo Ministério.

Pesquisadores estranhos à Casa

Fizeram-se consultas sôbre assuntos eclesiásticos, tráfico de negros, documentação do período anterior a nossa

Independência, navegação do Rio Paraguai, reconhecimento da Independência do Paraguai, arquivos particulares de Duarte da Ponte Ribeiro, do Barão e do Visconde do Rio Branco, e para a organização de biografias e artigos de jornais sôbre Euclides da Cunha, Joaquim José de Sousa Breves, Hipólito da Costa, e, finalmente, a respeito de correspondência sôbre o Território do Acre.

Pesquisadores da Casa

Atos Internacionais com o Paraguai, a Bolívia, a Bélgica, a Grã-Bretanha, a Itália, a Colômbia, o México, Portugal e EE. UU. da América, foram consultados por diversos setores da Casa, bem como sôbre a Missão Especial no Uruguai, Missão Especial na Suíça e sôbre os ofícios recebidos da Legação na Polônia, sôbre o Diário da expedição demarcadora da América Meridional e das Campanhas do Uruguai (1750-1761), Cartas do Conde D'Eu copiadas pelo Barão do Rio Branco.

Certidões

Lavraram-se diversas certidões sôbre tempo de serviço, nascimento, montepio e outras provas.

Atos Internacionais

Foram incorporados ao Arquivo Histórico, no ano de 1960, vinte e quatro Atos Internacionais.

Exposições

Com a presença do Senhor Presidente da República, no Salão da Biblioteca, foram expostos documentos do prin-

cípio do século passado, sôbre a mudança da Capital assim como a reprodução de diversas assinaturas de pessoas célebres do Brasil Reino, Império e República.

Foi ainda feita uma exposição, no mesmo local, sôbre a Questão do Amapá, onde figurou o laudo Arbitral do Presidente do Conselho Federal da Suíça, Dr. Hauser.

ESTATÍSTICA DO MOVIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO CONSULTADA

	Volumes
Armazém de Guarda	1.431
Casa Forte (Arquivo das Embaixadas e Consulados)	526
Total	1.957
	Latas
Armazém de Guarda (documentos avulsos) aproximadamente 35.000 fls.	678
	Unidade
Atos Internacionais (acôrdos, tratados, Convenção, etc)	227

Microfilmagem

Foi microfilmada a documentação anterior a Independência, os trabalhos da Comissão de Limites feitos por Euclides da Cunha (para os festejos a serem realizados em São José do Rio Prêto, em comemoração do centenário daquêle ilustre brasileiro) e alguns documentos eclesiásticos, para prova na canonisação de um santo.

Visitantes Estrangeiros

Visitaram o Arquivo Histórico ilustres personalidades: Doutor Oswaldo Dorticós Torrado, Presidente de Cuba; o Doutor Antonio Ramos, intelectual do Paraguai; o Senhor Leslie Bethell, da Astor Foundation, da Grã-Bretanha; o

Doutor Theodore R. Schellenberg, Diretor dos Arquivos Nacionais de Washington; o Doutor John A. Mutchins, da P.A.U.; o Senhor Richard Graham, da Social Science Research Council, e o Doutor C. Allan Hutchinson, da Universidade de Virgínia.

PUBLICAÇÕES

A Seção de Publicações do Serviço de Documentação dêste Ministério editou, até 31 de dezembro de 1960:

Publicações periódicas	*Exemplares*
— Lista do Corpo Consular Estrangeiro, atualizada até 30 de novembro de 1959	1.500
— Lista do Corpo Consular Estrangeiro, atualizada até 31 de maio de 1960	1.500
— Lista Diplomática — janeiro de 1960	1.700
— Lista Diplomática — fevereiro de 1960	1.700
— Lista Diplomática — março e abril de 1960 .	1.700
— Lista Diplomática — maio e junho de 1960 .	1.700
— Lista Diplomática — julho e agôsto de 1960 .	1.700
— Lista Diplomática — setembro e outubro de 1960	1.700
— Boletim Bibliográfico Brasileiro — abril de 1960	150
— Boletim Bibliográfico Brasileiro — maio de 1960	150
— Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional ns. 2 3e 24	800

Diversos

— Diplomação da turma de 1959 do I. R. B. (Discursos)	1.200
— Relatório do Chefe da Delegação do Brasil à V Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores dos Países americanos, Mi-	

nistro Horácio Lafer 1.000
— Artigos e Entrevistas sôbre a Operação Pan-americana 1.000
— O Brasil na XIV Assembléia Geral das Nações Unidas em Nova Iorque 1.900
— Pareceres dos Consultores Jurídicos do Ministério das Relações Exteriores 150
— A Organização Político-Administrativa da União Soviética, de Adolpho Justo Bezerra de Menezes 1.000
— Estudos e Ensaios Folclóricos em homenagem a Renato Almeida 1.500
— Liquidação dos Bens de Guerra, de Ademar Vidal 1.000

Em andamento:

— Ato Internacional Nº 388 — Brasil e outros Países
— Ato Internacional Nº 397 — Brasil e outros Países
— Tratado sôbre a nacionalidade (IV' vol.), de Ilmar Penna Marinho
— A Cultura Brasileira, de Fernando de Azevedo
— Bibliografia da História do Brasil, 1953-1954
— Bibliografia Anual de 1958
— Arquivo Histórico — 1959
— Estudos de História do Brasil
— Regulamento para Salvaguarda das Informações que interessam à Segurança Nacional
— Arquivo das Índias e do Brasil
— Anuário 1960-1961
— Anuário do I.R.B. 1958-1959
— Relatório, 1959
— Relatório, 1960
— Legislação (Separata do Anuário)
— Pareceres da Consultoria Jurídica do M.R.E., 1935-1945

2. Entre os trabalhos publicados devem-se incluir ainda fichas para «verbas orçamentárias», todos os programas de visitas, em 1960, de personalidades estrangeiras, convites e programas das solenidades da inauguração de Brasília, cartazes e cartões.

DISTRIBUIÇÃO DE IMPRESSOS

O movimento da remessa, para as Missões diplomáticas e repartições consulares brasileiras, das publicações editadas pelo Ministério, foi de 40.233 exemplares, entre obras gerais, relatórios, publicações periódicas e folhetos.

Outrossim, com relação a êste serviço, devemos mencionar que o número de pedidos de livros de Direito, História em geral e sôbre questões sociais, recebidos de Bibliotecas, Instituições e Universidades do país, alcançou o total de 2.008 exemplares, no ano de 1960.

No último qüinqüênio êsse movimento foi o seguinte:

	1956	1957	1958	1959	1960
Obras gerais	13.387	9.867	5.319	8.667	9.591
Publicações periódicas	2.410	4.981	2.721	525	959
Relatórios do Ministério	825	872	1.034	438	653
Folhetos diversos	63.400	84.680	64.820	80.002	29.030

MOVIMENTO DO DEPÓSITO DE IMPRESSOS DURANTE O ANO DE 1960

	OBRAS GERAIS		PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS DIVERSAS		RELATÓRIOS DO MINISTÉRIO		FOLHETOS	DIÁRIO OFICIAL
	Exemplares	Volumes	Exemplares	Volumes	Exemplares	Volumes		
Existentes em 1959	40.354	16.235	12.729	4.747	17.110	21.690	176.839	—
Entrados em 1960	16.840	1.480	—	—	—	— —	50.127	—
TOTAL	57.194	17.715	12.729	4.747	17.110	21.690	226.966	—
Saídos em 1960	7.095	2.755	836	25	544	80	25.242	126
DIVERSOS:								
Para à Biblioteca	440	—	21	—	73	—	754	—
Para outras Divisões	2.056	—	101	10	36	1	4.034	—
TOTAL	9.591	2.755	958	35	653	81	29.030	—
SALDO EXISTENTE EM DEZEMBRO DE 1960	47.603	14.960	11.671	4.712	16.457	21.609	197.936	—

DIVERSOS

SECRETARIADO TÉCNICO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DE POLÍTICA ECONÔMICA EXTERIOR

As atividades de rotina do S.T.A.P., em 1960, compreenderam o fornecimento de informações e trabalhos de interpretação econômica ao Departamento Político e Cultural, assim como ligação e colaboração constante com o Departamento Econômico.

Outros trabalhos do S.T.A.P. foram os seguintes:

I — A preparação de estudos e documentos para apoio da posição brasileira nos entendimentos havidos quando da visita do Presidente Eisenhower.

II — A preparação das instruções para a Delegação brasileira à Reunião da Sub-Comissão dos Nove.

III — A preparação das instruções para a Conferência de Bogotá, tarefa em que colaboraram também funcionários do DEC, cabendo ao S.T.A.P. a responsabilidade final pelas instruções.

IV — A coordenação do trabalho de feitura do relatório da Delegação brasileira à Conferência de Bogotá.

V — O S.T.A.P. preparou e entregou aos outros serviços da Casa um trabalho intitulado «Tendências do Comércio Mundial», no qual são examinados os dados atuais e as tendências futuras do comércio internacional de 159

países e territórios autônomos e não-autônomos, quer isoladamente, quer agrupados nas diversas combinações políticas, geográficas e econômicas que possam ser objeto de interêsse para o Itamaraty.

VI — Concluiu um modêlo da economia brasileira cuja validade técnica já está assegurada, tendo em vista a necessidade de formulação da política econômica exterior do Brasil e um estudo completo dos parâmetros básicos das economias dos países da Europa Ocidental, da América e da Área Soviética. Tais estudos permitirão compreender, prever e planejar as relações econômicas entre o Brasil e o resto do mundo, com grau de precisão bastante maior do que o até agora alcançado.

VII — A pedido do Departamento de Administração, o S.T.A.P. colaborou na preparação de estudos e levantamentos que, quando forem concluídos, servirão de base à mecanização de serviços no Itamaraty, permitindo a liberação de pessoal diplomático para funções mais pròpriamente ligadas à sua Carreira e importantes ganhos na eficiência geral de trabalho.

Dois funcionários do S.T.A.P. acompanharam a Delegação brasileira à Conferência de Bogotá: um na qualidade de Coordenador Técnico da Delegação e outro na qualidade de assessor. Um funcionário do S.T.A.P. foi assessor da Delegação brasileira à Conferência do Acôrdo Geral de Tarifas e Comércio, realizada em Genebra, durante o mês de novembro.

INSTITUTO RIO BRANCO

I — *Exame de Admissão ao Instituto Rio Branco*

Obedecendo ao disposto no Decreto n.º 45.535, de 5 de março de 1959, os exames de admissão ao Instituto Rio Branco realizaram-se em duas etapas: o Exame de Seleção Prévia, efetuado, concomitantemente no Rio de Janeiro e nas capitais de Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, e o Exame Vestibular, realizado na cidade do Rio de Janeiro.

1) *Exame de Seleção Prévia*

O Exame de Seleção Prévia, cujas inscrições mantiveram-se abertas de 15 de março a 1.º de junho, realizou-se no dia 6 de julho.

Êsse Exame constou de uma prova de testes mentais e de conhecimento em nível do curso colegial e de provas de português, francês e inglês, sob a orientação dos Professôres: Técnica de Educação Riva Bauzer, para testes mentais. Corina Goulart de Castro e João Luiz Ney, para Português, Raymond Vasconcellos e Henry Bouverie Cox, para Francês, Kenneth Payne e Paul Kranc, para Inglês.

Inscreveram-se 304 candidatos, dos quais apenas 209 compareceram às provas, assim distribuídos pelas cidades onde prestaram exame:

Rio de Janeiro	138
Recife	12

São Paulo 27
Belo Horizonte 6
Pôrto Alegre 23
Salvador 3

Foram aprovados 44 candidatos:

Rio de Janeiro 38
São Paulo 3
Pôrto Alegre 2
Recife 1

2) *Exame Vestibular*

Inscreveram-se para o Exame Vestibular, cujas provas intelectuais se realizaram de 15 de outubro a 29 de novembro, apenas 43 dos candidatos aprovados no Exame de Seleção, em virtude de uma desistência.

As instruções e o programa para o Exame Vestibular obedeceram ao disposto nas Portarias Ministeriais de 4 de maio de 1956, 25 de fevereiro de 1958 e 6 de abril de 1959.

Dos 43 candidatos inscritos, vinte lograram aprovação nas provas intelectuais.

QUADRO DEMOSTRATIVO DO COMPARECIMENTO, APROVAÇÃO E REPROVAÇÕES

	ENTRARAM EM PROVA	REPROVADOS	APROVADOS
Português	43	7	36
Francês	36	3	33
Inglês	33	1	32
História do Brasil	32	2	30
Geografia	29 (.)	1	28
Elementos de Economia Política	28	—	28
História Mundial Moderna	27 (.)	5	22
Noções Fundamentais de Direito	21 (.)	1	20
Cultura Geral	20	—	20

(.) Um Candidato desistiu.

Integraram a Banca Examinadora do Exame Vestibular os seguintes professôres:

Português — Professôres Joaquim Mattoso Câmara Júnior e Emmanuel Pereira Filho;

Francês — Professôres Guy Brytygier e Hubert Sarrazin;

Inglês — Professôres J. A. Cayton e Kenneth Payne;

História do Brasil — Professor Hélio Vianna;

Geografia — Professor Aluisio Capdeville Duarte;

Elementos de Economia Política — Embaixador Roberto de Oliveira Campos;

História Mundial Moderna — Professôra Maria Yedda Leite Linhares;

Noções Fundamentais de Direito — Doutor Amilcar de Araújo Falcão;

Cultura Geral — Embaixador João Guimarães Rosa e Doutor Renato Almeida.

Os candidatos habilitados no Exame Vestibular foram classificados na seguinte ordem:

Evaldo José Cabral de Mello
Octavio José de Almeida Goulart
Jayro Coelho
Gilberto Coutinho Paranhos Velloso
Luiz Brun de Almeida e Souza
Álvaro Gurgel de Alencar Netto
Vera Regina Behring Delayti
Ruth Maria Baião
Rubens Antônio Barbosa
Arnaldo Carrilho
Ney Lemos de Oliveira
Paulo Dyrceu Pinheiro
Lineu Medina Martins

Luiz Dilermando de Castello Cruz
Ginette Emilienne Scholte
Pedro Paulo Pinto Assumpção
Paulo Renato Costa Rodrigues Rocha Santos
Henrique Rodrigues Valle Jr.
Márcio Paulo de Oliveira Dias.

Entre os candidatos acima relacionados, figurava um, que, terminadas as provas, se verificou não ser brasileiro nato e cuja inscrição no Exame Vestibular foi *ipso facto* anulada, por Portaria do Diretor do Instituto.

II — *Funcionamento dos Cursos*

Durante o ano letivo de 1960, o Instituto Rio Branco manteve em funcionamento os dois anos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, bem como o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, realizado em três turnos.

Regis Novaes de Oliveira

1) *Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.*

O Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, ainda sob o regime de dois anos letivos, teve início a 7 de março, estendendo-se até 15 de dezembro.

Considera-se que o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata tem um número demasiadamente grande de assuntos e de matérias. Vem a Direção procurando resolver êsse problema, sem prejuízo da desejada proficiência. Em 1959, por Portaria Ministerial de 6 de maio, foi adotado um novo programa de História Mundial Moderna para o Exame Vestibular, incluindo-se nele a parte concernente às relações diplomáticas entre os Estados. Portanto, passou a ser exigido no Vestibular, aproximadamente, todo o conhecimento essencial de História Moderna necessário ao candidato à Carreira de Diplomata, o que possibilitou suprimir essa Cadeira do Curso de Preparação.

1.º *ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.*

Da turma do 1.º ano, fizeram parte 16 alunos, dos quais 15 aprovados no Exame Vestibular de 1959 e um repetente. O Senhor Álvaro Pinto de Aguiar Júnior, aprovado no Vestibular de 1958, foi eliminado do Curso por ter ultrapassado, também em 1960, o limite de faltas previsto na Portaria nº 5, de 25 de março de 1959, do Diretor do Instituto.

São os seguintes os alunos do 1.º ano:

Agildo Sellos Moura
Antônio Octaviano de Alvarenga Filho
Antônio Sabino Cantuária Guimarães
Carlos Átila Álvares da Silva
Carlos José Prazeres Campelo
Carlos Luzilde Hildebrandt
Christovam de Oliveira Araújo Filho
Fernando Rodolpho de Souza
Flávio Moreira Sapha
Francisco de Lima e Silva
Gilberto Ferreira Martins
Jório Dauster Magalhães e Silva
José Coelho Monteiro
Luiz Jorge Rangel de Castro
Regis Novaes de Oliveira.

O Senhor Luiz Jorge Rangel de Castro foi matriculado no 1.º ano em cumprimento de decisão judicial.

Foram os seguintes os professôres que se encarregaram de ministrar as matérias do 1.º ano do Curso:

Português — Professor Joaquim Mattoso Câmara Júnior;
Francês — Professôra Louise Jaquier;
Inglês — Professor Robert Forrer;
Geografia — Professor Fábio de Macedo Soares Guimarães;
Economia Política — Professor Hélio Schlittler Silva;

História Diplomática do Brasil — Professor Manuel Maurício de Albuquerque;

Direito Constitucional e Administrativo — Professor Prisco Paraiso;

Direito Civil — Professor Ebert Chamoun.

2.° *ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.*

São os seguintes os alunos do 2.° ano:

Fernando Antônio de Oliveira Santos Fontoura
Guilherme Luiz Belford Roxo Leite Ribeiro
Jayme Villa Lobos
José Ferreira Lopes
Maria Rosita Gulikers de Aguiar
Nuno Álvaro Guilherme d'Oliveira
Orlando Soares Carbonar
Rubens Ricupero
Sérgio Damasceno Vieira
Sérgio Rezende Carneiro de Lacerda
Tarcisio Marciano da Rocha
Thereza Maria Mendes Machado.

As matérias do 2.° ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata estiveram a cargo dos seguintes professôres:

Português — Professor Jesus Bello Galvão;

Francês — Professor Georges Raillard;

Inglês — Professor Desmond Cole;

Política Econômica — Prof. Julian Magalhães Chacel;

Política Internacional — Professor João Baptista Barreto Leite Filho;

Direito Internacional Público — Embaixador Luiz Pereira Ferreira de Faro Júnior;

Direito Internacional Privado — Professor Haroldo Teixeira Valladão e Professor Desembargador Miguel Maria Serpa Lopes;

Direito Comercial — Professor Alfredo Lamy Lilho.

III — *Prêmio Rio Branco*

O Ministro Francisco Negrão de Lima, por sua Portaria n.º 19, de 16 de julho de 1959, instituiu o «Prêmio Rio Branco» — medalhas de «vermeil» e de prata aos alunos classificados em 1.º e 2.º lugares no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, desde a sua criação. Êsse prêmio constará na fôlha de serviço dos agraciados.

No dia 26 de setembro dêste ano, em solenidade presidida pelo Ministro de Estado interino, Embaixador Fernando Ramos de Alencar, foi feita a entrega do prêmio aos seguintes alunos, relacionados por ano de conclusão do curso:

1947 — Eberaldo Abilio Telles Machado e
João Luiz Arêas Neto.
1948 — Heitor Pinto de Moura e
Victor José Silveira.
1949 — Murillo Gurgel Valente e
Luiz Augusto Pereira de Souto Maior.
1951 — Sérgio Portella de Aguiar e
Celso Diniz.
1952 — João Frank da Costa e
José Maria Vilar de Queiroz.
1953 — Fernando Abbot Galvão e
José Clemente Baena Soares.
1954 — Marcilio Marques Moreira e
Ronald Leslie Moraes Small.
1955 — Pedro Hugo Fabrício Belloc e
José Bonifácio Lourenço de Andrade.
1956 — Sérgio Paulo Rouanet e
Amaury Bier.
1957 — Ivan Velloso da Silveira Batalha e
Alberto Vasconcellos da Costa e Silva.

1958 — Narto Lanza e
Marcos Henrique Camillo Côrtes.
1959 — Mauro Mendes de Azeredo e
Italo Miguel Alexandre Mastrogiovanni.

IV — *Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas*

O Instituto levou a efeito, neste exercício, três Cursos de Aperfeiçoamento de Diplomatas para atender ao disposto no artigo 3.º, parágrafo único, do Decreto-lei n.º 9.032, de 6 de março de 1946.

Integraram os cursos os seguintes funcionários da carreira diplomática:

Aderbal Costa
Adriano B. do Amaral
Antonio Ferreira da Rocha
Bernardino R. da Silva
Carlos Henrique P. Prates
Celeste D. Costa Hasslocher
Cláudio Luiz dos S. Rocha
Cyro Gabriel do Espírito Santo Cardoso
Guy Mendes Pinheiro de Vasconcellos
Heitor Soares de Moura Filho
Jorge Carlos Ribeiro
José Constâncio Austregésilo de Athayde
Livieto Justino de Souza
Luiz Villarinho Pedroso
Maud Polly Góes
Mauro Mendes de Azeredo
Miguel Pedro de Vasconcelos Souza
Sérgio Augusto Ferreira Vivacqua
Sérgio Henrique Nabuco de Castro
Sérgio Seabra de Noronha
Arrhenius Fábio M. de Freitas
Adolpho Corrêa de Sá e Benevides

Álvaro da Costa Franco Filho
Annunciata Padula
Italo Miguel A. Mastrogiovanni
João Carlos Pessoa Fragoso
Júl'o Gonçalves Sanchez
Luiz Fernando do Couto Nazareth
Marcos Henrique Camillo Côrtes
Maria da Natividade D. Ribeiro Petit
Mário Augusto Santos
Paulo Guilherme Vilas Boas Castro
Walter Wehrs
Carlos Norberto de Oliveira Pares
Francisco Thompson Flôres Netto
Isaura Maria de Morin Parente de Melo
João Augusto de Médicis
José Dác:o Afonso Miranda
Landulpho Vitoriano Borges da Fonseca
Lavinia Augusta Machado
Narto Lanza
Roberto Salvo Coimbra.

O corpo docente, foi integrado pelo Ministro Jayme de Azevedo Rodrigues, cadeira de Prática Diplomática, e Conselheiro Milton Faria, cadeira de Prática Consular, matérias versadas nesses Cursos, conforme o disposto na Portaria Ministerial n.º 39, de 27 de fevereiro de 1960.

V — *Pesquisas e Publicações*

No decorrer do ano de 1960 foi publicado o segundo tomo da 4ª parte — Negociações — da obra: «Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri», o qual foi distribuído a Faculdades, instituições culturais, professôres e historiadores, sendo feita a remessa para o Rio de Janeiro, Distrito Federal, Estados do Brasil e exterior. A 5ª parte da obra supracitada — Execução do Tratado — cujos trabalhos de

revisão encontram-se em última fase e os índices já elaborados, ainda não foi publicada, à espera de uma decisão sôbre a remessa do — Apêndice — que se encontrava em poder do autor.

Foram revistas e devolvidas ao Departamento de Imprensa Nacional as primeiras provas da obra do mesmo autor «O Brasil nos Velhos Mapas» e entregues à seção de litografia daquele Departamento alguns mapas a serem incluídos na mesma.

Valendo-se da presença, na Secretaria de Estado, do Conselheiro Milton Faria, autor do trabalho «Prática Consular», cuja primeira edição, publicada pelo Instituto Rio Branco, acha-se esgotada, entrou êste em entendimentos com o autor para a preparação de uma 2ª edição, atualizada.

Entre outros trabalhos, a seção atualizou o seu fichário e atendeu a elevado número de pedidos publicações, sendo que o movimento geral de distribuição atinge um total de 1.789 volumes.

VI — *Biblioteca*

Em 1960 a Biblioteca do Instituto Rio Branco desenvolveu as seguintes atividades:

Aquisição e Permuta:

Entre compras e doações, o acêrvo bibliográfico foi acrescido de 354 volumes, perfazendo um total de 4.474 entre volumes e folhetos. Quatro novas obras de referência foram compradas, dentre as quais o primeiro volume do «Grand Larousse Encyclopédique», que constará de dez volumes.

A permuta de publicações com Organismos Internacionais, Instituições educacionais e com a Biblioteca do Itamaraty não sofreu solução de continuidade. A título gracioso

recebeu a Biblioteca um novo periódico: «Review of International Affairs», publicada em Belgrado, Iugoslávia, pela «The Federation of Yugoslav Journalists».

Encardenação: — Catalogação e Classificação:

Durante o período de férias escolares foram restaurados e encardenados em brim, com legendas douradas, 395 volumes.

Os serviços de catalogação e classificação prosseguiram normalmente, sendo utilizadas para a primeira as regras da Biblioteca Apostólica Vaticana, e para a segunda a 15ª e 14ª edições da Classificação Decimal de Melvil Dewey e da Classificação Decimal de Direito, de Doris Q. Monteiro.

Empréstimo:

O empréstimo entre Bibliotecas foi estabelecido com o Conselho Britânico, Cultura Inglêsa e Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores.

Excluindo a consulta de livros e periódicos em sua sede, a Biblioteca apresentou o seguinte movimento de empréstimo:

Periódicos: 227

Livros e folhetos:

000 — Obras gerais	10
100 — Filosofia	18
200 — Religião	2
300 — Sociologia	4
310 — Estatística	19
320 — Ciência Política	31
327 — Política internacional	125
330 — Economia	98
340 — Direito	219
350 — Administração Pública	11
380 — Comércio	34

400 — Filologia	74
500 — Ciências puras	14
800 — Literatura	133
900 — História	101
910 — Geografia	45
920 — Bibliografia	18

Intercâmbio de Catalogação:

Fichas enviadas ao SIC:

de encomenda	319
catalogadas	111

Fichas recebidas do SIC:

impressas (1ªs fichas)	94
impressas (2ªs fichas	283
em processo	8
negativas	70

A Biblioteca do Instituto, no corrente ano, passou a colaborar com o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação na compilação de fichas para a elaboração de um catálogo coletivo das bibliotecas brasileiras. Iniciou, outrossim, os trabalhos internos para a futura publicação do catálogo impresso das obras que possui a Biblioteca.

VII — *Conferências*

O jornalista americano, Senhor Walter Lippmann, pronunciou uma conferência no Itamaraty, sob os auspícios do Instituto Rio Branco, no dia 21 de novembro.

O conhecido especialista em assuntos de política internacional escolheu para a sua palestra o tema «Relações entre o Brasil e os Estados Unidos», sôbre o qual discorreu com o birlho de costume.

CONSULTORIA JURÍDICA

A Consultoria Jurídica do Itamaraty continua desempenhando funções que, desde algum tempo, já se não limitam a pareceres jurídicos, que lhe são solicitados com freqüência. De fato, assumiu, desde algum tempo, a função de encaminhar cartas rogatórias e pedidos de extradição.

Além de respostas diretas a consultas que lhe são feitas, o ainda denominado Serviço Jurídico emitiu pareceres, em 1960, acêrca de algumas questões de caráter confidencial, além de outras de natureza estensiva, aqui indicados:

Inviolabilidade do domínio reservado dos Estados.

Acôrdo de resgate franco-brasileiro.

Têrmos de entendimento (acôrdo), entre a missão comercial brasileira e a delegação comercial soviética, sôbre problemas de comércio e pagamentos.

Relatórios sôbre as Convenções ratificadas da OIT.

Imunidade de jurisdição de um diplomata estrangeiro.

Submissão de acordos de comércio e pagamentos ao Congresso Nacional.

Projeto de lei, apresentado pelo Senhor Deputado Colombo de Souza, acêrca do exercício do voto, no exterior.

Legação no Luxemburgo.

Projeto de Resolução, das «Nações Unidas», sôbre o direito de asilo territorial.

Acôrdo sôbre prestação de serviço militar, entre o Brasil e a Grã-Bretanha.

Imunidades diplomáticas.

Proietos de atos internacionais, entre o Brasil e Portugal.

Privilégios e imunidades de funcionários internacionais.

Projeto de tratado de extradição, entre o Brasil e a Argentina.

Convenção sôbre privilégios e imunidades das agências especializadas das Nações Unidas.

Prerrogativas e imunidades diplomáticas.

Acôrdo sôbre privilégios aduaneiros, para agentes consulares.

Projeto de Acôrdo regional sôbre mar territorial e pesca, entre o Brasil, a Argentina e o Uruquai.

Ministro para Assuntos Econômicos — Resolução n.º 44 do Conselho Regional de Economistas Profissionais da 2.ª Região (CREP).

Intercâmbio comercial Brasil Polônia. Fretes.

Legislação brasileira referente a direito de sucessão.

Liberação de bens da Sociedade Técnica Bremensis Ltda.

Privilégios aduaneiros de funcionários diplomáticos e consulares e de organismos e comissões internacionais.

Exercício da profissão de representante comercial por menor com 19 anos de idade.

Legislação brasileira: casamento de brasileiro com estrangeira.

Reconhecimento de diplomas concedidos por Faculdades brasileiras a estudantes colombianos.

Requisição de servidora estadual. Hilda Luiza Scarabôtolo de Codina.

Projeto de lei do Deputado Colombo de Souza, instituindo o voto de brasileiro no exterior.

Publicação de Pareceres do Serviço Jurídico.

Mandado de segurança impetrado contra o Instituto Rio Branco. Exame de sanidade feito pelo Instituto de Sele-

ção e Contrôle do Ministério da Aeronáutica. Clóvis Corrêa Palmeiro da Fontoura e Regis Soveral Volkart.

Relação de pareceres dos Consultores Jurídicos e dos Assistentes Jurídicos do Itamaraty.

Impôsto de renda na Alemanha. Dedução da parcela paga no Brasil por sócio da sociedade limitada.

Legislação brasileira sôbre adoção.

Execução de sentença. Liquidação por artigos. Remuneração de Diplomata no Brasil. O problema da taxa de câmbio. Francisco de Miranda Mascarenhas.

Vista de processo à procuradora do diplomata Orlando Pimentel de Bittencourt Leal.

Representação do Ministro Nelson Tabajara de Oliveira.

Pedido de indenização. Vicente Paulo Siffert da Silva.

Caso Bata.

Aposentadoria compulsória. Luiz de Oliveira.

Acôrdo sôbre proteção de direitos autorais. Brasil-França.

Adicionais de representação. Requerimento do Diplomata Leonardo Marques de Albuquerque Cavalcante.

Isenção de emolumentos consulares. S. A. Emprêsa de Viação Aérea Riograndense — «Varig».

Aplicação das Leis ns. 288, de 8-6-48, e 616, de 2 de fevereiro de 1949, Carlos Escobeiro Fernandes.

Mandado de Segurança. Sindicato Nacional das Emprêsas Aeroviárias e outros.

Legislação brasileira sôbre utilização de rios internacionais.

Escritura de doação de terrenos para as Missões Diplomáticas.

Aluguel de imóvel. Consulado Privativo em Melo.

Projeto de Acôrdo com o Fundo Especial das Nações Unidas para o Desenvolvimento Econômico.

Meação dos Cônsules Honorários.

Casamento de Diplomata com pessoa de nacionalidade estranqeira.

Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas. Prisão, detenção ou exílio arbitrários.

Reclamação de brasileiro despedido por Consulado americano. Heráclito de Andrade Castilho.

Suplemento de auxílio para transporte. Ministro Aluysio Guedes Regis Bittencourt.

Mandado de Segurança. Louis Jorge Rangel de Castro. Sentença contrária ao Instituto Rio Branco.

Imunidade diplomática. Cobrança de direitos «ad valorem» de 10%, previstos pelo Decreto n.º 21.475, de 19-7-1946.

Marcas de fábrica. Reclamação cubana.

Reclassificação na lista de antiguidade. Secretário Márcio Rêgo Monteiro.

Legislação social italiana. Imunidades diplomáticas.

Execução de Convênio Ítalo-Brasileiro de 8-10-1949.

Projeto de Princípios sôbre Liberdade e Não-discriminação em Matéria de Direitos e Práticas Religiosas.

Proposta de acôrdo por troca de notas sôbre direitos autorais entre o Brasil e a Itália.

Situação do Diplomata Affonso Arinos de Mello Franco.

Projeto de decreto brasileiro de regulamentação do Tratado de Amizade e Consulta com Portugal.

Carlos Eugênio Catta-Preta. Pleiteia efeito retroativo para a sua promoção.

Pena de morte contra pessoa nascida no Brasil.

Cooperação técnica Brasil-França. Privilégios e imunidades para técnicos francêses.

Nacionalidade brasileira, pendente de opção — casamento perante autoridade consular.

Comissão de Sstatus da Mulher. Leis necessárias.

Isenção Ys emprêsas aéreas do Brasil e da Alemanha.

Seguro estatal para investimentos privados. República Federal da Alemanha.

Reconhecimento de nacionalidade brasileira a filho natural de cidadão brasileiro, nascido no estrangeiro.

Isenção de emolumentos consulares. Sindicato Nacional das Emprêsas Aeroviárias.

Normas para a promoção na carreira de diplomata.

Automóvel de asilada. Execução de sentença estrangeira.

O serviço de cartas rogatórias e extradições, encaminhou 290 cartas rogatórias e 23 pedidos de extradição, além da conseqüente expedição de avisos, ofícios e notas-verbais, dirigidos ao Supremo Tribunal Federal, Juízes, Ministério da Justiça e Embaixadas.

INSTITUTO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (IBECC)

O Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, que funciona no Itamaraty como Comissão Nacional da UNESCO, recebeu, em 1960, os seguintes visitantes: Doutor A. Establier e Senhor S. Tew, da UNESCO, para organização de programas culturais relativos ao Departamento de Ciências Naturais e União das Associações Internacionais; o Senhor Carlos Victor Peña, Subdiretor das Atividades Culturais do Centro Regional no Hemisfério Ocidental em Havana, para tratar de assuntos relacionados à bibliografia; os Senhores Jack Bornoff e Jean Darcante, que trataram, respectivamente, o primeiro como Secretário-Executivo do Conselho Internacional de Música e o segundo como Secretário-Geral do Instituto Internacional de Teatro, de assuntos referentes aos setores da música e do teatro; e o Senhor Daniel Benedict, que veio organizar o Seminário Interamericano de Educação Sindical.

Publicações — Continuou a ser editado o «Correio do IBECC», cuja apresentação quadrimestral apresenta um resumo de suas atividades e da UNESCO.

O IVECC segue auxiliando algumas publicações de interêsse cultural, como *Cultus, Cadernos de Teatro* e *Summa Brasiliensis Mathematicae*.

Música — Foi reestruturada a Comissão Nacional de Música, em sessão solene realizada no Palácio Itamaraty, a 17 de maio último, com a presença de personalidades representativas.

Teatro — O Senhor Guilherme Figueiredo, Presidente do Centro Brasileiro de Teatro compareceu, na qualidade de Delegado, à Semana Brasileira no «Théatre des Nations», em Paris, apresentando, posteriormente, um Relatório sôbre a abertura da Semana Brasileira, conferência sôbre Teatro Brasileiro; Convite ao Diretor André Barsa do "Theatre de l'Atelier»; Exposição de Fotografias de Teatro; Bolsas de Estudo de Teatro na França e na Itália e Tradução de Peças Brasileiras.

Reuniões — Realizou-se o Seminário Interamericano de Educação Sindical, no período de 10 a 28 de julho, cujo programa constou de instalação; cooperação, educação, pesquisa e economia; biblioteca audiovisual; alfabetização de adultos, mulheres, crianças e Mesa Redonda.

Comissões Estaduais — A Seção de São Paulo realizou: 1.º) Assinatura do Convênio entre a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e o IBECC (UNESCO), Seção de São Paulo, tendo em vista o desenvolvimento do ensino de Ciências nas escolas secundárias do Estado de São Paulo; 2.º) Abertura solene dos trabalhos de julgamento do III Concurso de Cientistas de Amanhã» e a apresentação dos jovens e professôres finalistas; 3.º) inauguração da Conferência sôbre o Ensino Médio de Ciências, com a participação dos professôres norte-americanos Doutores Paul Ernest Klinge, Arthur Roe e Karl Ditmer, da Fundação Ford.

Folclore — A Comissão Nacional de Folclore prosseguiu em suas atividades, tendo instalado uma Comissão em Mato Grosso, único Estado onde até o presente não existia orga-

nismo da entidade. Os seus trabalhos se realizaram, como sempre, no âmbito do estudo, da pesquisa e da defesa do patrimônio folclórico brasileiro, tendo, ademais, organizado exposições, mesas redondas e outras demonstrações. Outrossim, a Comissão Nacional preparou a representação para o Congresso Internacional de Folclore, de Buenos Aires.

Oriente-Ocidente — A Comissão Oriente-Ocidente continuou os seus trabalhos. E a Comissão Paranaense realizou, no Dia da ONU, uma exposição na Universidade do Paraná, focalizando aspectos vários do movimento em tôrno do Projeto Maior da Comissão Oriente-Ocidente.

XI Conferência Geral da UNESCO — Realizou-se em Paris, no período de 14 de novembro a 13 de dezembro, a XI Conferência Geral da UNESCO. A Delegação brasileira foi a seguinte: Chefe: Embaixador Paulo Estevão de Berredo Carneiro; Delegados: Major Mauro Borges Teixeira, Professôres: Simeão Leal, Almir de Castro, Abgar Renault e Celso Cunha, Conselheiro Wladimir Murtinho e Doutor Eliezer Magalhães; Observadores parlamentares: Deputados Plinio Salgado e Emanuel de Oliveira Franco Sobrinho; Assessôres: Secretário Gilberto Francisco Renato Allard Chateaubriand Bandeira de Melo, Secretário Marcos Magalhães de Souza Dantas Romero e Maria Isar Tamm Bias Fortes.

LIVRO «BRASIL 1960»

Data de 1955 a última edição do livro "Brasil", síntese de informações gerais sôbre o nosso país que, periòdicamente, o Ministério das Relações Exteriores publica desde o ano de 1932.

Dada a indiscutível necessidade de restabelecer, em caráter permanente, a publicação de tão útil e necessário órgão de propaganda do nosso país no exterior, foi criado no Departamento de Administração, por Portaria de 20 de outubro de 1959 ,o Grupo de Trabalho para a Elaboração do Livro «Brasil» (GTELB) e designado para chefiá-lo o Embaixador F. Gualberto de Oliveira.

Organizou-se, desde então, a instalação do novo Serviço com um pequeno arquivo de estatísticas, fotografias e gráficos e iniciou-se a elaboração da nova edição em português, cujos originais já se acham no prelo em fase final de impressão. As traduções para as edições em francês e inglês serão iniciadas dentro em breve.

«Brasil 1960», edição em português, terá uma tiragem de 20.000 exemplares em *off-set,* papel bíblia e em duas côres.

MUSEU HISTÓRICO E DIPLOMÁTICO DO ITAMARATY

Durante o ano de 1960, dentro das possibilidades atuais e de acôrdo com o espaço ainda disponível, procurou-se dar a melhor colocação ao mobiliário e objetos constantes das coleções dêste Museu.

O fato, porém, de continuar ocupada a melhor sala do Museu, destinada e especialmente preparada para a exposição de objetos do Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty, impediu que fôsse exibida ao público parte considerável das coleções já incorporadas ao patrimônio da instituição.

Para dar prosseguimento ao programa de ir, pouco a pouco ,completando a série de bustos dos Ministros de Estado das Relações Exteriores, foram feitos, no exercício de 1960, os bustos dos Embaixadores José Carlos de Macedo Soares e Francisco Negrão de Lima, fundidos em bronze e executados respectivamente pelos escultores Luiz Morrone e Honório Peçanha.

O Museu adquiriu, outrossim, três pedestais de mármore da variedade chamada Ipiranga, para a galeria dos bustos.

Recebeu ainda o Museu, por oferta do Embaixador José Carlos de Macedo Soares, a Chave da Cidade de Quito, que à Sua Excelência foi oferecida por motivo de sua visita oficial à República do Equador, em 1958.

CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

O Serviço de Conservação do Patrimônio executou diversos trabalhos relacionados com a instalação do Ministério das Relações Exteriores em Brasília, dentre os quais devem ser destacados o planejamento das divisões internas da sede provisória do Ministério em Brasília e o assessoramento dado aos trabalhos de elaboração do projeto da sede definitiva do Ministério na nova Capital.

Outrossim, foram realizadas no Palácio Itamaraty diversas obras, devendo ser ressaltadas a conclusão das obras de edificações das novas salas destinadas a abrigar o Instituto Rio-Branco, a redivisão interna e pintura das salas anteriormente ocupadas pelo Instituto Rio-Branco, para nelas alojar o Secretariado Técnico de Análise e Planejamento da Política Econômica Exterior (S.T.A.P.) e a Seção de Organização (SO), as obras de reparos em três colunas do subsolo da ala esquerda do Palácio Itamaraty, pequenos reparos na ala direita e a adaptação de parte das dependências do Serviço Fotográfico e Fotostático, para permitir a instalação do Serviço de Microfilmagem do Arquivo.

Por outro lado, conseguiu o Serviço de Conservação do Patrimônio fôsse a União imitida na posse dos imóveis de ns. 137, 135 e 135-A, da rua Senador Pompeu, já anteriormente desapropriados.

Em outubro de 1960, foi iniciado o levantamento geral dos bens imóveis — no Brasil e no exterior — pertencentes

ao Patrimônio da União e sob a responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores. Tal levantamento deverá estar concluído nos primeiros meses de 1961.

No exterior, executou o Serviço de Conservação do Patrimônio os seguintes trabalhos, entre outros: projeto de construção da sede própria da Embaixada do Brasil em Beirute; assessoramento na elaboração do projeto definitivo das obras de reforma e adaptação da Embaixada do Brasil em Washington; compra e exame dos projetos de reforma das Embaixadas em Roma e Paris.

COMISSÃO DE ESTUDO DOS TEXTOS DA HISTÓRIA DO BRASIL

Prosseguindo em seus trabalhos, a Comissão de Estudo dos Textos da História do Brasil, além dos pareceres emitidos, classificou grande número de obras tanto nacionais quanto estrangeiras, para a publicação da Bibliografia correspondente aos anos de 1957-58, cujo preparo já está pràticamente ultimado.

A Comissão vem acompanhando os trabalhos dos pesquisadores em Arquivos europeus, dos quais continua a receber cópias de valiosos documentos, e prossegue em suas atividades no levantamento de várias Missões diplomáticas brasileiras.